

MARCELA VERÔNICA DA SILVA

**CONSTÂNCIA DA RETÓRICA, MUDANÇA DE
ESTILO: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa**

ASSIS

2009

MARCELA VERÔNICA DA SILVA

**CONSTÂNCIA DA RETÓRICA, MUDANÇA DE
ESTILO: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para
obtenção do título de Mestre em Letras (Área de
conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientador: Carlos Eduardo Mendes de Moraes.

ASSIS

2009

MARCELA VERÔNICA DA SILVA

**CONSTÂNCIA DA RETÓRICA, MUDANÇA DE
ESTILO: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa**

Banca Examinadora:

Presidente: Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes

1º. Examinador: Dr. Jarbas Vargas Nascimento

2º. Examinador: Dr^a. Sandra Aparecida Ferreira

1º. Suplente: Dr. Nelso Attilio Ubiali

2º. Suplente: Dr. Claudinei Magno Magre Mendes

Conceito _____

Aprovada em ____ de _____ de 2009.

ASSIS

2009

À memória de minha avó Lourdes Zironi, exemplo de
força e sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – *campus* de Assis-SP.

À agência CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

À Seção de Pós-Graduação e aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - *Campus* de Assis.

Ao professor Carlos Eduardo Mendes de Moraes, que desde o meu primeiro ano de Graduação tem me conduzido pelos caminhos da pesquisa acadêmica com muita dedicação e paciência e me ajudado a ser mais confiante e autônoma em minhas decisões.

Aos professores Gilberto Figueiredo Martins, Silvia Maria de Azevedo, Luiz Roberto Velloso Cairo e Odil José de Oliveira Filho que contribuíram para o meu crescimento intelectual por meio das disciplinas que ministraram, fornecendo-me as bases para a conclusão do Mestrado.

Aos meus pais, Antonio e Vera, e aos meus irmãos Adriana e Fernando, pela compreensão, apoio e incentivo constantes ao longo desta caminhada.

Às amigas: Carina Maschio de Oliveira, Elaine Amaral, Juliana Bevilacqua Maioli, Juliana Cristina Bonilha, Juliana Casarotti, Maria Júlia Bertolucci Ferraz, Mariana Carreiro, Mariana Montanhini e Vanessa Kitizo, por todo o incentivo, companheirismo e estímulo.

Ao meu namorado Luís Augusto (Naga) por toda compreensão, atenção e carinho.

A todos os familiares, amigos e colegas da pós-graduação que também acreditaram e torceram por mais essa conquista em minha vida.

A Deus, por me conceder o dom da vida e me dar forças para vencer cada obstáculo.

*Sábios, ilustres, ardentes,
Quando tudo era esperança...*
Cecília Meireles.

SILVA, Marcela Verônica da. CONSTÂNCIA DA RETÓRICA, MUDANÇA DE ESTILO: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa.

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta o estudo sobre a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa, segundo referenciais teóricos adotados buscados nas Retóricas e Poéticas antigas e nas obras de Iris Kantor (2004); de João Palma-Ferreira (1982); de Yêdda Dias Lima (1983); de Alberto Lamago (1923) e de José Aderaldo Castello (1969), tanto para o estudo do academicismo quanto para disponibilizar o *corpus* deste trabalho, do qual constam as correspondências e a obra poética do autor, debatidas nas *Obras Poéticas* (Ribeiro, 1903); n' *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa* (Franco, 1931) e na *Poesia dos Inconfidentes* (Proença Filho, 1996). O panorama histórico e a inserção dos pensamentos iluministas em Portugal e no século XVIII do Brasil têm por referenciais o *Testamento Político de D. Luís da Cunha* (1976); *Verdadeiro Método de Estudar* (Verney, 1952), *Como Interpretar Pombal?* (Org. Calouste Gulbenkian, 1983) e *A Idade de Ouro do Brasil* (Boxer, 2000). O *corpus* é composto por algumas correspondências endereçadas aos membros da *Academia Brasílica dos Renascidos*; pelo *Juramento*, dirigido à mesma agremiação e pelos *Apontamentos para se unir ao Catálogo dos Acadêmicos Supranumerários*, que dão notícia da biografia e da produção escrita do poeta em questão. Os *Estatutos da Academia Brazílica dos Renascidos*, contribuem para o entendimento da organização da academia, enquanto o drama *O Parnaso Obsequioso*, obra de caráter circunstancial, pode ser considerado um dos poucos atos acadêmicos de que se tem notícia. A busca, inclusão e análise dos textos não literários de Cláudio Manuel da Costa significam ilustrar, com sua obra, os estudos acadêmicos e, deste modo, configurar sua produção não poética na consolidação de uma orientação formal de escrita condizente com a época na qual foi produzida.

PALAVRAS-CHAVE: *Literatura Brasileira – Até 1800; Instituições e Sociedades Científicas; Costa, Cláudio Manuel da, 1729-1789; Retórica Antiga.*

ABSTRACT

The present work proposes the study on the work of Costa, Cláudio Manuel. In order to accomplish our goal, the theoretical references adopted were searched in ancient Rhetoric and Poetics and in the work by Kantor, Íris (2004); Ferreira, João Palma - (1982); Lima, Yêdda Dias (1983); Lamego, Alberto (1923) and Castello, José Aderaldo (1969). The *Obras Poéticas* of Ribeiro, João (1903); *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa* of Franco, Caio Mello (1931) and *Poesia dos Inconfidentes*, organized by Filho, Domicio Proença (1996) debate the *corpus* that we chose and, with aid of their forewords and analyses, explained some subjects on the studied author. For the elaboration of the historical panorama of the insertion of Enlightenment thoughts in Portugal and in the 18th century in Brazil, we refer to *Testamento Político* of D. Cunha, Luís (1976); *Verdadeiro Método de Estudar* of Verney, Luís António (1952); to the collection *Como Interpretar Pombal?* organized by publisher Calouste Gulbenkian (1983) and *A Idade de Ouro do Brasil* of Boxer, Charles (2000). The *corpus* is composed by the correspondence addressed to the members of the *Academia Brasileira dos Renascidos*; the *Juramento* and the *Apontamentos para se unir ao Catálogo dos Acadêmicos Supranumerários*; the *Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos* that contributed to the understanding of the organization of the Academy, as well as the drama *O Parnaso Obsequioso*, a circumstantial work considered as one of his few known academic acts. The search, adoption and analysis of the non-literary texts in this work were a way of addressing the work of Costa, Cláudio Manuel in the context of the academic studies and, by doing so, to configure his non-poetic production in a formal orientation of writing that fits the time in the which it was produced.

Keywords: *Brazilian Literature until 1800; Institutes and Scientific Associations; Costa, Cláudio Manuel da, 1729-1789; Ancient Rhetoric*

ABREVIATURAS

Academia Brasileira dos Esquecidos
Academia Brasileira dos Renascidos
Academia Real de História Portuguesa

ABE
ABR
ARHP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE: CONTEXTO	
CAPÍTULO I: O LETRADO E O POETA: ENTRE O ACADEMICISMO BARROCO E A ILUSTRAÇÃO EMERGENTE	6
1.1 A Crítica de Edição da obra de Cláudio Manuel da Costa	11
1.2 As Linhagens da Crítica	14
CAPÍTULO II: O CONTEXTO NO QUAL SE DEU A PRODUÇÃO LETRADA EM PORTUGAL E NO BRASIL COLONIAL	23
2.1 O Ressurgimento das Academias na Europa	36
2.1.1 Itália	36
2.1.2 França	36
2.1.3 Portugal e suas colônias	37
2.2 O Movimento Academicista no Brasil	38
2.2.1 Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos	42
2.2.2 As Arcádias	57
SEGUNDA PARTE: ANÁLISE	
CAPÍTULO III: A RETÓRICA NAS ACADEMIAS BRASÍLICAS	59
3.1 Sobre a Retórica	59
3.2 A Retórica entre os Letrados das Academias Brasileiras	62
CAPÍTULO IV: CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E AS MANIFESTAÇÕES ACADÊMICAS	75
4.1 As correspondências de Cláudio Manuel da Costa na Academia Brasileira dos Renascidos	77
4.2 <i>O Parnaso Obsequioso</i>	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Os estudos que desenvolvemos a respeito do século XVIII no Brasil e em particular das academias histórico-literárias desta época são resultados de trabalhos executados no âmbito do grupo de pesquisa *A Escrita no Brasil Colonial e suas relações*¹. Um estudo aprofundado a respeito de um destes acadêmicos, Cláudio Manuel da Costa, renomado pela sua expressão poética entre os árcades na literatura brasileira, justifica-se por poder resgatar textos de outra natureza, apreendidos da sua ação no cotidiano da administração das Minas Gerais, sua ocupação, e sugerir a possibilidade de ampliar o campo dos estudos ao seu respeito, integrando esta rotina letrada e administrativa do Brasil, extensão administrativa de Portugal, à produção de artistas que fizeram parte deste ambiente.

O interesse em estudar a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa surgiu de uma pesquisa anterior, de caráter técnico², envolvendo a transcrição e a atualização de uma *Oração* acadêmica manuscrita, escrita pelo padre João Borges de Barros, recitada no dia 10 de setembro de 1724 em conferência da *Academia Brasílica dos Esquecidos*³. Este orador integrou não apenas à *Academia Brasílica dos Esquecidos (ABE)*, mas também foi um importante participante da *Academia Brasílica dos Renascidos (ABR)*, agremiação posterior, que propunha ser uma continuação da primeira, porém, com um propósito mais científico⁴, já que seu interesse era produzir uma historiografia da América portuguesa. Deste modo, a religião e o encômio, eram características constantes na ABE e menos presentes na ABR.

¹ Este grupo de pesquisa é liderado pelos professores Carlos Eduardo Mendes de Moraes e João Roberto Inácio Ribeiro, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Assis. Desde 1995 o grupo preocupa-se em estudar e debater documentos de valor histórico e literário do período.

² A pesquisa mencionada foi desenvolvida a partir da aplicação de normas filológicas que viabilizassem a transcrição e atualização de manuscritos, ou seja, que compreendessem desde exercícios sobre as transformações pelas quais nossa língua passou (UBIALI, 2001), de exercícios e teorias sobre desdobramentos de abreviaturas encontradas nos textos antigos (FLEXOR, 1976), até estudo de elementos retóricos e poéticos para o entendimento do *modus scribendi* do letrado, além das formas de atualização do vocabulário presente no texto estudado (CAMBRAIA, 2005).

³ Esta Academia, embora propusesse e cumprisse, em parte, a composição de uma história da América Portuguesa, tinha como concepção de história, uma preocupação laudatória que superava a científica. Por ser a primeira academia do Brasil, a sua organização era muito mais “cortesã” do que científica. Observe-se, por exemplo, a falta dos estatutos que regiam o seu funcionamento, a conseqüente falta de indicação das funções entre numerários e supranumerários, que marcaram tão bem a sua sucessora. A estrutura da ABE era bastante simples: sete fundadores – José da Cunha Cardoso (também censor prévio e secretário geral da academia), Sebastião da Rocha Pita, João de Brito e Lima e mais os quatro mestres de história – Caetano de Brito e Figueiredo, Luís de Siqueira da Gama, Gonçalo Soares da Franca e Inácio Barbosa Machado; um mecenas – Vasco Fernandes César de Meneses; além dos presidentes das 18 conferências, cada qual escolhido para uma única sessão, sendo os três fundadores não mestres os três primeiros a exercer a função.

⁴ Em suas dissertações históricas os acadêmicos renascidos buscavam comprovar suas palavras a partir de fontes concretas, por isso, pode-se dizer que esta academia era mais “científica”. A existência de sócios correspondentes, como era o caso de Cláudio Manuel da Costa, tinha a função de coletar documentos de suas respectivas capitanias e, em seguida, escrever com base nesses dados.

Assim, durante o estudo da obra acadêmica de Borges de Barros fez-se necessária a exploração das produções de outros integrantes da agremiação, até que chegamos a algumas correspondências trocadas entre os acadêmicos, entre elas, cartas do poeta Cláudio Manuel da Costa, que atestavam sua participação nas atividades da *Academia Brasílica dos Renascidos*. Nasceu dessa documentação nosso interesse pela presente pesquisa.

Nossos objetivos, nesta dissertação, são basicamente dois. O primeiro, e geral, é oferecer os resultados de uma pesquisa documental que contribua para os estudos da literatura no Brasil e, conseqüentemente, na expressão lusófona, ao inserir a discussão sobre a obra acadêmica do consagrado poeta Cláudio Manuel da Costa. O segundo, mais específico, é debater os aspectos que envolvem a participação do poeta nas academias do Brasil colonial. Estes aspectos se relacionam à consciência, manifestada por Cláudio Manuel da Costa, das distinções entre as retóricas do Barroco e do Arcadismo, quando postas em prática nas situações de escrita de caráter circunstancial, como foram as composições dirigidas pelas academias e as correspondências trocadas entre os seus participantes.

O *corpus* estudado é composto por correspondências escritas por Cláudio Manuel da Costa para integrantes da *Academia Brasílica dos Renascidos*, bem como pelo *Juramento* de cumprimento aos estatutos da Academia dos Renascidos e pelos *Apontamentos*, que dão notícia de obras e de sua biografia. Também consideramos importante analisar o drama *O Parnaso Obsequioso* (1768), do mesmo autor, no qual figura a alusão à *Arcádia Ultramarina*⁵. Neste documento, destacam-se algumas características que atestam ser a obra produto de um mesmo referencial de escrita. Com estes textos, documentamos as práticas de escrita no meio acadêmico, enfatizando a presença do encômio, das tópicas, da exploração de figuras de linguagem, além de abordar características dos gêneros dos textos e de suas relações com cada um dos diferentes subgêneros propostos pela Retórica Antiga.

O recorte que fizemos no tratamento dos textos propostos justificou pela importância formal dos seus conteúdos e pela importância da representação⁶ que esses textos significaram no conjunto das produções letradas e no espaço de produção coletiva.

⁵ A alusão à *Arcádia Ultramarina* neste trabalho é importante por representar uma nova fase da literatura vinculada ao iluminismo. Apesar dos enfoques serem diferentes da fase barroca, a Arcádia mantinha em seus textos o mesmo referencial de escrita.

⁶ O termo “representação” refere-se ao envolvimento do acadêmico agremiação que representava. Suas atitudes deveriam ser adequadas ao contexto acadêmico e, as normas impostas pela instituição, deveriam ser respeitadas.

Do ponto de vista metodológico, optamos por trabalhar com documentos impressos, embora, com relação à Academia dos Renascidos, alguns deles possuam já uma edição antiga e, em alguns casos, tenhamos que recorrer diretamente aos textos manuscritos, casos em que as transcrições respeitaram a sua forma original, pautadas nos modelos de uma edição diplomática, para não sobrecarregar o trabalho com elementos de natureza relativa à crítica textual. O fato de buscarmos documentos de fontes distintas e diversas advém da necessidade de criarmos um novo perfil para a obra de Cláudio Manuel da Costa. Este perfil caminha contrariamente aos trabalhos que visam a estabelecer uma obra poética de sua autoria, preocupando-se, antes, com uma coleção de documentos nem sempre literários, mas centrados em uma prática de exercício acadêmico que aqui procuramos demonstrar e debater, como complemento teórico e bibliográfico de tratamento da obra de Cláudio Manuel da Costa.

Para melhor compreensão da estrutura do trabalho, estabeleceremos a seguir a ordem em que os capítulos estão dispostos, bem como o assunto de que trata cada um deles. Esta dissertação se encontra dividida em duas partes: a primeira aborda a fundamentação teórica e o suporte documental e abarca os três primeiros capítulos, enquanto a segunda aborda as questões relativas à teoria e à prática da linguagem retórica nos textos das Academias Brasileiras e do acadêmico Cláudio Manuel da Costa e se divide em outros dois capítulos.

O primeiro capítulo trata da transição de estilos Barroco - Arcade no Brasil, não tenciona inserir Cláudio Manuel da Costa em alguma estética, apenas procura demonstrar que esta transição se marcou mais profundamente no campo ideológico e, formalmente, no campo das escolhas vocabulares do que propriamente na mudança da dependência dos parâmetros imitados desde a Antigüidade Clássica.

O autor, nesse capítulo, é apenas referência, uma vez que podemos estender nossas considerações a respeito do uso da retórica a todo o período. A discussão está centrada em teóricos distintos: Caio de Mello Franco, para o qual a obra de Cláudio Manuel da Costa é “narrada” a partir de um suporte biográfico, e Melânia Silva de Aguiar, cuja abordagem da obra poética de Cláudio Manuel da Costa se faz com uma base científica. Expostos os dois caminhos de análise, optamos pela segunda, aplicando critérios parelhos aos adotados pela autora para discutirmos a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa.

O segundo capítulo contextualiza a produção letrada do Brasil e de Portugal no século XVIII, ao apresentar a trajetória das academias portuguesas que mais se relacionam com as brasileiras desde a origem do movimento academicista na Europa, até o momento do

estabelecimento destas agremiações, explicitando as suas finalidades no Brasil Colônia. Nesta perspectiva, inicia-se a discussão pela prática do mecenato entre os eruditos e pela consideração da ideologia jesuítica (baseada na escolástica⁷) como parâmetro para as atividades realizadas até a primeira metade do século XVIII e, com a morte de D. João V, a crescente ação do Marquês de Pombal como promotor de um pensamento ilustrado emergente no espaço lusitano das produções letradas.

O terceiro capítulo caracteriza-se pela apresentação dos estatutos da *Academia Brasílica dos Renascidos* e pelos comentários que tecemos a respeito da estrutura desta agremiação na condução dos trabalhos eruditos, letrados (artísticos, históricos e literários) às adequações tanto da produção letrada, quanto da figura do letrado Cláudio Manuel da Costa às suas normas.

⁷ O conceito de Escolástica, orientação rejeitada pelos Arcades por oposição à maneira jesuítica de estudar, encontra-se assim posto em ABBAGNANO (1970, p. 326). 1. Propriamente a filosofia cristã da Idade Média. Chamou-se *scholasticus*, nos primeiros séculos da Idade Média, o professor de artes liberais e, em seguida, o docente de filosofia ou teologia que dava as suas lições, primeiramente na escola do convento, ou da catedral, e depois na Universidade. E, significa, portanto, literalmente, a filosofia da escola. Como as formas do ensino medieval eram duas, a *lectio*, que consistia em um comentário de um texto, e a *disputatio*, que consistia no exame de um problema feito com a discussão dos argumentos que se podem aduzir *pro* e *contra*, a atividade literária assumiu na E. predominantemente a forma de *Comentários*, ou de coleções de questões. O problema fundamental da E. é o de levar o homem à compreensão da verdade revelada. A E. é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de uma certa filosofia determinada, a neoplatônica ou a aristotélica) com vistas a aceder à verdade religiosa, a demonstrá-la ou esclarecê-la nos limites em que isso é possível e de organizar para ela um instrumental defensivo contra a incredulidade e as heresias. A E., portanto, não é uma filosofia autônoma, como por ex., a filosofia grega: o seu dado ou o seu limite é o ensinamento religioso, o dogma. Na sua própria função, ela não se fia só nas forças da razão, mas apela, para auxílio, para a mesma tradição religiosa ou filosófica com o uso das chamadas *auctoritates*. *Autoritas* é a decisão de um concílio, um dito bíblico, a *sententia* de um padre da Igreja, ou ainda de um grande filósofo pagão, árabe ou judaico. O recurso à autoridade é a manifestação típica do caráter comum e superindividual da pesquisa E. na qual cada pensador quer sentir-se continuamente apoiado pela responsabilidade coletiva da tradição eclesiástica. A E. medieval costuma ser distinta em três grandes períodos: 1º a alta E., que vai do século IX ao fim do século XII, caracterizada pela confiança na harmonia intrínseca e substancial de fé e razão e na coincidência dos seus resultados; 2º O florescer da E., que vai de 1200 aos primeiros anos do séc. XIV, que é a época dos grandes sistemas, no qual o acordo entre fé e razão é considerado só parcial, sem que todavia se julgue possível o contraste entre ambas; 3º A dissolução da E., que vai dos primeiros decênios do séc. XIV até o Renascimento, durante a qual o tema básico é precisamente o contraste entre fé e razão. Esse conceito da E. foi preparado pela obra fundamental de M. Grabman, *Die Geschichte der scholastischen Methode* (1909, reimpr. 1956). Não faltaram as tentativas de considerar a E. como uma síntese doutrinal completa em que confluíssem e se fundissem as contribuições individuais (por ex., boa parte de De Wulf, *Histoire de la philosophie medieval*, 1900, e ed., 1958, I. # SYMBOL 167 \f "Palatino Linotype" \s 10# 171, e a bibliografia correspondente). 2. Por extensão pode-se chamar E. toda filosofia que assuma a tarefa de ilustrar e defender racionalmente uma determinada tradição ou revelação religiosa. Nessa tarefa, via de regra uma E. vale-se de uma filosofia já estabelecida e famosa: de sorte que nesse sentido a E. é a utilização de uma filosofia determinada para a defesa e a ilustração de uma determinada tradição religiosa. Nesse sentido generalizado, as E. são muitas, tanto na antiguidade como no mundo moderno. Na antiguidade foram E. o neoplatonismo, o neopitagorismo etc. Na Idade Média, a filosofia dos árabes e dos judeus. No mundo moderno, é uma escolástica a filosofia de Malebranche, a de Berkeley, da direita hegeliana, de Rosmini, de muitos espiritualistas etc (ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970, p. 326).

O quarto capítulo discute as orientações de escrita calcadas nas Retóricas utilizadas pelos letrados da época. Para o cumprimento desta proposta, cabe enfatizar que a Retórica significa orientação formal aplicável particularmente aos *textos acadêmicos* de Cláudio Manuel da Costa n' *A Academia Brasílica dos Renascidos*.

No capítulo final, efetuamos a análise dos textos que se referem tanto à produção acadêmica, quanto à figura do letrado Cláudio Manuel da Costa no exercício de seu papel entre os seus pares e na demonstração de sua adequação às normas postas pelos estatutos da *Academia Brasílica dos Renascidos*. Da mesma maneira, colocamos em discussão os modelos praticados n' *O Parnaso Obsequioso*, que correspondem a uma prática intermediária, que alia circunstância, retórica e política.

Na parte conclusiva, demonstramos como os escritos de Cláudio Manuel da Costa, que em certos momentos “condena” os usos do modelo antigo (uma expressão e erudição baseadas na educação escolástica) podem representar a transição de um modelo antigo (sucessora da influência barroca que permeia a obra da *Academia Brasílica dos Esquecidos*), para um modelo simplificado (apregoadado entre os árcades). Desta maneira, *O Parnaso Obsequioso*, que corresponde a um modelo intermediário, que alia circunstância, retórica e política; e *Arcádia Ultramarina* que representa um modelo ilustrado, segundo a proposta pombalina, apresenta-se ainda focada na relação circunstancial.

Ao final do trabalho pretendemos tecer algumas considerações finais a respeito da importância do estudo da obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa, abrindo as perspectivas de conhecimento da sua erudição para além da sua poesia e, conseqüentemente, endossando o seu valor enquanto letrado no espaço luso-brasílico compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a consolidação da estética árcade.

PRIMEIRA PARTE: CONTEXTO

CAPÍTULO I

O LETRADO E O POETA: ENTRE O ACADEMICISMO BARROCO E A ILUSTRAÇÃO EMERGENTE

De acordo com Lima (1980), a “Idade Barroca” foi descoberta três séculos após sua existência. Com a publicação de *Cicerone*, de Jacob Burckhardt, em 1860. A partir daí, o adjetivo passou a ter um sentido positivo designando uma arte e um estilo. Em 1915 a publicação de *Princípios fundamentais da história da arte*, por Alois Riegl, passa a orientar as pesquisas sobre esta estética.

Curtius (1996), modernamente, denomina a estética barroca de “maneirismo” e, explica esta adesão, considerando que

O vocábulo “maneirismo” merece também a preferência porque, comparado com “barroco”, encerra um mínimo de associações históricas. Os conceitos, nas ciências humanas, devem ser formados de modo a oferecer o mínimo de pretextos para abuso. (CURTIUS, 1996, p. 342).

A autora concorda com Curtius, ao explicar que maneirismo, deste modo, consiste em uma complexidade, ansiedade aguda e agitação do espírito e traduz-se por técnicas, entre as quais está presente o *expressionismo das figuras angulosas, dos espaços curvos, da ambigüidade, enigma e instabilidade, o gosto pela surpresa e pelo abrupto* (LIMA, 1980, p. 16).

A divisão da literatura europeia nos princípios do classicismo e maneirismo não demonstra que estas duas estéticas são consideradas de modo isolado, pois o classicismo engloba as formas escritas com correção e clareza e o maneirismo, como posto acima, sugere a obscuridade, a irracionalidade:

O clássico normal diz o que tem a dizer, em forma natural, adequada a seu tema. Decerto, segundo a tradição retórica comprovada, não deixará de “ornar” a oração, isto é, dar-lhes-á *ornatus*. Um risco do sistema está em que, nas épocas maneirísticas, o *ornatus* se acumula sem ordem e sentido. Na própria retórica oculta-se um germe do maneirismo que proliferou no fim da Antiguidade e na Idade Média (CURTIUS, 1980, p. 343).

Deste modo, o maneirismo e o classicismo diferenciam-se pela escolha das técnicas e pelo uso do *ornato* do texto, que, no primeiro caso, provoca uma sensação de desordem e caos e, no segundo caso, mostra-se organizado e claro.

Outra visão presente entre os críticos da estética barroca é a de Hatzfeld (1988), cuja teoria do “fusionismo” busca unir os elementos contraditórios afirmando que *apesar dos fregi, ornamentos e decoração, a fusão de todos os elementos em uma unidade coerente se converge na suprema lei do barroco* (HATZFELD *apud* LIMA, 1980, p.20). Em sua obra intitulada *Estudos sobre o Barroco*, o crítico enumera algumas definições dadas por diferentes autores, entre elas, a de que o Barroco é “*o estilo que dá um aspecto ostentoso à vida e mostra um impacto exagerado*”, e que é “*a passagem de formas lineares a outras mais livres, pitorescas e sobrecarregadas, que revelam um novo sentido da vida*” ou que se trata de um “*elevar-se para uma espiritualização não conhecida até então, com o fim de sobrepor-se à matéria e conseguir que o finito apareça como infinito*”.

Hatzfeld considera o Barroco como estilo de época que se estende do Renascimento até o estilo Rococó, de 1530 a 1720. O sentido pejorativo do Barroco prevaleceu até meados do século XIX, quando tomou um sentido moderno e positivo e começou a ser visto com mais atenção por filólogos e historiadores da arte. Traçando algumas características gerais que delimitam essa estética, o autor cita ainda alguns substantivos e adjetivos que designam esse período, como, por exemplo, *eufuismo, gongorismo, conceptismo, marinismo, preciosismo* e, ainda, *inflado, ampuloso, grotesco e burlesco* (relativos à literatura). Algumas temáticas também podem ser associadas ao Barroco. O teórico menciona, entre outras, a *vaidade*, a *morte*, a *instabilidade*, a *mudança*, a *ilusão*, a *solidão* etc, e, como recursos estilísticos, cita o *impressionismo*, o *jogo claro-escuro*, o *uso de perspectivas*, o *decoro* nos sentimentos e na linguagem, as *metáforas* e os *paradoxos*.

O crítico divide o Barroco em três estilos geracionais: o Maneirismo, o Barroco Clássico e o Barroquismo (Rococó). O estilo maneirista corresponde às últimas formas do Renascimento, marcadas por uma ornamentação bem construída, porém, sem uma nova ideologia e sem um equilíbrio de fundo e forma. No Barroco Clássico, observa-se uma tensão psicológica, um sentimento espiritual, uma busca por boa expressão, nobreza de estilo e inspiração de novas idéias, neste caso, do Absolutismo e também de idéias oriundas de uma tendência à religiosidade, expressa com a Contra-Reforma. Este momento é marcado por um

estilo majestoso, elevado e sublime. Já no Rococó, há uma tendência ao exagero, pois é comum uma abundância de adornos e agudezas e uma preferência por descrições minuciosas.

Não obstante as particularidades existentes no Barroco, alguns traços gerais permeiam esta estética. Destarte, o conceito de Retórica e Poética de Aristóteles é praticado em todas as vertentes, principalmente seu princípio de imitação, no uso das metáforas, na alusão erudita, no culto do epíteto, na surpresa, na unificação dos motivos literários. A ocorrência da *catarse* e da importância de uma linguagem decente e refinada pode ser associada às tendências moralistas da *Companhia de Jesus* e do *Concílio de Trento*.

Na literatura, a relação da igreja católica com a arte barroca pode ser observada nos "autos sacramentais", peças teatrais de argumento teológico, que eram escritas e encenadas como uma forma de confirmação de fé. Cabe dizer que essas representações, bem como as outras manifestações artísticas, eram baseadas em uma extrema exaltação dos sentimentos, principalmente em relação à religiosidade.

No Brasil, a poesia colonial foi considerada "barroquista" e "gongórica", ou seja, *uma forma menor de expressão da arte barroca* (LIMA, 1980, p. 28). Como representantes do Barroco no Brasil cabe mencionar Botelho de Oliveira, Gregório de Matos e, na literatura jesuítica colonial, a estética abrange desde os teatros de José de Anchieta até a oratória do Padre Antônio Vieira, passando pela oratória academicista do século XVIII.

Didaticamente o Barroco teve início em 1601 com a publicação do poema *Prosopopéia*, de Bento Teixeira e, entre as principais características que marcaram este estilo estão o caráter moralista (uma vez que os jesuítas utilizavam a literatura para catequizar e educar); o pessimismo; o culto exagerado à forma; o fusionismo (união dos detalhes num todo orgânico); o claro-escuro; o eco; a união do racional e do irracional (expressa nas figuras estilísticas como o paradoxo); a ambigüidade; o caráter grandioso e ornamental (expresso no exagero de figuras estilísticas); as figuras de linguagem que traduzem o estado de conflito e tensão espiritual (antíteses, paradoxos, contorções, hipérboles, etc).

Os dois estilos da estética barroca predominantes no Brasil podem ser divididos em *Cultismo* e *Conceptismo*: o primeiro, caracterizado pelo "rebuscamento" da linguagem que faz uso de hipérboles e de jogos de palavras. Este estilo também possui o nome de *Gongorismo* pela influência do poeta espanhol Luís de Gôngora; já o segundo é caracterizado

pelo uso mais racional das palavras e pela valorização das idéias e do conteúdo, este estilo também é denominado *Quevedismo*, em homenagem ao poeta, também espanhol, Quevedo.

Na segunda metade do século XVII, o Barroco entra em declínio na Europa. Já no Brasil, o final do Barroco concretizou-se apenas em 1768, com a fundação da *Arcádia Ultramarina* e com a publicação de *Obras*, de Cláudio Manuel da Costa. Porém, desde 1724, o movimento academicista já assinalava a decadência do estilo barroco e a ascensão de uma nova corrente ideológica e estética surgida na Itália e que havia se espalhando por toda a Europa, conquistando muitos adeptos: o Arcadismo. A difusão desta estética iniciou-se em 1690 com a criação da *Arcádia Romana*, que contribuiu para a criação de outras associações literárias em diversas regiões da Europa.

A fundação da *Arcádia Lusitana*, em 1756, à imitação da *Arcádia Romana*, marca a consagração da expressão árcade na literatura luso-brasileira⁸. Tais Academias, ou associações de escritores tinham como proposta combater o "mau gosto" barroco, como o exagero cultista, com a implantação do modelo neoclássico.

O capítulo I do estatuto da *Arcádia Lusitana* mostra um pouco de sua organização e funcionamento:

Chamar-se-á a esta nova Academia – Arcádia – e o lugar das suas conferências o monte *Mênalo*, bastantemente celebrado das frutas dos Pastores. Os seus alunos se fingirão de Arcades e escolherá cada um nome e sobrenome de pastor adequado a esta ficção, para por ele ser conhecido e nomeado em todos os exercícios e funções da Arcádia.⁹

A academia nasceu da iniciativa dos poetas Antônio Diniz da Cruz e Silva, Manuel Nicolau Esteves Negrão e Teotônio Gomes de Carvalho, aos quais se uniu Pedro Antônio Correia Garção. Assumiam pseudônimos pastoris em seus exercícios literários e obedeciam às normas pré-estabelecidas pela Arcádia, ou seja, as composições deveriam ser calcadas na racionalidade, simplicidade e na busca por referenciais de escrita retóricos e poéticos clássicos. A escrita destes textos era feita sem o teor “carregado” e “obscuro” do Barroco. As temáticas horacianas do *fugere urbem*, que levavam a conceber o *locus amoenus* como lugar ideal representado pela paz do campo; da *áurea mediocritas*, que sugeria a serenidade, o controle de si mesmo e a fuga dos excessos e do *carpe diem*, que se relacionava à efemeridade

⁸ O termo *Arcádia* deve-se a uma região central do Peloponeso, na Grécia, que se caracterizava pelo pastoreio e pelo clima ameno, características mencionadas nos textos desta fase.

⁹ *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1 (Lisboa/São Paulo), p. 370.

da vida e a busca por momentos felizes do presente, entre outras, também eram utilizadas nas composições.

Embora o ano de 1768 tenha sido marcado pelo fim da estética barroca no Brasil, esse declínio não ocorreu de forma radical: deu-se paulatinamente e apoiado nos mesmos referenciais de composição. A revolução ocorreu no âmbito da linguagem, que se simplificou, deu clareza e objetividade às composições.

A fase literária predominantemente arcádica no Brasil-Colônia aconteceu cerca de doze anos após o início desta estética em Portugal, pois Cláudio Manuel da Costa, enquanto estudante em Coimbra percebeu o aspecto de renovação do Arcadismo e, a partir de então, seus escritos ganharam novos contornos e, com suas *Obras* (1768), pode apresentar esta nova fase de sua poesia:

Perfeito poeta de “transição” foi ele o primeiro a reconhecer os fundamentos de sua formação nas últimas manifestações barrocas, para logo preferir a renovação do gosto literário processada pela reforma arcádica ou neoclássica. (CASTELLO, 1962, p.125).

Na *Arcádia Ultramarina*, mais precisamente na sessão de 5 de dezembro foi representado o drama musicado *O Parnaso Obsequioso*. Quanto à temática, essa associação foi buscar nos cânones do Arcadismo, ou seja, nos ensinamentos de Horácio e nos elementos greco-latinos, muitos elementos típicos, tais como o bucolismo, os pastores e as referências a personagens mitológicos com propósitos simbólicos e ornamentais.

Cláudio Manuel da Costa adotou como nome arcádico *Glauceste Satúrnio*, e, a ele, uniram-se outros poetas, entre os quais, Tomás Antonio Gonzaga, Basílio da Gama, Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Basílio da Gama, Domingos Caldas Barbosa, Manoel Arruda Câmara, José Ferreira Cardoso, Antônio Cordovil, João Pereira da Silva, Mariano José Pereira da Fonseca e Inácio de Andrade Souto Maior, que também assumiram pseudônimos pastoris e escreveram com base nas temáticas árcades. Cabe mencionar também que, não obstante o formalismo que as prendia às convenções do “estilo acadêmico”, estas composições chamavam à atenção pelo cunho de conspiração política que nelas existia, como observou Franco (1931).

Da mesma forma que Cláudio Manuel da Costa fundou a *Arcádia Ultramarina*, Silva Alvarenga tentou estabelecer, em 1786, a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro* autorizada

pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza. Era uma associação de intelectuais onde poetas e escritores debatiam assuntos culturais e científicos. Em 1794, porém, uma acusação de conspiração fez com que o Conde de Resende fechasse suas portas e prendesse a maioria dos seus membros residentes no Rio de Janeiro.

Segundo Castello (1962, p. 124), tais iniciativas *equivalem às das sociedades arcádicas. Mas preferimos antes filiá-las no movimento academicista do século XVIII, no Brasil, predominantemente barroco, ou considerá-las com ele relacionadas.*

1.1 A crítica de edição da obra de Cláudio Manuel da Costa

Aguiar (*apud* PROENÇA, 1996, p. 27), no prólogo à *Poesia dos Inconfidentes* apresenta uma *recensio* da obra conhecida de Cláudio Manuel da Costa e esclarece:

O que passou a posteridade resume-se praticamente aos poemas das *Obras*, de 1768; ao *Vila Rica*, publicado pela primeira vez na íntegra em 1839, portanto obra póstuma (o “Fundamento histórico”, que precede o poema, foi publicado inicialmente em 1813, no jornal *O Patriota*, como “Memória histórica”, com diferenças em relação ao “Fundamento histórico” que viria a ser conhecido mais tarde); e a um conjunto de poemas de cunho sobretudo encomiástico, reunidos em um manuscrito que pertenceu ao *Clube Literário de Mariana*, e publicados por Ramiz Galvão pela primeira vez na *Revista Brasileira*, em 1895. João Ribeiro reuniu todos esses textos nos dois volumes das *Obras poéticas* do poeta mineiro (1903), só que, provavelmente por um lapso, deixou de lado a parte final deste conjunto divulgado por Ramiz Galvão em circulação restrita. Também nas *Obras poéticas* João Ribeiro incluiu três poemas: o “Epicédio”, consagrado ao Frei Gaspar da Encarnação; à “Saudação à Arcádia Ultramarina” e a “Ode ao Sepulcro de Alexandre Magno”, retirados de revistas e coletâneas antigas.

Assim, após a divulgação das *Obras Poéticas* de 1903, em que João Ribeiro faz uma coletânea da obra de Cláudio Manuel da Costa, outros textos foram localizados e divulgados. Antonio Baião publica na *Revista de Filologia Portuguesa* (1925) cinco sonetos inéditos, pertencentes ao manuscrito das *Obras*, omitidos na edição de 1768; Rodrigues Lapa, na *Revista Anhembi* (1952) publica mais três poemas também presentes no manuscrito de *Obras*.

Caio de Mello Franco encontrou alguns poemas precedidos de um drama: *O Parnaso Obsequioso* que até então estavam “perdidos”, e publicou-os em 1931. Trata-se de textos escritos para recitação em Vila Rica, no ano de 1768, em ocasião da comemoração da posse do governo da Capitania de Minas Gerais pelo conde de Valadares. Rodrigues Lapa, em 1973, encontra mais duas obras desaparecidas: o *Culto Métrico* (1749) e o *Munúsculo Métrico*

(1751). Estas obras se encontravam arquivadas na Biblioteca de Coimbra e foram publicadas por Melânia Silva de Aguiar em sua tese de doutorado intitulada *O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa* (1973). Outra contribuição para o conhecimento da obra claudiana foi dada por Tarquínio de Oliveira, que, segundo Esteves (2007, p.13):

Em 1979 [...] selecionava obras musicais do Arquivo de Música da Arquidiocese de Mariana para uma exposição na cidade de Belo Horizonte [quando]. Dois manuscritos despertaram-lhe a atenção: *Ópera de Demofonte em Trácia e Artaxerxe – Comédia do mais heróico segredo*. Imediatamente lembrou-se do *Apontamento* que o poeta Cláudio Manuel da Costa enviara à Academia Brasileira dos Renascidos em 1759, por ocasião de seu ingresso como sócio supranumerário. No documento Cláudio informa que traduziu textos de óperas do abade italiano Pietro Metastásio, inclusive a *Dircea* e o *Artaxerxes*. No original em italiano, a *Dircea* intitula-se *Demofonte e, Artaxerxe – Comédia do mais heróico segredo, Artaxerxe*.

Outros materiais importantes para serem inseridos neste *corpus* são os poemas, textos em prosa e traduções atribuídas a Cláudio Manuel da Costa, reunidos em um único livro de manuscritos, chamado *Manual de Obras*, documento pertencente à *Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Das obras mencionadas na carta de Cláudio Manuel da Costa à *Academia Brasileira dos Renascidos*, continuam desaparecidas *Cataneida*; *Labirinto de amor* e *Números harmônicos*. Na *Academia Brasileira dos Renascidos*, por sua vez e na *Colônia Ultramarina*, vários foram os escritos deixados pelo autor.

De acordo com as fontes d'*A poesia dos Inconfidentes* (1996), a manifestação *O Parnaso Obsequioso*, bem como as *Obras Poéticas* e *Vila Rica* hoje se encontram na *Biblioteca Nacional de Lisboa* (hoje, Biblioteca Nacional de Portugal) (Cód. 6799) e também na *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*; do *Arquivo Público Mineiro*; do IHGB; da *Biblioteca de Sainte Geneviève*, de Paris; em edições de Lima Júnior (1839, 1897, 1969). Já na bibliografia da dissertação de mestrado, de autoria de Suely Maria Perucci Esteves, há uma versão destas obras no *Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto (MinC/IPHAN).

Após esta explanação a respeito da obra de Cláudio Manuel da Costa, é importante a delimitação do *corpus* para esta pesquisa. Por se tratar do estudo da obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa e como o valor de “obra acadêmica” não é delimitado em cada texto, fez-se um apanhado das obras que foram escritas para os acadêmicos Renascidos (neste caso cabem as correspondências para a ABR) e a obra *O Parnaso Obsequioso*, considerada por Castello (1962; 1969-71) um dos poucos atos acadêmicos de que se tem notícia por seu

teor circunstancial, uma vez que foi escrita para felicitar e/ou homenagear autoridades ligadas às Minas Gerais naquela época.

Os estudos dos textos antigos requerem um trabalho longo e minucioso, pois, além de resgatar os textos¹⁰, também exigem leituras específicas e condizentes com o meio em que esses textos foram produzidos. Assim, para introduzir essa questão, cabe dizer que *a crítica é, assim, como todas as manifestações artísticas e intelectuais, “cosa mentale”*; nela, a intuição é dom fundamental (MARTINS *apud* FIGUEIREDO, p. 100).

Com essas palavras, Fidelino de Figueiredo expressa sua relação com a crítica literária, mostrando que ela também deve ser vista como manifestação de arte, uma vez que exige da parte do estudioso certa dose de intuição. Desta forma, pretende-se mostrar neste trabalho que, além de contar com a intuição, a crítica literária requer um exercício árduo, principalmente quando certas dificuldades oriundas do momento histórico, de ordem política e de outros fatores externos, como a deterioração ou desaparecimento de material, impedem o seu desenvolvimento. Neste caso, o papel dos editores críticos, muitas vezes, é de inegável importância, uma vez que eles são preparados para enfrentar os textos, além de efetuar a crítica propriamente dita. Assim, fazem depender de seus estudos, a confiabilidade de tantas obras.

Para uma melhor compreensão da crítica literária no Brasil é necessária a apresentação de um panorama de suas vertentes. A princípio, a crítica empenhou-se no estabelecimento de um cânone que legitimasse a independência do país, não somente no campo político, sobretudo no campo literário. Muitas foram as classificações criadas com a finalidade de atribuir a determinadas épocas características particulares, no caso da escrita, e da forma utilizada na obra. Enquanto alguns críticos preferiam dividir a literatura brasileira em épocas, outros procuravam estabelecer nomenclaturas ligadas ao estilo – Barroco, Arcádico, Romântico, etc. - ou mesmo de acordo com alguns acontecimentos históricos, como, por exemplo, as guerras/batalhas.

¹⁰ Para a crítica textual, este resgate pode ser feito por meio de atualizações da escrita ou de sua conservação, dependendo da intenção que dirige a atividade do editor.

1.2 As linhagens da crítica

A primeira crítica literária a se constituir foi, segundo Martins (1983), a chamada linhagem histórica, que se manteve sozinha somente até 1835, pois, a partir daí coexistiu com outras. Pode-se dizer que o primeiro crítico a trabalhar com a linhagem histórica no Brasil foi Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). A ele seguiram outros nomes como Abreu e Lima (1796-1869) e Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Esta linhagem não considerava os fatores estéticos, pois se acreditava que as obras encontravam sentido na história. Samuel (1977) destacou Sainte-Beuve (1804-1868) como um representante deste momento, com sua *Crítica Biográfica* do início do século XIX. Considerava as obras a partir do seu autor e dos documentos e dados históricos reunidos por este. Destarte, não havia filosofia nem criatividade, o valor estético era deixado totalmente de lado, e o tratamento das obras era meramente documental.

Outra linhagem importante, que consta no que se refere à crítica literária, é a linhagem impressionista, que ganhou destaque no período Simbolista com Torres-Homem (1812-1876), no Brasil, e com Anatole France (1844-1924) e Virginia Woolf (1882-1941). Em âmbito mundial, tratava-se de uma crítica pautada na subjetividade do leitor, que deveria guiar-se por seus sentimentos e intuições na leitura das obras.

Martins (1983) esclarece que, a crítica literária brasileira desenvolve-se em linhas convergentes e divergentes que se diferenciam e se completam. Deste modo, a crítica literária não segue apenas uma linhagem, ela se mescla com outras. Como exemplo é possível citar a figura do poeta Gonçalves de Magalhães – colocado como representante da linha histórica – também possui traços impressionistas e humanistas em sua obra. A linhagem humanística é uma extensão da linhagem gramatical (porém, no caso do Brasil, apareceu antes da linhagem gramatical) e teve como seu primeiro representante local o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791–1852) que considerava a erudição dos poetas como fundamental para as composições. Assim, o que caracteriza a linha humanística é a erudição e a investigação, fator que trata como primordial o conhecimento das fontes e dos autores clássicos.

As três linhas abordadas acima são as que prevalecem na crítica literária brasileira até 1870. Com o aparecimento de Sílvio Romero,

O primeiro representante da linhagem sociológica. A essas cinco vozes [...], já então simultâneos, acrescenta-se cinco anos mais tarde, a família estética ou formalista,

com Machado de Assis, somente em 1902 surgindo a linhagem gramatical, com Rui Barbosa (MARTINS, 1983, p. 102).

A linhagem sociológica caracteriza-se como um desenvolvimento da linhagem histórica com influencia impressionista no que diz respeito à estética. Já a linhagem formalista pode ser entendida pela:

Recusa aos elementos extratextuais, como fonte de explicação da obra literária, através do seu método descritivo e morfológico (...) vão procurar distinguir, no próprio texto, as características que o tornam literário, a sua literariedade. (SAMUEL, 1997, p. 95).

No caso da linhagem gramatical, como o próprio nome revela, pode-se dizer que ela se apóia na linguagem das obras, ou seja, tudo gira em torno do “estilo” da língua, de sua correção gramatical.

A partir desta síntese a respeito dos perfis da crítica literária nacional, pretendeu-se mostrar que ela está pautada numa heterogeneidade, e que é impossível distinguir em um crítico apenas uma vertente, mesmo que em sua obra predomine uma determinada linhagem. Deste modo, o trabalho dos críticos/editores está pautado em linhagens distintas, uma vez que ele tem o trabalho de ir às fontes (linha humanística); compreender a historicidade presente nas obras analisadas (linha histórica/sociológica); desvendar as incorreções gramaticais presentes nos manuscritos, bem como as mais distintas caligrafias (linha gramatical), tudo isso procurando interpretar a poeticidade do texto (linha estética/ expressionista).

Caio de Mello Franco está inserido na linhagem humanística por Martins (1983) em seu quadro cronológico da crítica literária no Brasil presente no segundo volume d'*A crítica literária no Brasil*. De fato, possui elementos que permitem enquadrá-lo nesta vertente, pois, uma das características desta crítica, é a busca pelas fontes. O crítico encontrou alguns poemas da autoria de Cláudio Manuel da Costa, precedidos do drama *O Parnaso Obsequioso* (1768) que até então estavam “perdidos”, e, após organizá-los, publicou-os em 1931. Tratava-se de textos escritos para recitação em Vila Rica, no ano de 1768, em ocasião da comemoração pela posse do governo da Capitania de Minas Gerais pelo Conde de Valadares. Sobre o texto manuscrito, o crítico revela:

Disse-nos um livreiro avaliador que o manuscrito do “Parnazo Obsequioso”, em 1899, já se encontrava em Paris, pertencendo a José Maria de Herédia. Não fez parte de seu catálogo. Acredita ter sido oferecido ao poeta por um dos condes de

Valladares, pois ainda que com segurança não se recorde, julga ter ouvido, certa manhã em que fora levar alguns livros à casa de Herédia, aquelle nome pronunciado num grupo de pessoas presentes (FRANCO, 1931, p. 13).

Com essas palavras, Franco abre seu livro *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa* (1931) que levou a público seu achado, ou seja, os manuscritos de *O Parnaso Obsequioso*, juntamente com alguns poemas que foram agrupados e chamados de *Obras Poéticas*. Como se percebe no fragmento, estas obras pertenceram a certo José de Herédia e foram localizadas na França, o que ressalta o caráter esparso da obra claudiana, característica que faz com que seus estudos sejam envoltos por tantos mistérios e suas obras sejam formadas por tantas lacunas. Além desta característica pode se notar que seu texto apresenta características próprias, pois é escrito em forma de narrativa, fazendo com que o leitor se aproxime dos fatos e adquira maior familiaridade com o poeta Cláudio Manuel da Costa :

Lá está elle, no silencio da casa adormecida, entre livros que o auto do seqüestro arrolou e cujos títulos e autores nós conhecemos, menos “os três livros de traducções de tragédias e mais outro dos mesmos relatados e poemas”, que por serem talvez obra ímpia do seqüestrado, escaparam à declaração, no minucioso arrolamento. Tudo a truxe-moxe, no seu descuido de solteirão, jogado na mesma gaveta em que havia “metido em huma bolça de damasco cramezim huma cabelleira nova em uma boceta, huma burraxa com o seu bucal de prata, com secenta e uma oitavas e meia de oiro em pó. Poemas e ouro, as cousas mais preciosas que possuía, irmanadas no mesmo gavetão (FRANCO, 1931, p. 32).

Neste excerto, Franco traz a cena para o presente (lá está ele), o que aproxima o fato narrado do leitor e instiga sua curiosidade para que penetre no silêncio da casa adormecida. Desta forma, o histórico ganha algo de humano, Cláudio Manuel da Costa deixa de ser apenas um nome importante e passa a adquirir humanidade, realidade.

Outra característica marcante na obra de Caio de Mello Franco é a utilização dos poemas de Cláudio Manuel da Costa para explicar momentos marcantes de sua vida e de suas opiniões:

Busquemos, agora na “Fabula do Ribeirão do Carmo”, motivos ou provas para nossa affirmacão anterior: o amor do poeta pela desolada terra.

“Deste inculta região vive o Itamonte,

Perto da terra, transformado em monte”. (FRANCO, 1931, p. 42).

A partir deste fragmento pode-se notar que o tipo de crítica que Caio de Mello Franco tece a respeito de Cláudio Manuel da Costa leva em consideração fatores biográficos, pois revela a partir da obra os pensamentos e sentimentos do poeta mineiro.

A obra *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa* faz uma análise da *Arcádia Ultramarina*, associação de poetas ocorrida no Brasil inspirada nas Arcádias Romana e Lusitana, cuja ideologia era o combate aos exageros e ao mau gosto Barroco a partir do conhecimento dos clássicos, a saber, Aristóteles, Horácio e Quintiliano, que em seus manuais abordavam questões relativas ao bem escrever, propostas pelas retóricas e poéticas. A existência desta agremiação, porém, nunca foi confirmada, ou seja, nunca foram encontrados dados que comprovassem a sua existência. Não possuía correspondência com a Arcádia Romana e nem com a Arcádia Lusitana. Sobre isso, o crítico revela que:

Cláudio Manuel da Costa, pertencendo à Arcádia portuguesa, pertenceria assim, *ipso facto*, à Arcádia Romana. Entretanto, jamais nos disse elle que pertencesse a qualquer das duas. Intitulava-se apenas árcade ultramarino (FRANCO, 1931, p. 16).

A saída encontrada pelo crítico para o problema da filiação ou não filiação às arcádias centrais, foi, apesar de não possuir dados concretos que ligassem seu nome a essas agremiações, que o poeta já se considerava árcade pelos ideais que o conquistaram. Assim, o crítico cita as palavras do poeta dizendo que talvez então *ella* (Arcádia Romana) *se não envergonhara de haver repartido para tão remotos climas o esplendor luminoso de sua República* (id., ib., p. 16). Assim, a chamada *Colônia Ultramarina* não seria outra Arcádia, mas uma parte da Arcádia Lusitana.

Em seguida, o crítico inicia um relato da vida cotidiana de Minas Gerais naquele período. Descreve a posse do Conde de Valadares em 16 de julho de 1768, os sentimentos de esperança de Cláudio Manuel da Costa e do povo das Minas, com a chegada de tão jovem governante – o Conde de Valadares ainda não tinha completado 25 anos quando assumiu o controle da capitania – todos estes momentos históricos são colocados por Caio de Mello Franco a partir dos poemas de Cláudio Manuel da Costa, fato que ressalta a mescla de seu estilo que além do humanismo também encerra em seu bojo elementos biográficos, não diferenciando autor e obra:

Toda Villa Rica estava nestes três versos que o seu cantor compoz mais tarde, referindo-se a outro assumpto, mas seguramente falando daquella paisagem:

“Do murmúrio das águas, e do vento
Dando aos membros suave acolhimento,
O leve somno lhe deitava as asas” (FRANCO, 1931, p. 26).

Deste modo, o crítico não dissocia os versos de Cláudio Manuel da Costa da imagem de Vila Rica, sua terra. É como se os seus versos fossem relatos dessa realidade. Franco utiliza-os para traçar a biografia do poeta. Em seguida, prossegue com os comentários sobre a vida de Cláudio Manuel da Costa a partir de seus poemas, que demonstravam esperanças em relação ao novo governante, sua vida política - uma vez que é sabida a participação política do poeta na função de Secretário do Governo - e na vida pública de seu tempo, pois foi advogado conceituado. Todas estas análises são pautadas em seus poemas e em documentos da época, que aparecem durante todo o texto confirmando as palavras do autor.

Após elaborar a narrativa da vida do poeta, o crítico apresenta o drama *O Parnaso Obsequioso* e os poemas e textos que compõem as *Obras Poéticas*. Essa apresentação encerra a fase anterior à inconfidência, e, a partir da página 125, apresenta a obra *Cartas Chilenas* que dará suporte à sua crítica sobre a inconfidência mineira.

Essa é mais uma característica que faz da obra de Caio de Mello Franco, Biográfica e Histórica/ Sociológica, uma vez que, os textos não são explorados por seu caráter estético, e sim pelos sentimentos de seu autor e pelo seu valor documental. Sobre essa questão o crítico adverte: *Tinham, pois, as “Cartas Chilenas” preenchido todas as suas finalidades políticas e sociais. [...] Esse documento, da mais alta importância na Conjuração, é escripto em verso.* (grifo meu). (FRANCO, 1931, p. 140-141).

Estes excertos servem de base para o tratamento que o crítico dispensa às *Cartas Chilenas*, cujo caráter seria político e social, ou seja, seria um documento escrito em versos que representa um dado momento histórico.

Prosseguindo a análise, Franco traça as biografias de Tomás Antonio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, enfocando o momento em que foram presos e interrogados. O crítico explica a realidade de Gonzaga, preso na masmorra, e o interrogatório sofrido por Cláudio Manuel da Costa pela justiça Real baseando-se nos versos do autor das *Cartas Chilenas*, momento em que o crítico procura atribuir a autoria de acordo com as passagens da obra. Desta forma ele esclarece que:

[...] felizmente, aqui, por uma peculiaridade da linguagem, Cláudio deixou o seu selo indelével, como se quizesse assim, para o futuro, defender uma obra que o presente impiedoso condenava ao anonymato, quasi como uma crime de lesa-magestade, e que o futuro tentaria roubar-lhe (id., ib., p. 175).

O crítico explora os poemas escritos por Cláudio Manuel da Costa em *O Parnaso Obsequioso* estabelecendo correspondência deles com a linguagem das *Cartas Chilenas*. A crítica de Caio de Mello Franco, neste momento, muda de rumos, passando a buscar na linguagem, no caso, em uma diferente adjetivação usada pelo poeta, a prova de autoria de certas passagens da obra “subversiva”: *Tal sendo, como explicar, pois a estranha adjetivação – “baixo estrondo” - e que de resto já havia elle usado antes com a mesma singularidade?* (id., ib., p. 175). Neste momento, ao abordar o texto literário em si para focar-se nos elementos estéticos, em busca da autoria do episódio das *Cartas Chilenas*, Franco assume a linhagem estética/expressionista, comprovando a forma heterogênea de seu exercício crítico.

A crítica literária em relação à obra de Cláudio Manuel da Costa ainda busca solucionar diversos mistérios, pois desde a edição crítica efetuada por João Ribeiro (1903), muitas obras foram sendo descobertas e algumas obras então desaparecidas foram encontradas, como foi esclarecido, inclusive, ao se tratar dos textos encontrados por Caio de Mello Franco e publicados em 1931.

Melânia Silva de Aguiar pode ser considerada especialista na obra claudiana da atualidade. Sua pesquisa pode, inclusive, ser discutida a partir do que se considera crítica de edição, uma vez que ela foi responsável pela organização e publicação de dois textos de Cláudio Manuel da Costa descobertos por Rodrigues Lapa (1973) na Biblioteca de Coimbra: o *Culto Métrico* (1749) e o *Munúsculo Métrico* (1751), além de desenvolver pesquisas relacionadas à busca por textos inéditos do poeta.

No artigo denominado *Rasuras, Censuras e outras Inconfidências nos manuscritos de Cláudio Manuel da Costa: Edição Crítica* (2003), a pesquisadora propõe fazer um relato de sua experiência com a crítica textual no que toca à função de editor crítico, esclarece:

É tarefa do editor crítico tentar restaurar a verdade textual. E examinar os textos setecentistas em suas fontes, quando isso é possível, vendo em suas rasuras nada mais do que simples riscos, supressões, substituições inconseqüentes, é uma atitude no mínimo ingênua. As condições históricas que cercam a produção e a edição destes textos não podem ser aqui negligenciadas, mesmo que o passado não queira, como diz Cecília Meireles, abrir a sua porta (AGUIAR, 2003, p.398).

Com estas palavras, Aguiar procura demonstrar que a tarefa de um crítico editor é complexa, no sentido de estar em suas mãos a descoberta de verdades relativas, não apenas aos textos descobertos, mas também a um passado histórico que não pode ser desvinculado da obra e compreender estas faces de um texto antigo é trabalho minucioso e de grande valor para a constituição de nossa identidade.

A partir da definição feita sobre o trabalho de edição de textos, a autora faz contrastar o seu fazer crítico com a crítica de Caio de Mello Franco no século XX. Melânia Silva de Aguiar ressalta o problema da desvinculação do autor em relação à obra. Sobre este assunto, citamos o excerto, constante do mesmo artigo:

Outra questão que se coloca freqüentemente ao editor de textos desta época é a atribuição duvidosa de autoria. Há cinquenta anos atrás, quando os estudos de historiografia literária levavam a sério a individualidade e a imagem sacralizada do autor empírico, discutir questões de autoria tinha o seu lugar nos estudos literários. Com a valorização da obra em si, em detrimento da recepção e do lugar do autor, considerado agora *persona*, ator na cena da escritura, usuário de máscaras que o afastam do ser biográfico da origem, ficou difícil falar-se em alguma coisa que fugisse às noções de estrutura, imanência, textualidade e outras semelhantes. A desconstrução do sujeito levaria a outras desconstruções, como a de fronteiras culturais, de nação, de literatura nacional etc. (id., ib., p. 398).

A partir deste excerto pode-se inserir como exemplo das palavras de Melânia Silva de Aguiar a obra de Caio de Mello Franco, *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*, que era fortemente ligado à noção da crítica biográfica, uma vez que utilizava o texto de Cláudio Manuel da Costa para definir a história de sua vida, idéia que hoje não é mais partilhada pela crítica, pois os estudos literários deixaram de lado as associações entre autor e obra, transformando, muitas vezes esse autor em *persona*, ou seja, sujeito ficcional que desempenha papéis dentro do texto. Assim, a crítica de edição, que busca nos textos do passado muito mais que a simples constatação de sua existência, faz também constatar nestes textos a presença de marcas importantes de um passado histórico real, associado à vida de seu escritor:

No contexto cultural brasileiro, onde tanta coisa há por explicar, tantos enigmas a resolver, tantas dúvidas a sanar, a tendência dominante nos últimos anos poderá ter significado um atraso no nosso conhecimento do passado, que queiramos ou não, é o lugar em que se apreende o tecido de nossa memória, o palco em que tem início, mal ou bem, a formação de uma certa identidade [...]. (AGUIAR, 2003, p.398-399).

Assim, a pesquisadora é de opinião que para os estudos da crítica de edição não basta ater-se ao texto em si. É necessário focar-se no conjunto que o torna pedaço de uma história, que é impossível de ser desassociada do texto. A sua crítica demonstra que cada estudo merece um enfoque e, no caso da obra claudiana, as questões históricas e/ou de autoria são instrumentos indispensáveis para a sua compreensão.

Os estudos relativos aos poetas mineiros do século XVIII são associados à fase histórica da abundância do ouro e da fase política em que o Brasil era comandado pela Coroa Portuguesa. A amizade e as reuniões dos poetas árcades em torno de um mesmo ideal, descrito em muitas de suas composições, fazem com que seja praticamente impossível não se remeter a essas questões.

Tanto o estudo feito por Caio de Mello Franco quanto as pesquisas efetuadas por Melânia Silva de Aguiar procuram comprovar a partir dos textos-fonte questões externas ao texto, ou seja, as questões históricas e biográficas já abordadas. Porém, mesmo apresentando diferenças quanto ao enfoque (uma vez que o primeiro autor “conduz” sua crítica como uma narrativa, enquanto a segunda o faz em linguagem mais científica/acadêmica), ambos concordam no sentido da indissociabilidade das questões históricas à autoria dos textos, que por sua vez são tratados, no primeiro caso, como documentos, e no segundo caso, documentos aos quais se vinculam valores estéticos. Deste modo, apesar deste ser um novo momento da crítica literária em que a obra não mantém mais uma ligação direta com o autor, no caso dos estudos da obra de Cláudio Manuel da Costa, bem como dos demais poetas mineiros do século XVIII, ainda são notáveis as marcas da biografia e da história, presentes na crítica que as considera arraigadas nestes estudos.

A crítica literária de Caio de Mello Franco e de Melânia Silva de Aguiar sobre a produção do poeta Cláudio Manuel da Costa, portanto, possui pontos opostos e pontos em comum. Um dos pontos divergentes pode ser a linguagem utilizada na construção de Franco, segundo um gênero que coloca o poeta mineiro como personagem de uma trama preocupada em humanizá-lo e colocá-lo em um plano de fundo histórico a ponto de aproximá-lo do leitor.

Neste capítulo, procurou-se também abordar a questão dos diferentes tipos de linhagem presentes na crítica literária brasileira com o propósito de mostrar as diferentes faces dos estudos literários bem como suas aproximações e junções, o que torna os estudos cada vez mais produtivos e completos.

As obras de Caio de Mello Franco e Melânia Silva de Aguiar são apenas mostras da complexidade dos estudos de textos do século XVIII, principalmente dos poetas mineiros que possuem grande parte de seus escritos desaparecidos. A descoberta de obras em diversas partes do Brasil e Europa comprova o caráter esparso dos textos e a riqueza do material. As condições dos textos mostram a dificuldade da análise pela crítica fazendo com que seja necessário o enfoque de várias linhagens para o seu tratamento e análise, para, assim se chegar a uma crítica mais completa, que leve em consideração não apenas o caráter histórico ou biográfico, mas que também valorize a obra esteticamente.

CAPÍTULO II

O CONTEXTO NO QUAL SE DEU A PRODUÇÃO LETRADA EM PORTUGAL E NO BRASIL COLONIAL

Neste capítulo, procuraremos analisar o momento histórico no qual Portugal foi lançado aos ideais iluministas, época de mudanças que originaram sucessivos transtornos para um país, de certo modo, acostumado com sua política, seus métodos de ensino e, principalmente, sua religião. Está baseado no *Testamento Político* de D. Luís da Cunha ([1820] 1976), diplomata português (1662-1749) que faz um retrato de Portugal da primeira metade do século XVIII, um Portugal eclesiástico, aristocrático e tributário das indústrias estrangeiras.

O *Verdadeiro Método de Estudar* ([1746], 1952), obra do pensador iluminista português Luís Antonio Verney, concentrou em dois volumes algumas considerações a respeito do sistema de ensino das universidades setecentistas, bem como um questionamento sobre os pontos negativos da educação teológica baseada na Escolástica, seguida pelos jesuítas e, por conseguinte, sua apologia ao método adotado pelos Oratorianos.

No que toca às relações entre os letrados, as associações de produção do saber, como as academias, arcádias, e a política praticada por esses grupos, ou ainda pela corte, especialmente nos aspectos em que essas relações tornam-se importantes para a sua existência, é necessário entender as ideologias que marcaram as produções escritas nos espaços Portugal e América Portuguesa, todas elas indissociáveis da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiramente Conde de Oeiras e, posteriormente, Marquês de Pombal¹¹.

D. Luís da Cunha, por sua vez, foi um importante magistrado nos fins do século XVII e exerceu a função de desembargador da Relação do Porto, em 1685, e da Casa da Suplicação, em 1688. Um dos episódios mais marcantes de sua carreira foi a atuação no caso do envolvimento de Portugal na sucessão espanhola. Representou, juntamente com o conde de Tarouca, os interesses de Portugal no Congresso de Utrecht¹² na questão dos limites da

¹¹ Esta honra lhe foi conferida em 1769. O homenageado contava 71 anos de idade e a recebeu como recompensa pelos trabalhos prestados à monarquia. Neste trabalho será utilizado apenas este título, embora Sebastião José ainda não fosse o “Marquês” nos tempos da ABR.

¹² São chamados tratados ou paz de Utrecht os acordos que, firmados na cidade de Utrecht, nos Países Baixos (1713-1715), puseram fim à guerra da sucessão espanhola (1701–1714), na qual entraram em conflito interesses de várias potências européias. O trono da Espanha era pretendido por Filipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XIV, e por Carlos, da casa da Áustria. As negociações se abriram em 29 de Janeiro de 1712, mas só em 11 de Abril de 1713 foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714. Os opositores da disputa se definiram com a França, em apoio de Filipe, e a Grande Aliança (Grã-Bretanha, República Holandesa, Prússia, Portugal e casa de Sabóia) que se formara contra Luís XIV a favor do príncipe Carlos. A Grande Aliança perdeu

América. Merece destaque em sua biografia a permanência em alguns estados europeus, que o colocaram em contato com a ciência e as artes, meios que influenciaram sua tentativa de renovação cultural em Portugal, patrocinada por D. João V.

A obra de D. Luís da Cunha, o *Testamento Político*, neste trabalho, está relacionada com a necessidade de entender as novas propostas políticas oferecidas em forma de manual a D. José I, antes mesmo de sua posse como rei de Portugal. O autor inicia seu texto justificando a liberdade e a sinceridade de suas palavras, com base na sua dedicação e na antiga condição de Ministro, dada a ele pelo avô de D. José I, que o tirou da Casa da Suplicação para que servisse no Ministério Estrangeiro. Assim, suas idéias tiveram por base o modelo observado por ele na Inglaterra, Holanda e França.

A primeira questão política que o autor defende é a do absolutismo. Mostra-se a favor da centralização do poder do rei, o que implica em uma discordância em relação à nomeação de um ministro, sobre isso estabelece duas razões:

A primeira porque Deus não pôs os cetros nas mãos dos príncipes para que descansassem, senão para trabalharem no bom governo dos seus reinos; trabalho que lhe será muito suave, se repartir bem e alternativamente as suas horas, porque estou certo que lhe sobejarão as que bastem para as empregar nos divertimentos que convém ao seu caráter [...]. A segunda, e ainda mais forte razão, vem a ser, que o dito ministro ordinariamente tira ao soberano o crédito que ele se arroga a si mesmo, desconsola os naturais, e perde muito com os estrangeiros (CUNHA, 1976, p. 19-20).

força quando Carlos foi eleito imperador do Sacro Império Romano-Germânico, com o nome de Carlos VI da Germânia, pois para os britânicos não convinha que o príncipe austríaco centralizasse tanto poder. Após negociações entre ingleses e franceses, foi realizado um congresso em Utrecht, sem a participação da Áustria, e foram assinados os tratados. O imperador austríaco Carlos VI julgou que não poderia prosseguir em sua luta sem os aliados e aceitou os termos dos tratados de Rastatt e Baden, em 1714. A questão da sucessão na Espanha foi solucionada em favor de Filipe V, que conservou a coroa da Espanha (1700-1746) e as respectivas colônias, mas renunciou ao direito de sucessão ao trono francês. A integridade do território francês foi preservada e a Inglaterra recebeu importantes bases marítimas - Gibraltar, Minorca, Terra Nova (*Newfoundland*), Acádia - e obteve o direito de abastecer as colônias da América Espanhola com escravos negros. A Inglaterra ganhou da França, além da Terra Nova, a baía de Hudson e St. Kitts e o reconhecimento da sucessão hanoveriana. O sul dos Países Baixos, Milão, Nápoles e Sardenha passaram à Áustria. A França restituiu conquistas recentes, mas manteve tudo o que foi conseguido na Paz de Nijmegen, em 1679, além da cidade de Estrasburgo. O duque de Savóia ganhou a Sicília e aumentou as fronteiras do norte da Itália. Os holandeses asseguraram, junto ao governo austríaco, o direito de guarnecerem fortalezas no sul dos Países Baixos. A dominação francesa encontrava-se em situação difícil, mas a França ainda era uma grande potência. A Inglaterra obteve conquistas navais, comerciais e coloniais significativas, assumindo posteriormente um papel preponderante no que diz respeito às questões de ordem mundial. As negociações conducentes à assinatura deste tratado foram iniciadas em 1712, tendo representado nelas, para Portugal, o conde de Tarouca, João Gomes da Silva, e D. Luís da Cunha. Em 1713 foi reconhecido a Portugal a soberania sobre as terras brasileiras compreendidas entre os Amazonas e Oiapoque. Em 1715 acordou-se na restituição aos portugueses da Colônia do Sacramento. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Utrecht, acesso em 08/05/2009 às 10: 42 h..

A sugestão de D. Luís da Cunha de não nomear um ministro não foi acatada pelo rei, que, a partir de sua ascensão ao trono, nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo para o cargo. Apesar de não ver com bons olhos a nomeação de Ministros, D. Luís da Cunha cita o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo para a Secretaria do Reino, o que mostra que Pombal já havia conquistado seu espaço no cenário político e também mantinha pensamentos em comum com D. Luís da Cunha. A nomeação do ministro, como previa D. Luís da Cunha, confirmou seu temor de que um ministro poderia “tirar os créditos do soberano”, pois o Marquês de Pombal, como ficou conhecido, não demorou para atuar de forma independente, uma vez que suas decisões eram sempre confirmadas por D. José I.

Ainda sobre a opção pelo absolutismo, o texto do desembargador revela concordância com o pensamento de Maquiavel, um dos maiores defensores deste governo na Itália e cuja obra, *O Príncipe*, escrita em 1513, pode ser considerada uma espécie de guia para governantes, alertando-os sobre as armadilhas da política. Sobre isso, D. Luís da Cunha revela:

Se alguém me acusar de que nesta parte abraço as máximas de Maquiavelo, enquanto diz que o governo monárquico seria o mais perfeito de todos, se o príncipe não tivesse validos, nem confessor (CUNHA, 1976, p. 23).

Com estas palavras, o autor demonstra sua opção política e organiza seu texto, mostrando os pontos positivos da centralização do poder do rei. As propostas de reforma da política portuguesa da obra de D. Luís da Cunha influenciaram as ações pombalinas:

[...] Carvalho e Melo, quando era um jovem diplomata na Áustria e em Londres, apreciava e acolhia com uma postura confessada de discípulo os conselhos de D. Luís. Com efeito, podemos ver neste embaixador de Portugal em França e nas suas idéias inspiradas no iluminismo político europeu que tão bem conhecia, como um dos ideólogos do pombalismo. E não é difícil de ver algumas das suas propostas programáticas que foram consignadas por escrito nos anos trinta do século XVIII, a serem aplicadas por Pombal 30 anos depois.¹³

Assim, além de apoiar o absolutismo monárquico, o *Testamento Político* traz ainda questões que merecem ser associadas aos pensamentos do Marquês de Pombal: a desconfiança em relação aos jesuítas, muitas vezes escolhidos pelos reis como confessores, mas que por serem *os que mais estudam e por isso mais aptos para adoptarem as opiniões*

¹³ Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/12.htm#_ftn68. Acesso em 21/01/2009 às 11: 45h.

(id. Ib. p 23), poderiam influenciar negativamente o soberano em suas decisões. Trata-se de uma aversão aos métodos utilizados pelos eclesiásticos e que impediam muitas das suas ações políticas.

D. Luís da Cunha revela outras questões para melhor compreensão deste período de mudanças em Portugal. Seguindo a ordem dos fatos, o desembargador associa a figura do rei à de um pai de família e assim descreve as principais obrigações que cabem a um governante. Após essa comparação, inicia uma discussão acerca da localização estratégica de Portugal que permite saber quando o inimigo se aproxima e trata do exército, das armas, das fortificações de fronteiras e da marinha, sugerindo a quantidade de cada item e comparando Portugal a outros países europeus. Em seguida, comenta a necessidade de segurança para o rei e as punições que deveriam ser imputadas aos réus, defendendo a pena de morte. Sugere também a necessidade de reduzir o número de advogados em Portugal:

Pelo que me parecia, que se o seu número excedesse o de que se necessita para a administração da justiça, dentre todos se escolhessem os de maior reputação, tanto nas letras, como nos costumes para que só eles pudessem advogar parte nas causas cíveis e parte nas criminais; ao que ajuntaria que os formados nos sagrados cânones não pudessem advogar, mas somente os formados em leis, pois vemos que os clérigos tomam também este modo de vida; e se devo dizer tudo, não deviam entrar na Relação, pois que pelos mesmos cânones lhes é defendido de concorrerem por qualquer modo que seja para a morte de qualquer gênero de pessoa (CUNHA, 1979, p. 56).

Assim, mais uma vez D. Luís da Cunha se coloca contra os jesuítas na condição de advogados, mostrando que as duas funções não eram compatíveis e que em Portugal havia um excesso de homens formados em leis. Ainda a respeito dos jesuítas e dos demais eclesiásticos, sugere a promulgação de uma lei para impedir a Igreja de receber ou herdar bens, pois essa prática prejudicava o Estado, uma vez que fazia da Igreja a detentora de parte do reino. Esta idéia também é aceita pelo Marquês que Pombal, que, como será tratado posteriormente, defendia a administração dos referidos bens pelo Estado.

Para D. Luís da Cunha, Portugal nesta época sofria com quatro sérios problemas chamados por ele de *sangrias*: o primeiro era o excesso de pessoas que entravam nos conventos; o segundo era a religião dos soldados que os impossibilitava de exercer suas funções de modo satisfatório, fazendo-os morrer ou entrar para conventos; o terceiro era causado pelo despovoamento de Portugal, pois muitos habitantes iam para o Brasil em busca de condições melhores de vida e o quarto problema seria a Inquisição, que proporcionava uma

péssima imagem de Portugal diante dos países estrangeiros. Para todos estes problemas D. Luís da Cunha mostra sugestões de correção, todas elas baseadas em referenciais retóricos de argumentação.

A respeito da extinção da Inquisição no governo de D. José, o Marquês de Pombal diminuiu o poder da Igreja, subordinando o Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) ao Estado. Apesar da Inquisição não ter sido oficialmente abolida, ela sofreu um profundo abalo com a criação de medidas que a levaram à subordinação ao poder real. Esta atitude de Pombal evidencia mais uma característica em comum com os pensamentos de D. Luís da Cunha.

Ao fim do *Testamento Político* há algumas considerações sobre o comércio português e como o país poderia deixar de depender das exportações estrangeiras. O texto é importante na medida em que fornece algumas características do pensamento ilustrado que começam a entrar em Portugal e também é um importante material para ser contrastado com a metodologia de governo utilizada pelo Marquês de Pombal como poderá ser visto a seguir.

Sebastião José de Carvalho e Melo, (1699 - 1782) foi um nobre estadista português. Foi secretário de Estado do Reino (primeiro-ministro) de D. José I (1750-1777), sendo considerada, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa. Representante do Despotismo Esclarecido em Portugal no século XVIII. Viveu num período da história marcado pelo Iluminismo, tendo desempenhado um papel importante na aproximação de Portugal à realidade econômica e social dos países do Norte da Europa, mais dinâmica do que a portuguesa. Iniciou, com esse intuito, várias reformas administrativas, econômicas e sociais. Acabou na prática com os autos de fé em Portugal e com a discriminação dos cristãos-novos, apesar de não ter extinguido oficialmente a Inquisição portuguesa, em vigor até 1821¹⁴.

Segundo Maxwell (1996), apesar de ser proveniente de uma família de nobreza menor formada por fidalgos que exerciam função de funcionários públicos, sacerdotes e soldados, Pombal, ao se casar com a viúva Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, conseguiu chegar à alta nobreza. Após a morte de sua esposa, em um segundo casamento com a Condessa de Daun¹⁵, Pombal estreitou ainda mais seus laços com a corte, pois foi visto com

¹⁴ Biografia disponível no site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo. Acesso em 20/01/2009 às 13: 20h.

¹⁵ Maria Leonor Ernestina Daun.

bons olhos pelas pessoas mais ilustres da época, entre elas, a esposa de D. João V¹⁶ que inclusive o convidou¹⁷, em 1749, para ocupar o Ministério de Lisboa. Ainda de acordo com Maxwell, Pombal, antes de se tornar ministro de D. José I, adquiriu considerável experiência diplomática na Áustria, representando o rei português na corte de St. James de 1739 a 1743:

Na verdade, o cargo de Pombal na Áustria deu um impulso decisivo a sua carreira. Ele chegou a Viena, via Londres, em 1745. Sua atividade na capital austríaca alcançou sucesso considerável [...]. Em termos de contatos em Viena, Pombal encontrou um aliado bem colocado ao se tornar amigo muito íntimo de Manuel Teles da Silva, emigrado português de linhagem aristocrática que galgou altos postos dentro do estado austríaco [...]. Foi feito duque Silva-Tarouca pelo imperador austríaco Carlos VI em 1732, serviu no importante posto de presidente do conselho dos Países Baixos e da Itália e foi confidante da imperatriz Maria Teresa (MAXWELL, 1996, p. 08).

Pombal travou bons relacionamentos com nomes importantes. Conseguiu chegar ao ministério português. Adquiriu experiência, riquezas e forças para Grã Bretanha e Áustria. Durante sua permanência nestes países entrou em contato com novas ideologias, denominadas *jansenistas* e *galicanas*, que estabeleciam uma nova relação entre Estado e Igreja, proporcionando ao Estado um poder administrativo perante as questões que até então somente o papa e os integrantes do alto clero resolviam:

No plano ideológico-político, o pombalismo denotou simpatia pelo movimento jansenista e ligações de cumplicidade aos seus organismos de difusão internacional, assim como se pode encontrar patenteada alguma influência dos filósofos afectos ao jansenismo na sua doutrina regalista. Tanto mais que esta simpatia decorre, desde logo, do facto de os jansenistas se terem afirmado como os mais acérrimos inimigos dos Jesuítas e da sua teologia e serem um dos movimentos que melhor simbolizam a luta contra a Cúria Romana dentro da própria Igreja, tendo, nesta linha, contribuído para informar as doutrinas e reivindicações do galicanismo francês. Cumpre, assim, especificar que o regalismo português e o seu ultra-antijesuítismo são também elaborados ideologicamente com o recurso a autores ligados ao jansenismo e galicanismo francês.¹⁸

Após o terremoto de Lisboa, em 1755, e o atentado (regicídio) de 1758, atribuído à família Távora¹⁹ e ao Duque de Aveiro²⁰ contra D. José I, o poderio de Pombal expandiu-se

¹⁶ Maria Ana de Áustria.

¹⁷ O convite a Pombal foi feito pela então regente Maria Ana da Áustria, cargo que assumiu durante a enfermidade de seu marido D. João V.

¹⁸ Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/12.htm#_ftn68. Acesso em Acesso em 21/01/2009, às 13: 32 h.

¹⁹ A família Távora é um dos raros casos de ascendência social constante devido ao desempenho de cargos militares e/ou administrativos do Reino. Tanto que, a 21 de Fevereiro de 1611, o Rei D. Filipe II de Portugal, III de Espanha concedeu a D. Luís Álvares de Távora (c.1590-?), 15º Senhor de Távora e 7º Senhor do Mogadouro, o título de 1º Conde de São João da Pesqueira. D. Luís Álvares de Távora (1634-?), 3º Conde de São João da

ainda mais, pois, sem demora o Ministro mandou executar os envolvidos (o que lhe conferiu o título de conde de Oeiras, conferido por D. José I) e em menos de um ano reconstruiu parcialmente a cidade destruída.

Encantado pelas novas idéias e pelo nascente iluminismo, o Ministro tentou implantá-las em Portugal, causando muitos embates dentro das relações entre Monarquia e Igreja. Sua tentativa de modernizar Portugal era feita de modo autoritário, por isso, muitos dos conflitos oriundos do período pombalino têm sua raiz nessa nova postura despótica esclarecida.

Um dos fatores interessantes que mostrou esse choque de pensamentos foi a mudança do método de ensino, instaurada por Pombal. A catequese, de acordo com o texto de Leite

Pesqueira, foi elevado a 1º Marquês de Távora a 8 de Agosto de 1669 pelo príncipe herdeiro e Regente do Reino D. Pedro, futuro D. Pedro II, em nome do Rei D. Afonso VI. O irmão mais novo do 1º Marquês de Távora, D. Francisco de Távora, foi elevado a 1º Conde de Alvor por carta régia de 4 de Fevereiro de 1683 passada pelo Rei D. Pedro II. A nomeação deveu-se a serviços prestados por ele na Índia, onde foi o 33º Vice-Rei da Índia entre 1681 e 1686. As duas linhas uniram-se pelo matrimónio de D. Leonor de Távora (1700-1759), 3ª Marquesa de Távora, com D. Francisco de Assis e Távora (1703-1759), 3º Conde de Alvor. Os Marquêses de Távora tornaram-se figuras mais relevantes do Reino, pois alianças matrimoniais da família os uniram aos Condes de Atouguia, os Marquêses de Alorna, os Condes da Ribeira Grande, os Condes de Vila Nova, os Duques de Aveiro e os Duques do Cadaval. D. Francisco Assis de Távora, 3º Conde de Alvor e 3º Marquês de Távora, foi nomeado em 1750 pelo Rei D. João V 45º Vice-Rei da Índia, sucedendo no cargo ao seu compadre D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar e 1º Marquês de Alorna. Já no reinado de D. José I as relações entre esta Casa nobiliárquica e a Coroa agravaram-se, essencialmente, por três motivos: a falta de reconhecimento por parte do Rei ao 3º Marquês de Távora pelos serviços prestados na Índia, onde os marqueses tiveram de empenhar o que tinham e o que não tinham para sustentar o Governo do Império do Oriente; o facto de Sebastião José de Carvalho e Mello, membro da baixa nobreza, ser o novo valido do Rei como conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal; e, por fim, os amores ilícitos entre D. José I e D. Teresa de Távora e Lorena, irmã do 3º Conde de Alvor e esposa de seu sobrinho D. Luís Bernardo de Távora, o Marquês Novo. Quando em Setembro de 1758 o Rei D. José I sofreu um atentado, o Primeiro-Ministro Carvalho e Mello aproveita a situação para culpabilizar a alta nobreza e assim diminuir-lhe o poder, parte da sua estratégia para a centralização do poder. O Processo dos Távoras, como ficou conhecido, ainda é um tema controverso e não se pode ter a certeza se realmente a alta nobreza fora culpada do atentado. Contudo, uma coisa é clara: Sebastião José de Carvalho e Mello queria que fosse. Os Távoras, devido à sua animosidade para com Sua Majestade, foram culpabilizados, julgados e condenados. Em 1759 os Marquêses Velhos, o Marquês Novo, o Conde da Atouguia, D. José Maria de Távora e o Duque de Aveiro subiram ao cadafalso e foram executados por crime de lesa-Majestade. As mulheres, as crianças e os demais homens da família foram encarcerados em conventos e mosteiros separados, obrigados a professar. Os bens das Casas de Távora, Atouguia, Aveiro e Vila Nova passaram para a Coroa, as armas dos Távoras foram picadas e o uso do apelido Távora foi interdito. Quando D. Maria I subiu ao trono reabilitou os membros da família encarcerados, restituindo-lhes os títulos, mas nunca teve coragem para declarar inválida a decisão de seu pai D. José I. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_dos_T%C3%A1voras. Acesso em 21/01/2009 às 21: 30 h.

²⁰ D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, 5.º marquês de Gouveia, 8.º conde de Santa Cruz e 8.º duque de Aveiro, (Lisboa, 2 de Outubro de 1708 – Santa Maria de Belém, 13 de Janeiro de 1759), fidalgo da Casa Real, titular de uma das mais aristocráticas e poderosas famílias portuguesas e um dos condenados no processo dos Távoras. Foi barbaramente executado no lugar de Bélem, então uma povoação dos arrabaldes de Lisboa, num patíbulo expressamente erigido para punir os indiciados no processo dos Távoras. Apresentou-se ao litígio pela morte do duque de Aveiro por ser descendente do 3º Duque de Aveiro, cuja filha D. Maria de Lencastre tinha sido a 3ª esposa de D. Manrique da Silva, 6º conde de Portalegre criado 1º Marquês de Gouveia). Frei Gaspar da Encarnação, uma espécie de primeiro ministro do rei D. João V, favoreceu sua pretensão, pois eram parentes: tio e sobrinho. Conseguiu em 1749 sentença a seu favor, confirmada três anos mais tarde pela Relação de Lisboa; D. José tomou assim posse da casa e ducado de Aveiro, de que foi o 8º e último Duque. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_de_Mascarenhas_Lencastre,_Duque_de_Aveiro. Acesso em 20/03/2009 às 14: 28 h.

(1983), utilizava para o ensino o catecismo produzido pelo jesuíta Padre Marcos Jorge, impresso em 1561 e reeditado, posteriormente, com o nome de *Cartilha* pelo confrade Inácio Martins. Pombal, adepto de mudanças educacionais e não concordando com o método adotado neste material por não preconizar as idéias *jansenistas* e *regalistas*, proibiu sua utilização, recolhendo todos os exemplares e substituindo-o pelo *Catecismo de Montpelier*, publicado por Carlos Joaquim Colbert, bispo e prelado jansenista. Ainda sobre as teorias regalistas e antipapais, encontra-se na Universidade de Coimbra um Estatuto datado de 1772, cujo teor gira em torno do estabelecimento de normas administrativas e conteúdos dos cursos, também baseados nas idéias jansenistas e regalistas utilizadas na época do governo do marquês e que demonstra o fato de a política, de modo geral, e da cultura, de modo particular, serem marcadas e geridas conforme o programa estabelecido pelo ministro.

A educação em Portugal era dominada quase exclusivamente pela *Companhia de Jesus* e outras ordens religiosas. Com a reforma pombalina, de 1759, os jesuítas foram expulsos de todo o território português e se fez publicar um alvará para a mudança da educação no país. Assim, foi criado pela primeira vez o cargo de Diretor Geral dos Estudos (para observar o progresso dos estudos e elaborar relatórios sobre a situação do ensino). A censura estava presente no projeto de Pombal, com a destruição e proibição de livros de autores considerados corruptores da Religião e da Moral e que poderiam prejudicar a paz e o sossego público. Igualmente, o sistema de ensino superior, controlado pela Igreja, passou ao controle do Estado.

A aplicação no Brasil Colônia de um mandato de desnaturalização, prisão e expulsão dos Jesuítas, ocorrido após um longo processo de tentativas, foi o momento que ficou marcado como um dos mais conflituosos da ação pombalina. O pedido de supressão da ordem religiosa foi primeiramente feito ao papa Clemente XIII, que não aceitou tal medida. Após essa negação, Pombal propôs que Espanha e França enviassem tropas para invadir os domínios da Igreja, com o objetivo de intimidar o papa. Porém, a França considerou o procedimento arriscado e a Espanha também recuou, fazendo com que o ministro desistisse da invasão.

Com a morte de Clemente XIII foi eleito Clemente XIV, que diante da pressão exercida por Pombal e pelos governos francês e espanhol, acabou por consentir com a extinção da *Companhia de Jesus*. Este fato ocorreu após denuncia à Inquisição do padre Gabriel Malagrida, muito respeitado em sua função, porém condenado por heresia, sem que

de fato existissem provas. Sua execução foi tão violenta que escandalizou toda uma época. O regalismo de Pombal, sua política reformista e os excessos que cometia em seu governo eram baseados no pensamento político e religioso do catolicismo iluminista, que queria reedificar um Estado e uma Igreja a partir de novos paradigmas.

De acordo com Leite (1983), outras acusações contra a *Companhia de Jesus* levaram Pombal a extinguir a ordem religiosa no Brasil. A primeira acusação dizia respeito a uma discordância e resistência dos jesuítas e índios à execução do Tratado de Madri²¹ de 1750, que entregava aos espanhóis a *Colônia do Sacramento* em troca do Sul do Brasil, transferindo sete aldeias indígenas para a margem esquerda do rio Paraguai. Também existia o problema dos missionários do norte brasileiro que não queriam a extinção da autoridade temporal nas aldeias que haviam recebido dos reis anteriores, que lhes dava o direito de enviarem a Portugal objetos produzidos pelos índios em troca de objetos que faltavam na colônia e que, por sua vez, eram trazidos de Portugal. Sobre essa questão, outra acusação pertinente feita por Pombal - e que deveria caber apenas aos Jesuítas do Norte do Brasil, mas foi estendida aos demais - foi a incompatibilidade de funções, pois, os jesuítas, como membros da Igreja, eram proibidos de atuarem como comerciantes, mesmo nas trocas de mercadorias, era uma atitude contrária as leis estabelecidas pela própria Igreja, que condenava o lucro. As atitudes dos jesuítas podem ter sido vistas como um ato de corrupção, o que os apartava de sua condição de religiosos e os tornavam indignos de pertencerem à Igreja. Porém, essa acusação não tirava os seus méritos, uma vez que eram vistos como religiosos sérios e muito comprometidos com suas atividades eclesásticas. Além dessas acusações, também existia o argumento de que os jesuítas “difamavam” o rei na Colônia, na forma de reclamações relativas aos atos de perseguição sofridos e revelados com o intuito de conseguirem a proteção e a ajuda papal.

Também consta a acusação referente ao motim do Porto, de 23 de fevereiro de 1757. Este motim tinha semelhança com outro ocorrido em 1661. Um jesuíta tomou conhecimento de uma carta considerada ofensiva ao rei e que, de certa forma, possuía correspondência com um tumulto ocorrido na cidade há quase um século. Com a notícia desta carta, sabendo que sua existência estava sendo revelada, Pombal acusou o padre e os demais jesuítas que tiveram

²¹ O Tratado de Madrid foi firmado na capital espanhola entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, a 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim às disputas. O objetivo do tratado era substituir o de Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid_\(1750\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid_(1750)). Acesso em 02/05/2009 às 11:20h.

acesso à carta, de cumplicidade moral com o motim. Outro motivo pelo qual Pombal expulsou os jesuítas pode ter sido o fato de estes serem muito ligados e fiéis ao papa, enquanto o ministro era heterodoxo. Sobre essa atitude antipapal, manifestada tão claramente pelo Marquês de Pombal, cabe esclarecer que:

O que se atacava, ou não se queria admitir, eram algumas das suas prerrogativas, em especial a sua autoridade sobre toda a Igreja, ao menos no que não fosse estritamente espiritual ou de foro interno da consciência. Tal autoridade externa sobre a Igreja e os fiéis julgava-se que se opunha ou constituía um limite ou cerceamento da autoridade absoluta e suprema do rei. Por conseguinte, negava-se, praticamente, ainda que tal não fosse dito de forma explícita e categórica, o poder da jurisdição do Pontífice Romano, que seria apenas um presidente de honra da Igreja (LEITE, 1983, p.54).

Esse caráter heterodoxo de Sebastião José de Carvalho e Melo era fruto de uma época em que as novas idéias e a vontade extrema de revolucionar seus domínios, tanto política quanto culturalmente, fazia-o exacerbar no exercício do poder, na tentativa de mostrar-se liberal, tornando-se tirano ao tentar impor suas vontades e mudanças em um meio tradicional e incompatível com suas ambições.

Deste modo, cabe dizer que os primeiros laivos de ilustração trazidos ao Brasil pelo Marquês de Pombal foram introduzidos e impostos de forma violenta, mas de certa forma não chocavam o Brasil, uma vez que a violência, o abuso e a exploração eram fatos corriqueiros assistidos desde sempre. O ensino jesuítico e sua colaboração para a nascente cultura brasileira foram retirados, ou melhor, arrancados do Brasil, dando lugar à vinda de uma nova concepção artística à Colônia. Porém, mesmo com essas mudanças, o estilo barroco ainda vigorou e mesclou-se aos novos conceitos, trazidos, entre outros, por Cláudio Manuel da Costa, que teve suas *Obras* (1768) consideradas como a primeira manifestação árcade, resultante destas mudanças.

Estes acontecimentos, segundo Lamego (1923), têm ligação bastante íntima com a criação da *Academia Brasílica dos Renascidos*. Trecho que ilustra esta afirmação é o seguinte:

Aos 13 de maio de 1758 foi nomeado conselheiro do ultramar na Bahia, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, que embarcou em Lisboa no dia 2 de junho seguinte, chegando à cidade do Salvador em agosto do mesmo ano.

O celebre escrivão, na sangrenta alçada do Porto, por ocasião do protesto ao monopólio dos vinhos do Alto Douro - uma reclamação de mulheres e crianças, que

não chegou a ser arruaça - de inteira confiança de Sebastião José de Carvalho, fora por este encarregado não só de crear na Bahia não só os dois tribunaes que nunca houvera na America - o do Conselho de Estado e Guerra de todos os domínios ultramarinos da Coroa e o da Mesa de Consciência, como de proceder contra os jesuítas do Brasil, de acordo com as instruções secretas que lhe foram entregues e pelas quaes devia também se reger os commisarios, Antonio de Azevedo Coutinho, e Manuel Estevão de Almeida Vasconcellos Barberino Carvalho havia planeado a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, o que se daria fatalmente, ainda mesmo que não ocorresse o attentado de 3 de setembro do anno supra referido, contra o rei D. José e seu valido Pedro Teixeira.

Instituidos os ditos tribunaes, o primeiro presidido pelo Vice-Rei do Estado e o segundo pelo arcebispo primaz, Mascarenhas teve escrúpulo em perseguir os jesuítas, sendo este acto de consciência, a causa de sua prisão como verêmos adiante.

Espirito superior, dotado de uma ardente imaginação, ao chegar á Bahia foi o seu primeiro cuidado, reunir todos os intellectuais e fundar uma associação litteraria. Sabia da extinção da *Academia dos Esquecidos*, estabelecida por D. Vasco Cesar de Menezes (depois conde de Sabugosa), e que celebrára a ultima sessão em 4 de fevereiro de 1725, e das suas cinzas fez *renascer* a Academia que por isso mesmo tomou o nome de *Renascidos*. Na sua emprêsa, foi muito auxiliado pelo Pe. Antônio de Oliveira, Academico que fora da dos Esquecidos, Antônio Rodrigues Nogueira, e pelo sargento-mór Antonio Gomes Ferrão Castello Branco, todos de vastíssima erudição. (LAMEGO, 1923, p. 9-10).

Pombal procurou arregimentar em torno de si os mais importantes letrados da colônia, dando-lhes a possibilidade de participação na vida pensante do Brasil, por intermédio da criação de uma associação que viria para dar continuidade às propostas de elaboração de uma história da *América Portuguesa* já iniciadas em 1724, com a *Academia Brasilica dos Esquecidos*²². No entanto, apesar de ter os mesmos projetos, a constituição da ABR era mais aberta a outras ocupações e isto foi projeto e resultado de uma visão iluminista que insere no centro das discussões os problemas do homem do Brasil Colônia.

O projeto inovador trazido pelo *Testamento Político* de D. Luís da Cunha colocado em prática por Sebastião José de Carvalho e Melo, contribuiu para a penetração dos ideais iluministas no século XVIII em Portugal, porém, é de suma importância observar a construção deste novo período, contrastando-o com a escrita de Luís António Verney, cuja formação em teologia deu-se em Évora, alcançando o doutoramento em Teologia e Jurisprudência. Por pedido de D. João V, o pensador apresentou em sua obra *Verdadeiro Método de Estudar*, a renovação pedagógica baseada no iluminismo. Essa reforma deveria partir da revolução das

²² A ABE tinha seu corpo acadêmico formado, principalmente, por integrantes do clero. Tal característica se distingue da ABR, cuja composição abarcava integrantes de diversas funções sociais. Esta formação mais abrangente mostrava a intenção de Pombal em arregimentar os acadêmicos em torno de suas idéias iluministas e, nas relações de favor, visava um auxílio nos trabalhos de expulsão da *Companhia de Jesus* do Brasil, visto que a congregação era impencilho para que seus planos fossem colocados em prática.

concepções e métodos pedagógicos, da substituição dos compêndios, da revisão dos programas, da reorientação e da preparação dos mestres. A ideologia iluminista foi presenciada por Verney em suas viagens pela Europa no momento em que Portugal vivia a intolerância da Inquisição. Sobre a obra em questão observa-se que:

Após a divulgação do seu programa de renovação, O Verdadeiro Método de Estudar, assistimos à ultrapassagem do reinado da escolástica dos jesuítas medievalizantes, expulsos por Pombal, e sua substituição no ensino pela empreendedora Congregação do Oratório, edificadora da modernidade científica no ensino superior.

O Verdadeiro Método de Estudar, verdadeiro manifesto da modernidade do pensamento de Verney, à luz da Europa iluminista, é uma obra em dois generosos volumes, publicada em 1746, reeditada em 1747, escrita por um enigmático religioso Barbadinho da Congregação de Itália, máscara onomástica do nosso renovador que sabiamente preferiu ocultar o seu nome devido à onnipresença e omnisciência de um clima cultural profundamente avesso a obras de ruptura. De facto, as suas páginas são de um progressismo notável que motivou fortíssimas reacções e acesa polémica devido às orientações pedagógicas defendidas, tributo às investigações desenvolvidas por Verney e aos seus contactos com as idéias basilares do Iluminismo (CARDOSO, s/d. p.01).

A obra de Luís António Verney surgiu em um momento de mudanças significativas no ensino de modo geral, e particularmente no método de ensino teológico que passou a discordar do método escolástico e a aceitar uma modernização instaurada pelo método oratoriano, baseado do racionalismo ilustrado. Para superar o sistema de ensino rígido, pesado e punitivo do ensino escolástico, indicava uma metodologia de ensino atraente, que recorresse a métodos lúdicos e divertidos que proporcionassem aos alunos vontade de aprender. Defende, também, o fim dos castigos mais severos e a importância dos livros escolares ilustrados para facilidade de assimilação dos conteúdos.

Essas mudanças já estavam ocorrendo em alguns países do norte europeu, mas suscitaram polémicas quando foram apresentadas a um país ainda tradicional e fechado às mudanças. As temáticas tratadas no *Verdadeiro Método de Estudar* abordam o ensino da Gramática, Latinidade e Retórica, os estudos intermédios de Filosofia e os estudos superiores de Medicina, Direito Civil e Canônico, bem como de Teologia alterando o pensamento que os rege. A dificuldade da penetração das idéias iluministas em Portugal pode ser notada pela maneira extrema com que Pombal impôs suas mudanças na política, na religião e na educação portuguesa, o que, de modo pacífico, não ocorreria.

O programa educativo pombalino fez vingar as idéias iluministas à semelhança do que fizeram as propostas dos oratorianos, incorporando-as na sua legislação e doutrinação

pedagógica. Em 1762, Verney é colocado entre os sábios, que internacionalmente mais contribuíram para a reforma do ensino. Entre as práticas iluministas cabe mencionar as propostas de mudanças, principalmente do latim, defendidas por alguns pensadores da época, e que também forneceram as bases para as ações de Pombal. Dentre estes pensadores destacam-se António Félix Mendes²³, António Nunes Ribeiro Sanches e o oratoriano Padre Francisco José Freire, de pseudônimo *Cândido Lusitano*, cuja obra era de cunho mais horaciano que aristotélico, seguidora dos teóricos do Renascimento Italiano, do Classicismo Francês e dos pensamentos de Luzan, Muratori e Boileau. Sobre a obra de *Cândido Lusitano*, pode-se notar que o tema geral é a condenação da literatura barroca:

Cândido Lusitano condena veementemente a literatura barroca e vê na poesia a expressão da verossimilhança das coisas imitadas, mas aceita alguma fantasia, entendendo que ela deve ser fiscalizada pelo juízo e que ao engenho cabe encontrar o artifício adequado ao embelezamento de cada matéria. Pretendendo que a poesia reúna deleite e instrução, considera-a de grande utilidade para a sociedade (CHAVES, 1997, p. 25).

Cândido Lusitano foi um nome importante entre os teóricos árcades. Na passagem acima, observa-se que além da obra ser um objeto de instrução, ela também deve proporcionar deleite. Tal idéia também era apoiada por Verney, que acreditava que a instrução deveria ser conquistada de forma mais prazerosa, como por exemplo, a partir de meios lúdicos.

O ponto que merece mais destaque sobre o pensamento de Verney, neste capítulo, por poder ser facilmente contrastado com as ações de Pombal e com as propostas de D. Luís da Cunha. Essa defesa da nova ordem progressista dos oratorianos se mostra contra a *Companhia de Jesus*, contra a entrega do ensino da ciência aos frades, contra a Inquisição, contra a existência de Maomé e contra os processos do Tribunal do Santo Ofício²⁴.

O início e a consolidação dos pensamentos iluministas em Portugal e, em seguida no Brasil, são a chave para a compreensão das mudanças de foco das academias, que passaram a se preocupar mais com a comprovação dos fatos, procurando estabelecer bases mais sólidas para suas produções. Assim, a visível mudança de enfoque da ABE, (cuja principal temática era o encômio) em relação à ABR (cujo principal objetivo era estabelecer uma pesquisa geográfica e histórica) torna-se clara.

²³ António Félix Mendes participou com Cláudio Manuel da Costa na *Academia Brasileira dos Renascidos*.

²⁴ Os nomes de integrantes da ABE que pertenceram ao Tribunal do Santo Ofício são João Borges de Barros, António de Oliveira e Frei de Santa Maria Jaboatão. Os dois primeiros fizeram parte, posteriormente, da Academia Brasileira dos Renascidos.

2.1 O Ressurgimento das Academias na Europa

O levantamento a respeito da caracterização das Academias tem por objetivo estabelecer uma contextualização que nos auxilie no entendimento da obra de Cláudio Manuel da Costa. Assim, os pontos desenvolvidos serão baseados nas obras de Kantor (2004) e Palma-Ferreira (1982). Destarte, serão mencionadas as principais academias letradas do século XVI ao século XVIII, época de maior concentração e prática de reuniões dessa natureza, cujos fins eram debater conhecimentos eruditos.

De acordo com Kantor (2004), ainda não era comum a divisão de assuntos como os experimentos artísticos, retóricos e matemáticos nos debates feitos nas academias seiscentistas. Eles eram discutidos juntamente com a filologia, arqueologia e história antiga. Apenas no final do século XVII, com a criação das academias de escultura, dança, música, ciências e belas letras, patrocinadas na maioria das vezes pelo mecenato régio, é que ocorrem as graduais especializações e a compartimentação das discussões.

2.1.1 Itália

O florescimento das academias com fins literários se deu no século XVI, com as academias italianas que possuíam títulos de certa forma humorísticos, como Academia dos *Umidi*, *Umoristi*, *Rozzi*, *Insensati* etc. Muitas destas academias são associadas ao ócio ou passatempo. Algumas, porém, como é o caso da *Accademia della Crusca*, de 1582, tinham sólidos objetivos, dedicando-se aos estudos do idioma italiano com a produção do *Vocabolário*, de 1612, e com a fundação da *Arcádia*, criada após a morte de Cristina da Suécia, em 1689, para continuar com as reuniões que antes eram feitas em seu palácio, em Roma.

2.1.2 França

Após o florescimento, as academias da Itália se expandiram até a França. A primeira apareceu em 1629. Como instituição oficial, Richelieu fundou a *Academia Francesa*, em 13 de março de 1634 e, já em 1635, contou com 40 sócios. Essa agremiação serviu de modelo para outras instituições em diversos países europeus:

Inspiradas nos modelos neoplatônicos florentino e veneziano, as primeiras academias francesas foram instituídas pelos últimos Valois, descendentes de um ramo feminino da família Médici. Em 1635, Richelieu fundou a Academia Francesa para “dignificar” a língua e a literatura vernáculas, inaugurando um processo de incorporação estatal do movimento acadêmico, até então disseminados nos círculos cortesãos (Yates). O Cardeal Richelieu arregimentou as academias privadas, promovendo a criação de instituições públicas e decretando a obrigatoriedade do uso da língua francesa em todos os atos administrativos (KANTOR, 2004, p. 25).

A organização, tanto das academias italianas quanto das francesas, contribuiu para a valorização da língua como parte integrante de um meio administrativo e formal, uma vez que as línguas francesa e italiana passaram, nesta fase, a ser utilizadas em círculos sociais onde até então eram consideradas de mau gosto, como, por exemplo, nos meios administrativos, públicos e na própria academia, símbolo de erudição na época.

2.1.3 Portugal e suas colônias

Já no século XVII, as academias que valorizavam a literatura nacional proliferaram-se em Portugal e eram *tuteladas pela primeira nobreza do Reino* (KANTOR, 2004, p. 30). Deste momento, pode-se destacar a *Academia dos Singulares de Lisboa* (que elaborou uma coletânea de impressos em dois tomos, o primeiro em 1665 e o segundo em 1668). Outra importante academia portuguesa foi a *Academia dos Generosos*, do final do século XVII, cujas reuniões eram feitas na casa de Antônio da Cunha, genealogista e guarda-mór do Arquivo da Torre do Tombo. Ainda no mesmo século, outras agremiações portuguesas foram a *Academia Instantânea* (cujas reuniões eram feitas na casa de D. Fernando Correia de Lacerda), a *Academia dos Únicos* (presidida por Teodósio de Contreiras da Silva) e a *Academia dos Estudiosos* (cuja produção se condensa num pequeno códice arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, composto por duas orações).

No século seguinte, muitas academias foram organizadas em Portugal. Como a quantidade destas agremiações é grande, cabe destacar algumas: *Academia Real da História Portuguesa*, cuja intenção foi a de sistematizar os dados históricos relativos à Igreja e ao Estado em Portugal, tanto no espaço europeu como nas suas possessões, desde o ano de 1720; *Academia dos Ocultos* (que conserva a maior coleção de inéditos, com o primeiro tomo datado de 1745); a *Academia dos Anônimos* (que como o próprio nome indica não dá notícias

de seus sócios, que preferiram o anonimato, mas que deixou uma coletânea datada de 1718)²⁵; a *Academia dos Ilustrados* (de 1716, que deixou um certame poético); a *Academia dos Aplicados* (que organizou dois certames *eucarísticos*, um de Setembro de 1723 e outro de Junho de 1724); a *Academia dos Unidos de Torre de Moncorvo* (cuja primeira conferência data de Abril de 1731 e deixou, ao que se sabe – duas orações); a *Academia Vimeirense* (cuja atividade data de 1721 e deixou um códice); a *Academia dos Escolhidos* (apoiada por D. João V, e cujos escritos foram reunidos em um volume em 1743).

Outras agremiações que devem ser destacadas entre as associações letradas setecentistas portuguesas são a *Arcádia Lusitana ou Olissiponense* fundada em 1757 (que ainda de acordo com Ferreira (1982) trouxe as novas tendências literárias inicialmente alicerçadas no neoclassicismo castelhanizante e em seguida ajustada ao neoclassicismo francês) e a *Nova Arcádia*, ou *Academia das Belas Letras*, fundada em 1790, (a mais polêmica das academias, embora tenha deixado como produção coletiva apenas o *Almanak das Musas oferecido ao gênio português*).

2.2 O Movimento Academicista no Brasil

O movimento academicista, ocorrido no Brasil entre meados do século XVII e início do século XIX, é de grande importância para a compreensão de nossas raízes culturais, bem como de nossa historiografia literária. Foi influenciado pelo movimento academicista português, que, pode ser caracterizado por associações de eruditos, quase sempre orientadas por rígidos estatutos. Podiam ter objetivos literários, históricos e culturais, e, por terem surgido em meio à estética barroca, possuíam, de início, marcas deste estilo.

Uma das academias portuguesas que mais se assemelham em sua estrutura e objetivos às academias brasileiras dos Esquecidos e dos Renascidos, com maior destaque para a segunda, é a *Academia Real de História Portuguesa* (ARHP) que foi instituída em 1720 por D. João V. Tratava-se de uma agremiação apoiada financeiramente pela realeza que, inclusive, concedia para algumas de suas reuniões (sessões) as salas do Palácio. Seu objetivo era escrever a história secular e eclesiástica de Portugal, proposta também vislumbrada pela ABE, que se propunha a escrever a *História Brasileira* dividida em quatro partes, a natural, a militar, a

²⁵ Três dos seus integrantes foram também fundadores da *Academia Brasileira dos Esquecidos*: Caetano de Brito e Figueiredo (mestre de história natural), José da Cunha Cardoso (secretário geral e presidente da primeira conferência) e Luís Siqueira da Gama (mestre de história política) (cf. MORAES, 1992).

eclesiástica e a política, e pela ABR que, pretendia escrever a História Universal, eclesiástica e secular da America Portuguesa.

A ARHP obedecia aos estatutos organizados por uma comissão que estipulava a criação de cargos de diretor, secretário e censores e estabelecia normas de trabalho que deveriam ser seguidas pelos acadêmicos numerários e correspondentes. Tal estrutura também era partilhada pela ABR, que também dividia os empregos desta forma, além de ter organizado um estatuto, cujas normas deveriam ser obedecidas. Além destas questões, a ABR também se baseava na organização da ARHP quando estabelecia como fontes de pesquisa dados fornecidos por documentos, além de exigir a dupla redação da obra, com uma versão em português e outra em latim. Destarte, os dados apresentados permitem associar o histórico da ARHP com as academias brasílicas e, deste modo, demonstram que o academicismo “oficial” no Brasil era reflexo das manifestações portuguesas, uma vez que à Colônia era vedado o direito de “criar”, de ter autonomia.

Segundo Moraes (1999) nasce desta Academia a proliferação de instituições do gênero para as colônias portuguesas. O acadêmico Antonio Caetano de Souza, idealizador da ARHP, contando com o apoio de D. João V, coloca seu irmão Manuel Caetano de Souza como o acadêmico responsável pelo estudo das colônias ultramarinas, na Academia. No Brasil, especificamente, esta tarefa foi “terceirizada” para outros dois acadêmicos supranumerários da ARHP, Sebastião da Rocha Pita (que se tornou presidente da segunda conferência da ABE) e Gonçalo Soares da Franca (mestre de história religiosa, na mesma instituição), que, ao lado de outros cinco notáveis, foram os fundadores da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, em 1724, antecessora da *Academia Brasílica dos Renascidos*, de 1759, objeto de nossas discussões sobre parte da obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa.

O século XVIII foi a *época* de maior concentração de academias com atividades no Brasil Colônia. Porém, de acordo com Lima (1980), as academias instituídas nesse tempo existiram somente em Salvador e no Rio de Janeiro. Segundo Castello (1969), essas agremiações surgiram antes mesmo do século XVIII. Entretanto, como organizações literárias regulares, datam de 1724, com o aparecimento da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, uma das mais antigas de que se tem notícia.

Seguindo esta linha, outras associações com as mesmas finalidades merecem destaque, entre elas a *Academia dos Felizes* (1736)²⁶; a *Academia Científica* do Rio de Janeiro, que, de acordo com Castello (1981), foi apoiada pelo Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, e fundada por José Henriques Ferreira²⁷; a *Academia Franciscana* e a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, ambas de 1786²⁸. A primeira se ligava aos franciscanos como o próprio nome revela e a segunda fundada por Manuel Inácio da Silva Alvarenga, época do vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, tem como principal mérito histórico ser o ponto de partida de movimentos libertários no Brasil. A coleção de documentos feita a respeito desta Sociedade, por José Aderaldo Castello, leva aos primeiros movimentos libertários do Brasil em relação a Portugal, tanto que seus escritos têm valor muito maior pela história das prisões e pelos interrogatórios dos acadêmicos envolvidos do que pelas idéias discutidas num plano de trabalho preestabelecido.

Outra agremiação de destaque é a *Academia Brasílica dos Renascidos* (1759) que surgiu como continuação da *Academia Brasílica dos Esquecidos*. Porém, diferentemente daquela, de caráter predominantemente laudatório e religioso, esta possuía teor mais científico e propunha-se igualmente a escrever uma História da América Portuguesa. Sua fundação foi atribuída ao Conselheiro do Ultramar José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, na Bahia, e contava, entre seus sócios, com a figura de Cláudio Manuel da Costa, reconhecido poeta que se sobressaiu segundo os parâmetros da estética árcade.

Para Castello (1969), as atividades desenvolvidas no movimento academicista podem ser divididas em três grupos, de acordo com a estrutura formal de cada associação:

ACADEMIAS: organização seleta formada por sócios (homens letrados) chamados acadêmicos e divididos entre “numerários” e “supranumerários” (residentes em outras cidades ou até outro país) e por um mecenas e fundador. Sua organização era geralmente baseada em rígidos estatutos e suas produções possuíam caráter religioso, literário, histórico ou científico. Segundo Lima (1980), eram entendidas ainda como organizações cujos trabalhos eram previstos em programas sem delimitação temporal:

Academia propriamente dita, dentro da compreensão ampla de associação cultural com objetivos, organização e atuação temporariamente ilimitada, fixados em estatutos próprios. Definiam-se tanto pela atividade literária, como matéria de suas reuniões diárias, quanto pelos seus estudos e trabalhos históricos e até científicos, em

²⁶ Data mantida por Silvio Romero ao abordar esse assunto em sua crítica. Porém, de acordo com LIMA (1980) apesar dos escritos se referirem a este ano, os documentos encontrados atestam apenas o período de 1749 a 1750.

²⁷ Seus estatutos datam de 1771, porém sua sessão acadêmica aconteceu um ano depois.

²⁸ Esta Academia antes foi denominada *Sociedade Científica*

cumprimento de planos previamente traçados ou de recomendações (CASTELLO *apud* MORAES, 1992).

De acordo com Lima (1980), a inserção nestas academias deveria ser feita a partir de um juramento, para em seguida serem entregues os respectivos títulos de acadêmicos e seus termos de posse. Na ABR, por exemplo, os acadêmicos numerários eram eleitos por votos e poderiam atuar como diretor, secretário, subsecretário e censores. Suas funções eram distribuídas especificamente para cada sócio de acordo com os temas escolhidos para as conferências.

FESTEJOS: de acordo com Lima (1980), o festejo público comemorativo pode ser considerado, dentro do movimento academicista, a atividade mais complexa no sentido de abranger, além da realização da festividade, o ato acadêmico ou academia. Os festejos eram manifestações artísticas seletas, no caso dos teatros, dos saraus e das óperas, pois apenas a elite participava. Porém, existiam também as manifestações populares, como as cavalhadas, a folia, os bailes de máscaras e as manifestações religiosas como procissões, missas e exposição do Santíssimo, que reuniam desde a elite até a população menos favorecida. A relação destes festejos, ou seja, a sua descrição ou relato para a corte, muitas vezes era feita de forma anônima e levava em conta um acontecimento fúnebre ou de regozijo público. Em relação ao ato acadêmico, pode-se dizer que, o festejo público era mais longo e o que abrangia maior espaço, pois existiram em diversos locais. De acordo com a festividade, poderia durar semanas. O festejo público, muitas vezes, marcava também a efeméride no movimento academicista, uma vez que muitas “relações” foram publicadas posteriormente a estes festejos.

ATOS ACADÊMICOS: podem ser classificados como reuniões (certames ou tertúlias literárias) geralmente de caráter laudatório, direcionadas aos governantes da Coroa Portuguesa, enviados para o Brasil. De acordo com Lima (1980), esses atos acadêmicos eram formados por um patrono, um diretor, um secretário e subsecretários, censores e acadêmicos e eram organizados com antecedência. A rigor, podem ser considerados como atos acadêmicos no movimento academicista do Brasil duas obras:

1. *Academia em homenagem ao Senhor Bernardo José de Lorena*, datada de 1797. Os feitos destacados neste certame literário, em princípio, foram a construção da estrada que liga Santos a São Paulo e a inauguração da primeira cadeia pública de São Paulo. Entretanto,

devido à necessidade de se interpor o caráter laudatório às composições, o ato se tornou exercício de louvor às qualidades de pacificador, que caracterizaram, pelos manifestantes, o governo de Lorena.

2. *O Parnaso Obsequioso*, drama musicado datado de 1768, de autoria de Cláudio Manuel da Costa, escrito com o intuito de parabenizar o Conde de Valadares pelo seu aniversário e também em razão de exaltar a figura do governador demonstrando suas expectativas em torno da nova administração das Minas.

Pode-se dizer que, no Brasil Colonial, as academias e as outras manifestações como os atos acadêmicos e os festejos públicos comemorativos eram de extrema importância dentro da vida cultural daquele tempo. Nestes acontecimentos, valores como a religiosidade e a hierarquia entre os participantes permitem o estudo não só da formação acadêmica, mas da formação de uma sociedade colonial, marcada por rígidos costumes. A explanação sobre tais questões, tomando como base o funcionamento das academias poderão ser observados nos estudos tanto dos Estatutos da ABR quanto nos textos de Cláudio Manuel da Costa, como se verá no terceiro e no quarto capítulos deste trabalho.

2.2.1 Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos

A seguir serão apresentados os *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos*. Tal documento trata da formação da ABR e dos deveres cabíveis aos acadêmicos. Com a apresentação e leitura deste documento, torna-se mais clara a caracterização desta agremiação e o entendimento da sua abrangência de ação.

ESTATUTOS DA ACADEMIA BRAZILICA DOS ACADEMICOS RENASCIDOS

*Estabelecida na cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos,
capital de toda a América Portuguesa, da qual há de escrever a
história universal.*

INTRODUÇÃO

1. Os fiéis vassallos d'elrei nosso senhor, que habitão n'esta capital dos seus estados do Brazil, aos quaes nenhum da Europa poderá exceder na lealdade e sincero amor ao soberano, viverão na maior consternação desde que receberão a notícia da perigosa enfermidade de S. M. Fidelíssima, até o dia de sábado de aleluia 14 de

Abril do presente anno, em que conseguirão a certeza do perfeito restabelecimento da importantíssima vida, e preciosa saúde do mesmo senhor. Forão ainda mais os júbilos nos corações que os repiques nas igrejas, e com innumeraveis festas publicas repetidas vezes manifestou-se o gosto, que tinham no peito.

2. Porem querendo perpetuar a memória para os séculos futuros a sua incomparável alegria, alimentada da pureza de sua fidelidade, ideavão algum novo modo de dar ao mundo uma prova demonstrativa de sinceridade d'estes obséquios. Lembravão-se que os soberanos são senhores da vida, honras e fazendas dos seos vassallos, e que oferecer-lhes tudo isto é mais prova de sujeição que de affecto. Que ter império nas suas vontades, e que o tributar-lh' as é divida, e não obsequio: porem que nos entendimentos não tem jurisdição a magestade. Esta potencia somente se sujeita ás evidencias dos discursos: os seos obséquios nascem sempre do merecimento de cauza, e são os mais estimáveis; porque unicamente obedecem ao império da razão, até a vontade só póde qualificar-se de livre, quando oferece as produções do entendimento.

3. A este fim se principiarão a convidar mutuamente um grande numero de pessoas mais doudas e egrégias d'esta cidade e rezolverão em uma junta erigir um perpetuo padrão de sua alegria, e do seu affecto á real amabilíssima pessoa de S. M. F. estabelecendo uma Academia, que tenha por principal instituto escrever a História Universal, ecclesiastica e secular da America Portugueza, e que principia no feliz dia, em que se celebra o anniversario da nossa maior fortuna, dedicando a este sublime objeto as primeiras produções dos seos engenhos na primeira conferencia publica d'este congresso.

4. Julgarão, que o mesmo Senhor fará maior estimação deste obsequio, que levar-lhe em cada praça publica uma estatua equestre do mais precioso metal. Consideravão, que estas são muitas vezes um inútil simulacro da vaidade, porem que uma academia, que tomou por empresa escrever a história d'este continente, e tem por obrigação averiguar a verdade, podia fazer eterno o seo agradecimento aos reaes beneficios, colocando no templo da Fama a glorioza memória das ações de um rei, que póde ser protótipo de todos os principes perfeitos.

5. Animarão-se com a incomparável proteção, que S. M. tem devido ás sciencias e ás belas letras, o premio de todos os beneméritos, e a utilidade publica: sendo certo que dos congressos literatos rezultão á republica inexplicáveis utilidades, que so se reconhecem com a experiência, e se premeão as ações illustres, perpetuando-se a memória das que obrarão os vassallos mais dignos. Sem esta applicação ficarião injustamente sepultadas as maiores façanhas, ou pelo reprovável ócio dos eruditos, ou pela ignorância invencível dos vindouros. Sem a Historia, nem se temeria a infâmia pela facilidade, com que podia esquecer, nem seria muito estimável a gloria deprehender as ações grandes, durando pouco tempo a lembrança das heroicidades. Alem de que as mesmas academias recebel logo com uzura a paga da sua applicação, conseguindo pelo mutuo commercio de seos eruditos sovios muito considerável aumento na instrução, que poderião esperar dos seos particulares estudos, e habilitando-se n'estas literárias conferências para os primeiros muitos homens, que sem exercicio semelhante, serião totalmente inúteis á Pátria, e talvez que infelizmente contados entre o números d'aquelles, a que os Romanos chamavão proletários.

6. Conservando este pontode vista não necessitaria o congresso de mais lei, que o próprio gosto, enquanto durar a união e o estudo, o zelo da religião, de que hão de escrever tão admiráveis progressos, a honra da Pátria, e a gloria dos doudos portuguezes americanos.

7. Mas por cumprir com as formalidades do costume, e para aplicar mais este meio de fazer perdurável esta ilustre empresa, determinarão para o seu governo os estatutos seguintes.

§ I

8. Para escrever a Historia ecclesiastica e secular, geográfica, e natural, política e militar, emfim uma Historia Universal de toda a América Portuguesa, com mais brevidade se dividirá este laborioso exercício pelos académicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias d'este continente: porem antes que se lhes encarregue a dita Historia, que deve compor-se em latim (e sugeitando-se aos preceitos não dá logar a se averiguarem os pontos duvidozos, e a grande individuação, com que o historiador deve saber todos os factos, e opiniões para escolher o melhor), se concluirão as memórias históricas, que se devem imprimir na língua portugueza.

§ II

9. Para as ditas memórias se elegerão pelo mesmo modo os académicos, a que se encarregarem, rezervando por ora outros dos mais eloqüentes e conspícuos, para que depois possam ser eleitos para escrever a historia latina.

10. Para mais facilidade se subdividirão as províncias em pequenos distritos, e outras vezes, si se julgar conveniente, se poderão encarregar as memórias de duas ou mais províncias a um só académico, ou dar-se ao eleito um ou mais colegas, e com quem divida o trabalho da composição, que se lhe destinar.

11. Os pontos duvidozos se irão logo repartindo pelos sócios a votos de toda a Academia, na forma que forem ocorrendo, para comporem sobre elles dissertações, e á vista d'dellas se tomar assento no congresso da opinião, que deve seguir-se, depois do que se observará a decisão como lei académica.

12. Qualquer académico ou do numero ou supranumerário (que em pontos literários são todos iguaes) poderá dissertar sobre todos os assuntos, que se derem no congresso, ainda que não tenha sido dos nomeados.

13. Nenhum dos escritores, em achando ponto duvidozo, poderá assentar com qual é mais provável opinião, sem propeiro propor para se rezolver no congresso.

14. Finalmente, as reflexões, que se encarregarão ao director da Academia para mais clara individuação dosistema, que se deve seguir n'estes escritos, depois de approvadas pelo congresso, se executarão como si fossem parte d'estes estatutos, e n'elles incluídas.

§ III

15. Far-se-ao todos os annos no dia 3 de Maio por escrutínio de cinco académicos do numero para director e censores; e o seu exercício e jurisdição durará somente por tempo de um anno; e não poderão ser reconduzidos no immediato, posto que ou todos, ou cada um d'elles poderá ser reeleito no subsequente.

16. Do mesmo modo se legerá secretario, e vice-secretario, mas os que occuparem estes dous empregos, comprindo bem com suas obrigações, poderão ser reconduzidos um ou muitos annos, porque estes lugares na maior parte das academias da Europa costumão ser vitalícios.

17. Os acadêmicos do numero (que somente podem ser eleitos para os referidos empregos) são os unicos que hão de votar em tudo que pertencer ao governo econômico da Academia, e em todas as eleições que esta fizer. Vagando lugar numerário, se elegerá para elle por escrutínio um dos supranumerarios, havendo-os: bem entendido que nunca poderá ser eleito do numero pessoa, que não assista n'esta capital, e que possa vir pessoalmente á Academia recitar sua oração gratulatória (política de que sómente ficão izentos os fundadores), mas auzentando-se depois, nem por isso perderá o lugar. Quando vagar acadêmico supranumerário, não é preciso, que em seu lugar se eleja outro.

18. Si algum colega se mostrar ofendido de o não elegerem para algum emprego (o que não se espera) era logo riscado do número dos acadêmicos; pois n'esta ação daria bem a conhecer a grande ignorância que padecia do socego, dezinteresse, e mutua sinceridade, com que se governão estes corpos literários.

§ VI

DIRECTOR

19. O director prezidirá em todas as conferencias, que se fizerem no seu anno. Determinará os dias, em que se há de juntar o congresso. Fará pôr pronta a caza e o mais que for preciso para esas funções. Proporá todas as matérias, que lhe parecer, mandando-as pôr a votos, para se executar o que se vencer pelo maior numero d'elles. Terá voto de qualidade em cazo de empate. Declarará os acadêmicos, que forem novamente eleitos, e os empregos, que se distribuírem a cada um. Terá obrigação de cuidar em que se imprimão os livros e mais papeis, que aprovar a Academia. Será quem dê a S. M. as contas, que julgar preciso pôr na sua real prezença, especialmente para a confirmação d'estes estatutos, e que elrei, nosso senhor, nos conceda a onra do título de Academia Real, dirigindo todos os mais requerimentos que tiver o congresso com S. M. pelo Ilm. E Exm. Secretario de Estado, que foi eleito Mecenas d aAcademia; e também representará aos Ilms. E Exms. Vice-reis do Estado o que for preciso a bem do congresso. Poderá impor silencio, evitar disputas, tocar a campainha, e fazer todas as mais funções de prezidente. Sentar-se-á em uma cadeira de braços entre os censores.

§ V

CENSORES

20. OS egrégios lugares de censores, que forão os de maior estimação em Grécia e Roma, são os mais úteis na Academia. Poderão censurar tudo o que lhes parecer, assim do governo da mesma, como dos seus escritos, sem dependência alguma do director, ao qual podem advertir as matérias, que deve propor, e este executará ainda que seja contra o seu parecer, si na meza censoria ficar vencido em votos. O mesmo se observará, notando-se qualquer abuzo, que se introduza, e seja prejudicial ao instituto acadêmico. Farão algumas juntas paticulares com o director e secretários, e quando a qualquer d'elles parecer preciso, e o que n'ellas se ajustar, se communicará ao congresso, para que o que for vencido na pluralidade de votos, se registe nos livros com força de lei acadêmica.

21. Faltando o director, servirá de vice-director o primeiro censor, e faltando estes, os mais por sua ordem, por que se devem preceder, e segundo esta se sentarão aos lados do director.

§ VI

SECRETARIO

23. O secretario terá indefectível cuidado nas importantíssimas obrigações do seu estimável cargo. Avizará os acadêmicos novamente eleitos, e aos mais para os dias das conferencias. Escreverá e responderá as cartas, na forma que parecer ao director e censores. Porá prontos os livros e mais papeis, que o director deve mandar imprimir. Comporá a historia d`esta Academia, escrevendo para isso todas as suas memórias; e fará escrever e registrar as suas decizões, para o que, e para o mais que for preciso, dividirá as matérias em seis livros pela maneira seguinte:

24. No primeiro livro registrará as ordens, que houver de S. M. e dos seus ministros, respectivas a este congresso.

25. Os estatutos e um catalogo por ordem alfabética de todos os acadêmicos do numero, e outro dos supranumerarios, e procurará declarar n`elles a pátria, idade e Paes dos mesmos acadêmicos, para mais facilidade dos panegíricos históricos, que se lhes hão de fazer para o futuro, e da mesma sorte os logares, em que assistem, para se lhes dirigirem as cartas de officio.

26. Os assentos das eleições, que se fizerem, assim para acadêmicos como para cargos do governo d`esta sociedade.

27. As memórias de tudo o que se tratar em cada conferencia, com as principaes razões, que merecerem especial lembrança.

28. E para que por nenhum modo esqueça, ou se confunda algum papel, na conferencia seguinte immediata trará concluído o assento do que se passou na antecedente, e feitas as adições, declarações ou correções, que advertirem os sócios, e determinar o mesmo director, com o parecer dos censores, assinará toda a meza o dito termo.

29. N`elle se fará menção de todas as obras, que entregarão os acadêmicos.

30. E em todos os livros dividirá cada uma das matérias em diversos títulos, ou capítulos.

31. No segundo livro mandará registrar as contas de estudo, que se derem por escrito, e tudo o mais que compuzerem os acadêmicos, evitando-se por este modo a infelicidade, que tiverão na não Santa-Roza todas as obras dos Acadêmicos Esquecidos da Bahia, quando se remetião á corte para se imprimirem, pois, pela falta d`esta cautela, se extinguirão para sempre no incêndio, em que perecerão com a dita não, de sorte que não aparece já hoje algum fragmento do seu útil e louvável trabalho. o que somente poderá evitar-se, si os acadêmicos derem dous exemplares das suas obras, o que se lhes recommendará muito, para que assim o executem, si lhes for possível; bem entendido que com nenhum pretexto se poderá mandar para o reino papel, de que não fique copia na secretaria, onde os guardará com boa ordem cronológica, e divididos os de cada uma das conferencias.

32. O terceiro livro servirá para se registarem os documentos, que vierem á Academia, e de que parecer útil conservar a memória, para servirem de prova ao que se escrever da Historia Brazilica; e para que estes se possam conseguir, pois são o único meio de averiguar a verdade, no cazo que S. M. seja servido confirmar estes estatutos, uzará a Academia da mesma jurisdição e do mesmo método e segredo, qua a Real da Historia Portugueza, para conseguir os manuscritos, que lhe forem preci/os de qualquer tribunal, secretaria, arquivo, ou cartório do Brazil, e da transgressão ou descuido dará o director conta ao mesmo senhor.

33. No quarto livro se registrarão todas as cartas, e respostas, que pela Academia se hão de mandar e receber.

34. o Quinto livro servirá para o registo dos assumptos, e distribuição das matérias, sobre que se deve escrever, declarando-se os nomes dos respectivos académicos, a quem se encarregarão, e o dia em que se lhes distribuirão, e pondo-se á margem verba, que declare o que cada um tem escrito sobre elles e o lugar, em que na secretaria, ou nos seus livros se podem achar facilmente as suas respectivas composições.

35. No mesmo se fará assento de todos os papeis ou documentos, que se houverem por empréstimo, assim de uns para outros académicos, como dos arquivos e pessoas particulares, pelos pedirem os colegas, a quem estiver encarregada a matéria, de que os mesmos documentos tratarem. Assinará a verba o académico, que os receber, que se descarregará, quando os restituir, e se declarará o dia, em que fora entregues a seus donos.

36. O sexto livro servirá para o inventário de tudo que se achar na secretaria, e dos livros d'Elle, com um index por ordem alfabética do que contiver na secretaria, e outro dos livros da biblioteca, que para o futuro tiver a Academia, a qual também estará entregue a quem servir de director, e se guardará na casa, em que se fizerem as sessões académicas, sendo o seu uso quotidiano livre a todos os colegas, aos quaes porem se não poderá emprestar livro algum sem assento, a que preceda despacho do mesmo director.

37. Todos estes livros, para ficarem autênticos, serão rubricados pelo mesmo director, e com despacho seu passará d'elles o secretario todas as certidões, que por qualquer pessoa se pedirem.

38. Como pelo tempo adiante será preciso grande numero de livros. o que faria confundir a boa ordem, para evitar este inconveniente se porá no rosto do primeiro livro - Liv. 1º. tom. 1º. - no que se lhe seguir d'este mesmo gênero - Li. 1º. Tom. 2º. - e assim nos mais, ex. gr. - Liv. 2º. Tom. 1º. - Liv. 3º. Tom. 1º., etc., continuando a numerar-se os tomos seguintes pelos livros, a que dizem a relação.

39. Entrando o novo secretario, se fará termo de entrega, assinado por ambos, indo assistir a ella pessoalmente o director.

§ VII

VICE-SECRETARIO

40. Considerando-se que o emprego de secretario será muito laboriozo para um só académico, se elegerá um outro, para vice-secretario, que ter` assento, voto e graduação igual, e não só servirá nos seus impedimentos, mas também repartirá com elle o trabalho das applicações próprias dos seus respectivos empregos, podendo ser assinados os avizos e papeis da Academia por qualquer d'estes dous secretários.

§ VIII

ACADEMICOS

41. Os académicos do numero serão quarenta, e nunca se poderá exceder. Serão todos prontos em assistir ás conferencias, e se assentarão sem preferênciã, pela ordem casual por que forem entrando para o congresso. Principiarão a votar pelo primeiro que ficar ao lado direito dos censores, e em ultimo lugar os secretários, censores e ditector. Quando tiverem impedimento para irem ás conferencias, o avizarão ao secretario por escrito, e o mesmo deverão fazer os censores e director, e a este avisará o secretario. Votarão em tudo que se houver de rezolver, e poderão

propor as duvidas, que julgarem úteis, e as emendas que lhes parecerem precisas nos escritos de qualquer colega, utilidade, que, sendo mutua, deve ser muito estimada pelos seus autores: porem guardarão inviolável segredo n`estas matérias, e em todas as outras, que se lhes recommendar se não publiquem; abominando a pueril vaidade de dizerem, que encontrarão defeitos nos seus sócios, na certeza de que sómente a união dos estudos fará, que lhes sirva de honra e louvor, que conseguir qualquer dos membros d`este corpo, e por consequencia que cada um tem grande parte no descrédito de qualquer dos seus companheiros; e sendo comprehendido algum socio na transgressão d`esta lei acadêmica, será advertido a primeira vez pelo director, sem declarar o seu nome, segunda lhe estranhará em conferencia, nomeando-o, e expressando-lhe o seu dezacordo, e na terceira será riscado dos livros da Academia, como indigno de ser membro de um tão illustre corpo.

42. todas as obras, que entregarem ao secretario, virão escritas em folha de papel com margens capazes de se encadernarem, e farão muito por entregar duas copias para ir uma á imprensa, e ficar outra na secretaria.

§ IX

ACADEMICOS SUPRANUMERARIOS

43. Haverá os acadêmicos supranumerários, que se julgarem dignos e precisos, os quaes poderão ser moradores em outras provincias, até em Portugal, e ainda fora do reino; e será util, que haja ao menos dous d`estes socios em cada um dos bispados da America. Estes não terão numero certo; porem não poderão exceder o de metade dos acadêmicos numerarios; e este honrado titulo se não dará a pessoas, que se suspeite o querem sómente honorário; mas sim com muita parcimonia, e madura reflexão, e sómente a aqueles, que se julgar são verdadeiramente applicados, e que querem empregar-se deveras das fadigas literarias, a que se sujeitão todos os colegas d`esta nobilissima sociedade. Terão voto em todas as materias literarias, e assento igual com os do numero, e por-se-lhes-ao encarregar todas as obras, que ordenar a Academia, tendo avizo para assistirem ás conferencias todos os que assistirem n`esta cidade, da mesma sorte que os de numero.

§ X

IMPRESSÃO DAS OBRAS

44. Nenhum dos socios, ou do numero ou supranumerarios, e ainda que seja mesmo o director, poderá imprimir obra alguma, sem primeiro ser aprovada pela Academia, e só no cazo em que viva em provincia tão distante, que se conheça causar-lhe grande incommodo remeter o original ao congresso, poderá representar pelo secretario a razão, que teve para faltar a esta lei; e com a aprovação de toda a sociedade se lhe responderá o que parecer justo. Sendo possivel, se dará commissão a outro academico, que assista nas vizinhanças do autor da obra, o qual informará do seu merecimento, com um extrato do que n`ella se contem; e de tudo que imprimirem, serão obrigados a mandar um exemplar para se conservar na secretaria, e mais sete para os colegas, de que se compuzer a meza censoria. Estas licenças pertencem ao director e censores, que as assinarão com o secretario, que as lavrar, e lhes pozer o selo, como chanceler da Academia; e precederá mandarem informar com seu parecer dous até trez socios, ou seião do numero ou supranumerarios; porem o despacho se há de proferir conforme ao que se vencer na meza, ficando os informantes sómente com voto consultivo.

45. As obras, que se imprimirem, e tiverem sido mandadas compor pela Academia, serão sempre dedicadas a Sua Magestade Fidelissima, nosso augusto protector.

Dar-se-á d'ellas um exemplar a cada um dos academicos, dois a cada um dos sete do governo, e se conservarão outros dois na Academia, da parte da qual oferecerá o secretario dois aos Ilms. E Exms. Vice-reis e governadores, e outros dois aos Exms. E Revms. Arcebispos. Os mais exemplares se entregarão ao seu autor (que não fará despeza alguma com a imprensa) para dispor d'elles, como lhe parecer, e entrando algum acadêmico de novo, se lhe oferecerá um exemplar de cada uma das ditas obras.

§ XI

ELOGIOS FUNEBRES

46. Falecendo algum acadêmico, se elegerá outro para que escreva o seu elogio, no qual se incluirá o epítome de sua vida, que se há de ler na Academia, e lançar-se no livro de registo, para se imprimir com a sua historia. O director e secretario farão logo recolher as obras, que tiver composto seu instituto, e todos os livros e papeis, que da mesma Academia se lhe tiverem confiado.

47. Si o colega falecido for da ordem dos sete, que servem na meza censoria, votar-se-á em um dos seis para escrever o seu elogio. Sendo sómente do numero, em outro também numerario, que não seja da meza; sendo supranumerario, em um também da sua mesma ordem.

§ XII

FUNÇÕES PUBLICAS

48. Todos os annos se farão trez conferencias publicas em obzequio dos anniversarios de Sua Magestade Fidelissima, e de S. A. R. a princeza do Brazil, nossa senhora, para o que se elegerá a caza, que a votos julgar a Academia mais própria, e se poderá fazer do mesmo modo mais alguma conferencia, julgando a academia a votos que tem objeto digno, que a obrigue a esta excessiva demonstração; o que se permitirá muito poucas vezes. O director e censores determinarão as obras, que se devem compor, assim em proza como em verso, e os seus assuntos: porem o que se executou em um anno, não servirá de exemplo para os seguintes, ficando livre o arbítrio de mudar, diminuir, ou ampliar o que parecer melhor.

§ XIII

CONFERENCIAS PARTICULARES

49. Todos os quinze dias, principiando no segundo sábado depois de 13 de Maio, haverá conferencia no lugar, que destinarem para as particulares, ás quaes se há de entrar pelas trez horas da tarde, e principiar logo que estiver presente o acadêmico, que servir de director, sem esperar mais que até dez academicos: e n'ellas darão uma breve conta de seus estudos por escrito os academicos, que na antecedente nomear o director. Lêr-se-ao as dissertações, as cartas, as contas do estudo, as memórias, que se forem compondo, e o mais que parecer conveniente.

50. O director deve orar no dia dos annos d'elrei, nosso senhor, e dos quatro discursos, com que se deve abrir a conferencia nos mais dias, que determinam estes estatutos, dirá o primeiro censor o da Mãe de Deus, nossa padroeira; o segundo o da rainha, nossa senhora; o terceiro o da princize, nossa senhora; o quarto o do nosso Mecenas. Servindo algum de director, comporá o que a este toca, e n'esse cazo, ou no do outro invencível impedimento de algum dos referidos, pertencerá ao secretario e vice-secretario suprir as vezes a este fim.

51. Nas conferencias, em que se tratar do governo da Academia, ou do exame das suas composições, se não admitirá pessoa alguma estranha, de qualquer qualidade que seja, menos quando algum fôr chamado, ou representar, que quer referir alguma noticia importante, julgando o director e censores ser conveniente, e n'este cazo se assentará entre os academicos. Porem antes das funções publicas terá sempre a Academia a politica de dar parte aos Ilms. vice-reis pu governadores d'este estado, e aos Exms. E Rvms. Arcebispos; o que executará o director pessoalmente, para que querendo SS. Eexs. fazer ao congresso a honra de assistir á sua conferencia, lhes mande preparar o lugar com a distincção devida á sua alta gerarchia, e supremas dignidades.

§ XIV

FÉRIAS

52. As ferias principiarão no primeiro sabado, que se seguir a quinze do mez de Dezembro, e que será a ultima conferencia, e se tornará a abrir a Academia no primeiro sábadado depois da dominga de paschoa; e para esta sessão se poderá encaregar maior numero de dissertações para tambem se aproveitar o tempo feriado.

§ XV

53. O acadêmico que repugnar obedecer algum d'estes estatutos, será riscado dos livros da Academia, como indigno da honra de compor um corpo tão serio e tão respeitável; porem si algum tiver justo embaraço para continuar a ser academico, o poderá representar no congresso, e no cazo de ser admitida a escuzza, se elegerá outro em seu lugar, não podendo ser mais admitidos os que uma vez forem escuzos ou riscados; e sendo supranumerario, se póde escuzar sem se eleger outro em seu lugar.

§ XVI

54. A Academia terá empreza e selo, uzando d'este em todos os seus despachos e cartas, e nos títulos, que se hão de passar aos acadêmicos, aos que fôrem eleitos para algum emprego, e d'aquela no principio de todas as suas obras. A empreza será a ave fênix, fitando os olhos no sol, e com esta letra multiplicado dies, representando-se varias aves da America e da Europa em seguimento do fênix, com as seguintes palavras de Claudiano: *Conveniunt aquilae cunctque ex orbe volucres, ut solis contentor avem...*

55. O selo representará o mesmo fênix abrazando-se em chamas com esta letra *ut vivam*, e na circumferencia este título - *Academ. Brazil. Dos Renascid. - e servirá de chanceler da Academia quem servir de secretario.*

56. Intitular-se-á Academia Brazilica dos Academicos Renascidos, para escrever a *Historia Universal da America Portugueza. Elegará também padroeiro, protector, e Mecenas.*

§ XVII

PADROEIRA

57. Será padroeira da Academia Nossa Senhora da Conceição, que tambem é do reino. Na primeira conferencia publica jurarão os acadêmicos defender a verdade da immaculada conceição da Virgem Mãi de Deus, e o mesmo farão os que fôrem eleitos para os primeiros empregos. No sabado, vespera do dia, em que a igreja

celebra o patrocínio da mesma senhora, haverá de tarde conferencia academica, e recitará um dos censores um discurso panegerico á immaculada conceição, implorando a sua proteção para que illustre o entendimento dos academicos para o acerto e duração d'este congresso. No mesmo dia devem ir os academicos assistir á missa da mesma Senhora, que hão de officiar alguns dos socios na igreja do convento do Carmo, e cujos doutos politicos e religiosos deve a Academia o terem oferecido uma caza mui propria e decente para se fazerem as conferencias academicas, enquanto este congresso não tiver caza propria.

§ XVIII

PROTECTOR

58. Elege a Academia para seu protector ao muito alto e muito poderoso rei D. Joze, nosso senhor, o pai da patria, a quem se dedica este utilissimo estabelecimento: e no cazo de S. M. F. ter a piedade de aceitar este humilde, mas sincero obzequio, se intitulará d'ahi por diante esta Academia Real e mandará partir em pala o escudo do solo, juntando as armas reaes á diviza, que para elle elegeu, e na orla esta letra - Acad. Reg. Histor. Brazil. Soteropol. 1759.

§ XIX

59. A mesma Academia elege para seu Mecenas ao Ilmo. E Exmo. Secretario d'Estado Sebastião Joze de Carvalho Mello, do conselho de S. M. F. e acadêmico do numero da Academia da Historia Portugueza, que é o mais illustre fautor das artes e das sciencias, e do bem commum d'esta monarquia. No dia 13 de Maio, em que faz annos eeste grande ministro, se abrirá a conferencia acadêmica com um discurso em seu obzequio, que há de recitar um dos censores.

60. No mesmo dia (que foi o primeiro em que principiou a tratar-se da idéa d'este util estabelecimento literario) se procederá á eleição na fôrma do § III d'estes estatutos.

§ XX

61. A Academia em uma junta particular de 2 do corrente aprovou estes estatutos por votos conformes, e os Snrs. Director e censores mandarão executar interinamente, com a declaração porem que antes se mandará á corte e á prezença de S. M. os devem examinar todos os sócios com muita pureza, para acrescentar ou diminuir o que parecer justo e decente.

Bahia na conferencia publica de 6 de Junho de 1759.

§ XXI

ADIÇÃO AOS ESTATUTOS

62. Na conferencia de 21 de Julho, em que por queixa grave, que experimentou o director Jozé Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, que se achava sangrado, servio de vice-director o 1º. censor João Borges de Barros, se assentou que se devia pedir aS. Magestade a confirmação dos estatutos, na fôrma que se mandarão publicar na primeira conferencia publica de 6 de Junho, e igualmente os parágrafos seguintes, que por todos os votos a quês e mandou proceder por escrutínio se rezolveu, que se devia acrescentar na fôrma do § XX n. 61.

§ XXII

63. Considerando todo o congresso acadêmico o publico interesse da sua dezejada conservação, e que esta sómente se podia estabelecer na duração do seu actual director Jozé Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, que como mais instruído nas mais publicas e famozas academias da Europa tem dado ser á nova Academia Brazílica dos Renascidos , anumando com o estudiozo exemplo da sua infatigavel aplicação ao bem aplicado exercicio dos seus colegas, propoz o vice-director João Borges de Barros a todo o congresso, que o meio mais proporcionado para a conservação da mesma Academia consistia em ser o mesmo Jozé Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello director perpetuo d`esta academia; porque pela obrigação d`este emprego saberia em qualquer parte, que assistisse, concorrer e afervorar a todos para a glorioza continuação dos progressos academicos, como quem sabe avaliar o proveito e a gloria d`ese estudos: mandando proceder a votos or escrutínio com todos os votos brancos, faltando sómente dous, sahio eleito por director perpetuo, e só por seu falecimento se executará o determinado no § III n. 15, e com sua auzencia servirá de vice-director o 1º. censor em execução do § V n. 21. Porem auzentando-se de todo do Brazil, se fará sempre um vice-director, com os mesmos poderes, alem de quatro censores, e tudo que se rezolver na Academia se há de participar ao ditector perpetuo, ou esteja na America, ou na Europa.

§ XXIII

64. Dezejando a mesma Academia fazer-se útil á Patria, quanto lhe for possível, e com, pondo-se hoje os sócios muito eruditos, e versados em todas as faculdades, se oferece a responder todas as duvidas, que a ella quizer ir propôr qualquer pessoa, e em qualquer matéria, ou pessoalmente na fôrma do § XIII n. 51, ou por escrito, sendo assinada a carta por pessoa conhecida, porque não se admitirão cartas anonimas, fazendo-se d`ellas o pouco cazo que merecem.

§ XXIV

65. Os moradores na Europa serão obrigados a escrever todos os annos á Acadademia com as contas dos seus estudos, e deando-lhe noticia dos empregos, que novamente tiverem, e dos lugares em que assistem , e o mesmo farão os académicos auzentes da Bahia, e moradores na America, ao menos de trez em trez meses, advertindo tudo o que parecer útil á Academia.

§ XXV

66. E assim determinou a meza censoria se executassem estas lei acadêmicas, que não poderão modar-se debaixo de algum pretexto qualquer que elle seja, por estarem affectas a el-rei, nosso senhor, a quem se dá conta pedindo-lhe a Academia a confirmação, e querendo fazer sem ordem se S. M. F. nosso augusto protector.

Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos em conferencia de 21 de Julho de 1759. João Borges de Barros, 1º. censor, e vice-director. Fr. Ignacio de Sá Nazareth, 2º. censo. Jozé Pires de Carvalho Albuquerque, 3º. censor. João Ferreira Betencourt Sá, 4º. censor.

Antonio de Oliveira, pro-secretario e pro-chanceler da Academia.

SEGUIÃO-SE

Catalogo alfabetico dos academicos do numero

31 de Julho de 1759.

Catalogo alfabético doa academicos supranumerarios.

Contão-se, entre elles, em Portugal, o desembargador João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, o desembargador Ignacio Barboza Machado, o desembargador Jozé de Seabra da Silva, o Dr. Antonio Bernardo de Almeida, e outros igualmente distintos pelo seu saber; e até na Espanha D. Agostinho de Montiano, D. Fernando de Velasco, D. João Manoel de Santander e D. Miguel de Mina, todos com altas dignidades n`aquelle reino, e sócios da Real Academia da Historia das Espanhas, etc. etc.

Os *Estatutos da Academia Brazilica dos Academicos Renascidos* fornecem as bases para o entendimento, tanto do modelo de uma das agremiações mais bem organizadas do Brasil Colonial, como também para a compreensão da dimensão histórica, política e científica daquela época (século XVIII), uma vez que a instituição foi criada pelo Marquês de Pombal, que, na condição de mecenas, direcionava os objetivos da academia para que servissem como difusores das idéias iluministas que defendia.

Em um primeiro momento, o documento menciona a “*perigoza enfermidade*” do rei D. José I, que fora vítima de tentativa de regicídio em setembro de 1758, por parte da família Távora e pelo conde de Aveiro, atentado utilizado pelo Marquês de Pombal para diminuir os poderes da alta nobreza e centralizar seu poder enquanto ministro. Tal fato histórico teve intensa repercussão e foi tratado pelos estatutos de forma a manifestar o contentamento diante da notícia do restabelecimento do monarca.

No Brasil, o obstáculo para a centralização do poder pombalino era a *Companhia de Jesus*. Ao patrocinar a ABR, portanto, o Ministro buscava auxílio para pôr em prática a extinção da congregação²⁹. Inocentes quanto às verdadeiras intenções de Pombal com a fundação da Academia, os acadêmicos Renascidos buscavam patrocínio real para subsidiar a manutenção da Academia, tal e qual ocorrera com a *Academia Brasilica dos Esquecidos*, a academia antecessora. Não sabiam, no entanto, da plataforma de mudanças engendrada pelo Marquês de Pombal com a sua criação. Destarte, os objetivos e a repercussão da criação da academia podem ser relacionados ao oportunismo de Pombal em recriar uma agremiação. Porém, desta vez, nos moldes iluministas e levando em conta seus interesses pessoais.

Os Estatutos da ABR mostram a ousada proposta: ser presente melhor que a estátua eqüestre do rei D. José, monumento situado na Praça do Comércio uma das entradas fluviais

²⁹ Os acadêmicos, devendo “favores” a Pombal, não se recusariam a apoiá-lo nesta questão.

de Lisboa. Segundo o documento, as estátuas eram simulacro da vaidade, enquanto a academia poderia imortalizar os feitos do rei na composição de sua *História*.

O momento de criação da ABR coincide com a reconstrução de Lisboa, em decorrência do terremoto de 1755. É como se o evento fizesse cair por terra também a escolástica, velho modelo de pensamento, e as novas construções marcassem o advento de uma nova ideologia. Ao convidar *um grande número de pessoas mais doutas e egrégias* a intenção do ministro era proporcionar às práticas acadêmicas um amplo campo de discussão baseado em pontos de vista distintos, uma vez que os integrantes executavam diferentes funções no espaço social da época. Assim, para demonstrar o direcionamento iluminista da ABR, cabe contrastar suas características em relação à antecessora ABE.

As duas academias tinham a mesma proposta de trabalho: escrever uma História da América Portuguesa que englobasse diferentes aspectos. No entanto, cada uma delas recorreu a um método diferente na execução das tarefas. No caso da ABE, a temática era mais descompromissada de comprovação documental, pois partia da erudição dos mestres e utilizava a retórica circunstancial como meio eficaz de expressão, explorando seus critérios de persuasão, para ornar seus argumentos, nem sempre consistentes. Já no caso da ABR, o ponto de partida para a composição das dissertações eram documentos e fontes e a persuasão era feita com essa base comprobatória.

Merece destaque, ainda, a diferença entre a organização documental da ABR em relação à organização da ABE. Esta não possuía um estatuto. Registrou-se sua inauguração apenas por intermédio de uma ata, na qual eram mencionados os nomes dos acadêmicos convidados para compor a direção da agremiação e a matéria dos estudos. Na ABE havia um predomínio da poesia lírica e heróica em relação às manifestações em prosa e, mesmo estas, apesar de tratarem de temas eclesiásticos, militares, naturais e políticos, muitas vezes não eram embasados por dados documentais. Algumas crônicas utilizavam como base teórica a impressão do acadêmico sobre o Brasil. Outra característica que merece consideração é a mudança de foco e de divisão dos trabalhos entre os acadêmicos de ambas as academias. Na ABE, a distribuição dos trabalhos era feita por assuntos que correspondiam aos cargos extra-acadêmicos dos quatro integrantes mestres de história, apenas, ou seja, a parte da história natural foi dada ao chanceler, a militar ao Juiz de Fora, a eclesiástica ao Reverendo e a política ao Ouvidor Geral do Cível.

Assim, pode-se considerar esse teor mais científico da ABR como característica do pensamento iluminista, pois os seus interesses eram mais amplos, sua divisão era geográfica correspondendo a tarefa à região em que o acadêmico residia (muitos destes eram sócios correspondentes):

se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias d'este continente: porem antes que se lhes encarregue a dita Historia, que deve compor-se em latim... (ESTATUTOS DA ACADEMIA BRAZILICA DOS ACADEMICOS RENASCIDOS, §1).

Assim distribuída a função de cada acadêmico, tornava-se mais direcionada e acessível a busca por fontes e documentos de cada capitania e, com a composição do textos em língua latina, considerada a língua internacional da ciência e da religião, esses trabalhos revestiam-se de caráter mais elegante e erudito na sua expressão.

De acordo com os Estatutos, cabia aos sócios a condução da matéria que deveria ser explorada nos textos. Deste modo, se houvesse pontos duvidosos, deveriam ser debatidas as dissertações sobre estes assuntos por votação dos acadêmicos, pois a academia era, de certo modo, a favor do consenso. Esses trabalhos, após a reunião da assembléia, eram encaminhados ao censor.

Sobre a censura na ABR, é possível afirmar que ela se deu de forma diferente da existente no antigo regime. Se antes ela era direcionada para os interesses da Igreja, agora era direcionada para os interesses do Estado. Passou da censura eclesiástica para a censura ideológica, o que pode ser também considerado reflexo das mudanças instituídas por Pombal.

Os acadêmicos, em suas funções, eram divididos em numerários e supranumerários. Os primeiros deveriam estar presentes nas sessões acadêmicas e os segundos poderiam residir fora da capitania e até mesmo em outro país. Além destes grupos de acadêmicos, a Academia era composta também por diretor, censores, secretário e vice-secretário. Todas estas funções, menos a de secretário, eram de duração anual, porém, de acordo com Kantor (2004) em uma “junta particular” organizada às vésperas da inauguração da ABR ficou decidido por “pluralidade de votos” e aclamação que o cargo de diretor perpétuo seria atribuído a José

Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo e, mesmo que estivesse ausente, ele deveria ser comunicado sobre as decisões e sobre o andamento da academia³⁰.

Outro ponto de destaque na constituição da academia era a existência de uma autoridade divina e de uma autoridade terrena. A Academia tinha como protetora a figura da imaculada Conceição como protetora divina e, como protetor terreno, o mecenas marquês de Pombal. Consta em Kantor (2004) que a ABR homenageou D. José I, atribuindo-lhe o título de Protetor, mas identificou a figura de Pombal como o “Colbert”³¹ lusitano que, inclusive, seria prestigiado uma vez por ano com uma conferência pública na data de seu aniversário.

De modo geral, os Estatutos da ABR demonstram que, por trás das intenções de se construir uma História da América Portuguesa que proporcionasse visibilidade às atividades letradas e de belas letras da Colônia, havia também um movimento no sentido de redefinir as práticas letradas que deveriam ser transferidas de um plano religioso para um plano ideológico e científico. Pombal, adepto das idéias iluministas precisava destruir as bases da escolástica jesuítica para colocar em vigor seus planos e, por esta razão, fez criar uma academia que se camuflava em um modelo antigo, inspirado na ABE, para redefini-lo segundo novas práticas.

³⁰ Esta decisão, provavelmente, teve como preço a sua prisão, pois a Academia era um pretexto de Pombal para afastar José Mascarenhas de Portugal e excluir a *Companhia de Jesus* do Brasil.

³¹ Jean-Baptiste Colbert era o primogênito de Nicolas Colbert, um comerciante de tecidos de Reims, e Marie Pussort. Apesar de sua família dizer descender de nobres escoceses, não há nenhuma prova disto, e a invenção de antepassados nobres era uma prática comum aos plebeus. Trabalhou com o banqueiro de Lyon, e com o pai do poeta Jean Chapelain. Passa depois ao serviço de seu primo, Jean-Baptiste Colbert de Saint-Pouange, primeiro comissário do Ministério da Guerra de Luis XIII. Em 1640, com 21 anos, seu pai empenha suas relações e fortuna para lhe comprar o cargo de *Comissário ordinário de guerra*. Este posto o obrigou a inspecionar as tropas, o que lhe deu uma certa notoriedade. Em 1645, Saint-Pouange o recomendou a Michel Le Tellier, seu cunhado, que trabalhava como Secretario de Estado de guerra, este o contactou, primeiro como secretario privado e logo conseguiu que o nomeassem conselheiro do rei em 1649. Em 13 de dezembro de 1648, se casa com Marie Charron, filha de um membro do conselho real. Tiveram 4 filhos: Jeanne Marie Jean-Baptiste (Marques de Seignelay), Jules Armand (Marqués de Blainville). Em 1651, Michel Le Telier, o apresenta ao Cardeal Mazarino que o contrata para gerir a sua vasta fortuna pessoal. Antes de morrer, em 1661, Mazarino recomendou Colbert ao rei Luís XIV de França, salientando as suas qualidades de dedicado trabalhador. Nesse mesmo ano o rei fez de Colbert ministro de Estado e, em 1664, atribui-lhe o cargo de superintendente das construções, artes e manufacturas e ainda o de intendente das Finanças. Colbert desenvolveu todos os esforços para arruinar junto do rei a reputação de Nicolas Fouquet, o superintendente-geral das Finanças que tinha acumulado fortuna por meios fraudulentos; tendo este sido detido, a mando do rei, por D'Artagnan, Colbert tornou-se controlador geral das Finanças (1665). Viria ainda a desempenhar as funções de secretário de Estado na Marinha e na Casa Real (1669). Em 1670, comprou o baronato de Sceaux no sul de Paris. Converte o domínio de Sceaux em um dos mais charmosos da França, graças a André Le Nôtre que desenhou os jardins e a Charles Le Brun que se encarregou de toda a decoração tanto dos edifícios como do parque. Como ministro de Luís XIV, Colbert quis tornar a França a nação mais rica da Europa, e para isso implantou o mercantilismo industrial, incentivando a produção de manufacturas de luxo visando a exportação. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Colbert, acessado em 03/05/2009 às 15:23h.

2.2.2 As Arcádias

A *Arcádia Lusitana* serviu de molde para a organização da *Arcádia Ultramarina*, fundada por Cláudio Manuel da Costa no dia 4 de setembro de 1768, com outra sessão em 5 de dezembro de 1768. Apesar de assumir as ideologias expressas pelo modelo árcade, para que as agremiações fossem consideradas integrantes à *Arcádia Romana*, a matriz, elas deveriam ser filiadas. A *Arcádia Ultramarina*, por sua vez, não possuía tal filiação e assim, não era reconhecida oficialmente pela Arcádia. Sobre essa não-filiação, o crítico Joaquim Norberto de Souza e Silva comenta:

Sobre a existência dessa associação de poetas fiz as maiores pesquisas sem o menor resultado, e na hypothese de que fosse filial à Arcádia de Roma, prestou-se o Sr. José Bernardo de Figueiredo, hoje barão de Alhandra, encarregado de Negócios do Brasil junto à Santa Sé, a obter alguns esclarecimentos a este respeito, para o que entendeu-se com o Vice-custódio daquela antiga sociedade, o Sr. Egidio Tortini, sem melhor fructo. (FRANCO *apud* SILVA, 1931, p. 14).

Apesar de não existirem comprovações sobre uma formalização da *Arcádia Ultramarina*, na mesma obra, Franco (1931) declara:

Cláudio Manuel da Costa, pertencendo à Arcádia portuguesa, pertenceria assim, *ipso facto*, à Arcádia Romana. Entretanto, jamais nos disse elle que pertencesse a qualquer das duas. Intitulava-se apenas árcade ultramarino. (FRANCO, 1931, p. 16).

Apesar da declaração expressa por Franco (ib., id.) de que Cláudio Manuel da Costa intitulava-se *Árcade Ultramarino* sem de fato existirem evidências de sua relação com as agremiações de Lisboa e Roma, percebe-se que os ideais árcades contagiaram o poeta a conceber uma associação em Vila Rica, em 1768. Tal iniciativa não obrigava o poeta a assumir o controle de uma agremiação concreta, pois existiu apenas para fins de estabelecimento de um novo modelo de composição escrita. Assim, denominar-se “árcade ultramarino” significava, a rigor, assumir tais ideologias e se considerar um “árcade romano” oriundo da América.

Os integrantes desta associação souberam, então, utilizar os elementos desta estética e obedecer aos estatutos com maestria. Cláudio Manuel da Costa declara que *talvez então ela (Arcádia Romana) se não envergonhara de haver repartido para tão remotos climas o esplendor luminoso da sua República* (FRANCO, 1931, p.16).

Por ser considerada uma associação de letrados, ao exercer a função de divulgar saberes e idéias, assim como por marcar a transição do estilo barroco para o estilo arcádico no Brasil-Colônia, a *Academia Brasílica dos Renascidos* e a *Arcádia Ultramarina* serão objeto de estudo desta pesquisa.

Esta breve caracterização do movimento academicista no Brasil é importante por auxiliar na compreensão do modelo de agremiação letrada naquele momento do século XVIII e por situar a produção claudiana dentro do contexto letrado de sua época. Assim, com esse trabalho pretendemos demonstrar, tanto no plano da fundamentação histórica, quanto no plano da análise de textos, as mudanças da estética barroca em árcade, ocorridas em dois planos: o plano ideológico, marcado pela queda da escolástica e advento do Iluminismo e o plano das práticas de composição que passaram de enciclopédicas (buscadas principalmente nas impressões de cronistas) para científicas (relatos baseados em documentos). Os Estatutos da ABR, a seguir, já refletem essas mudanças ideológicas e práticas se comparadas aos moldes em que foi organizada a ABE.

SEGUNDA PARTE: ANÁLISE

CAPÍTULO III

A RETÓRICA NAS ACADEMIAS BRASÍLICAS

3.1 Sobre a Retórica

Buscando compreender o *modus faciendi* das produções letradas do século XVIII que embasavam as discussões acadêmicas, julga-se necessário estabelecer um quadro dos referenciais de escrita utilizados pelos eruditos, particularmente de Cláudio Manuel da Costa. Destarte, para compor este capítulo, foram utilizados os *Diálogos de Platão* (1999), a *Arte Retórica* de Aristóteles (1964), as *Instituições Oratórias* de M. Fábio Quintiliano (1944), *Literatura européia e idade média* de Ernst Robert Curtius (1996), *Elementos de Retórica Literária* de Heinrich Lausberg (1967) e o ensaio *Retórica antiga* de Roland Barthes (1975). Este último propiciou uma visão ampla e didática do tema, uma vez que traça uma trajetória das origens da retórica até sua versão pós-Quintiliano.

A Retórica como metalinguagem, de acordo com Barthes (1975), teve início em torno de 485 a.C, época em que a eloquência era um importante fator para o convencimento do poder político e judiciário entre os gregos em questões de reivindicação de propriedade, cujos processos eram muito controversos e confusos. Empédocles, Córax e Tísias foram os primeiros a ensinar o uso dos recursos desta disciplina nascente. Ao longo dos tempos, ela foi se expandindo e conquistando estudiosos. Ainda, segundo o mesmo autor, deve-se a Córax as cinco partes da *oratio*, a saber, o *exórdio*, a *narração*, a *argumentação*, a *digressão* e o *epílogo*.

Outro nome importante para uma explanação a respeito da Retórica antiga é Górgias de Lenine, o qual possui participação em um diálogo de Platão intitulado *Górgias*. A ele deve-se a imagem da Retórica como discurso erudito, artístico, com valor estético, chamado gênero *epidítico* (que elogia ou censura), pois seu discurso se diferenciava do discurso *judiciário* (que condena ou defende) e do discurso *deliberativo* (voltado para a persuasão ou dissuasão).

Após a instauração, por Górgias, do gênero epidítico, Platão organizou um livro de diálogos, no qual consta o diálogo entre Górgias (representando a sofística) e Fedro (representando a visão platônica). A Retórica de Górgias é considerada por Platão como

“má”, por não se preocupar exclusivamente com a verdade dos fatos e também pelo fato de incluir a poesia, matéria repudiada por Platão. Esta rejeição se deve ao fato de a poesia ser concebida, entre os gregos, como a imitação (criação) daquilo que *poderia ter sido*, em oposição à história, que narra a sucessão de fatos. Essa situação leva o pensador a identificá-la como a manipulação imoral das técnicas argumentativas, com o intuito de subverter a verdade. Ainda no *Górgias* há a oposição entre crença (*doxa*) e saber (*episteme*). Sendo assim, a Retórica é considerada produtora de persuasão, que se preocupa unicamente com a crença - que pode ser verdadeira ou falsa - e nunca com o saber - que é sempre verdadeiro - já que não existe falso conhecimento. Assim, Platão afirma que existe uma verdade universal e absoluta a respeito de cada assunto, que é ignorada pela Retórica, mas que deveria ser base de uma Retórica verdadeira.

A importância deste histórico dentro da dissertação está no fato de que, para as Academias posteriores ao Renascimento, parte do cerimonial de cada conferência previa, como forma de representação, o panegírico, ou o discurso epidítico dirigido à(s) autoridade(s) presente(s). Além do próprio discurso, a formalidade da situação acadêmica requeria uma linguagem que se utilizava igualmente da arte Retórica para a expressão do respeito, do saber e do reconhecimento da condição de detentor de erudição, requisitos que estão documentados nas correspondências de admissão do acadêmico Cláudio Manuel da Costa e que se estendem a todos os integrantes/convidados das instituições acadêmicas.

Aristóteles (384 a. C), um dos discípulos de Platão, foi o responsável por desenvolver uma base teórica sólida para a Retórica, que segundo ele é uma técnica da persuasão. Suas reflexões o colocam entre um dos principais nomes, no que diz respeito ao estudo desta arte, pois revolucionou todo um pensamento com a criação de suas técnicas e divisões. Segundo Curtius (1996) Aristóteles buscava provar que a retórica tinha sua razão de ser tanto quanto a dialética, que Platão considerava como ciência suprema. De acordo com Curtius (1996), a poesia foi considerada necessária para o espírito humano, graças à inclusão de suas reflexões nos estudos filosóficos. A *Arte Retórica* é dividida em categorias, dando nomes às técnicas utilizadas. Essas classificações são aceitas até hoje e serviram de base para novas terminologias que as aprofundam em algumas classificações adotadas naquele tempo. A primeira possível é a dos gêneros, divididos em *deliberativo*, *judicial* e *epidítico*. Para Aristóteles, o discurso é composto necessariamente de, no mínimo, quatro elementos: *exórdio*, *enunciação da tese*, *prova* e *epílogo*.

Após Aristóteles, dois outros nomes merecem destaque no tratamento da retórica, já nos tempos áureos da civilização romana, Cícero e Quintiliano. Sobre o contexto em que surgiu a retórica ciceroniana, pode-se dizer que:

A partir do século II, afluíram os retóricos gregos a Roma e aí se dedicaram ao ensino. A intensa vida política de Roma tinha de dar forte estímulo à arte oratória. Mas, em contradição com a Grécia, colimava fins exclusivamente práticos. Só no século I chegaram a Roma os estilos retóricos de arte do Oriente helênico. O mais antigo manual de retórica em latim é a *Rhetorica ad Herennium*, antes atribuída a Cícero e também a um certo Cornificio, mas de autoria desconhecida (cerca de 85 a. C.). Essa obra e o *De Inventione*, livro da mocidade de Cícero, relacionado com o primeiro, nada acrescentaram ao conteúdo didático dos manuais gregos do século IV, tornando-se, porém, muito importantes como veículos da doutrina grega transmitida a Roma. Na Idade Média, como na Renascença, a *Retórica ad Herennium* gozava de autoridade. Os escritos retóricos de Cícero também foram lidos na Idade Média; raramente, porém, seus discursos. Cícero não era então - como o seria em pleno humanismo - considerado autor modelar. Seu estilo não correspondia ao ideal do fim da Antiguidade e do maneirismo medieval. A Idade Média não sabia como aproveitar sua eloquência política e forense. (CURTIUS, 1996, p. 103).

O renascimento de estudos retóricos e o ressurgimento das discussões sobre a sua relação com a filosofia fez com que pensadores da retórica ressurgissem na história da filosofia. Esse é o caso de Isócrates na Grécia e de Cícero em Roma. Cícero pensa a filosofia e a retórica como uma totalidade física, ética e política. Para ele, a Retórica não é apenas uma aplicação das regras da Eloquência, pois exige amplo conhecimento de todas as artes e ciências, principalmente da filosofia:

Pode-se distinguir a Retórica ciceroniana através das seguintes características: a) medo do “sistema”, Cícero deve tudo a Aristóteles, mas o desintelectualiza. Quer penetrar-lhe a especulação de “gosto”, de “natural”; o ponto extremo dessa desestruturação será atingido somente na *Rethorica sacra* de Santo Agostinho (livro IV da *Doutrina Cristã*): nenhuma regra para a eloquência, necessária, entretanto, ao orador cristão. Deve-se principalmente ser claro (é uma caridade), ater-se mais a verdade do que aos termos, etc. Esse pseudonaturalismo retórico ainda reina nas concepções escolares do estilo; b) a nacionalização da Retórica: Cícero procura romanizá-la (é o sentido do *Brutus*), a “romanidade” aparece; c) o conluio mítico do empirismo profissional (Cícero é um advogado mergulhado na vida política) e da vocação à grande cultura; esse conluio terá um brilhante destino: a cultura se tornará o ornamento da política; d) a assunção do estilo ciceroniano anuncia um desenvolvimento da *elocutio*. (BARTHES, 1975, p. 158 - 159).

Dessa forma, Cícero defende a idéia de que sem um conhecimento necessário, a Retórica se transforma em “vazio”. Considera, assim, a Retórica como a “arte do pensar sabiamente”, o que, segundo ele é mais importante do que a “arte do falar”.

Sobre a contribuição de Quintiliano para a retórica, cabe mencionar que ele foi o responsável por um dos textos mais extensos e influentes sobre o assunto no mundo antigo: as *Instituições Oratórias*. Compostas por doze partes delimitam a educação de um orador desde sua infância. Trata-se de um plano da formação pedagógica, no sentido de *institutio*, segundo Barthes (1975).

Curtius (1996) considera que a obra de Quintiliano não pertence aos manuais usados na Grécia e em Roma, é, antes de tudo, um tratado sobre a educação do homem:

[...] o homem ideal só pode ser o orador. Só ao homem concedeu o Deus supremo e formador dos mundos o privilégio da fala. A oratória está, pois, muito acima da astronomia, da matemática e de outras ciências. (QUINTILIANO *apud* CURTIUS, 1996, p. 104).

A partir desta explanação é possível compreender de forma geral as várias formas de pensar a retórica, bem como a repercussão que cada um dos diferentes pensamentos teve em determinada época. No século XVIII, apesar dos escritos serem pautados nas obras de vários retores antigos, a *Arte Retórica* de Aristóteles e as *Instituições Oratórias* de Quintiliano abarcam e orientam de forma mais completa os textos que propomos analisar.

3.2 A Retórica entre os Letrados das Academias Brasileiras

A Retórica foi largamente utilizada durante os séculos XVII e XVIII, suas marcas podem ser observadas e analisadas nos textos acadêmicos, pois, sendo referencial de escrita, constituía a “espinha dorsal” de todos os textos. Porém, antes de ser incorporada de forma tão abrangente, cabe ressaltar algumas questões acerca de sua tradição na península ibérica.

De acordo com Lausberg (1967), a tradição retórica nas letras latinas aparece com Sêneca, o retor (I d. C.) e com outros nomes igualmente importantes, como Lucano e Santo Isidoro de Sevilha. Existia um substrato retórico que residia nas escolas romanas da

península, mantidas posteriormente pelas escolas monacais cristãs (nas quais se firma o nome de Santo Isidoro de Sevilha).

O teórico divide a inserção da retórica no ensino em épocas distintas. Do século XII ao XV, em Portugal, os retores eram estudados nas *escolas*, pois não havia obras renovadoras e originais como na França e na Inglaterra, que as distinguisse e/ou as tornasse únicas. O ensino da retórica em Portugal era dividido entre profano (que mesclava retórica e poética) e a forma ligada à propagação da fé e ao modo de pregar. Entre os nomes de autores profanos que mais se destacaram nessa época, estão os de Cícero, Cornifício e Santo Isidoro de Sevilha, além dos manuais escolares que eram muito lidos.

No final da Idade Média, a retórica se renova, pois os humanistas começaram a estudá-la, inspirados pelas leituras dos textos clássicos. Assim, segundo Lausberg, a retórica passa a ser ensinada nas universidades e nas escolas. No século XV, mais especificamente em 1432, a retórica passa a ser incluída nos programas de estudos da Universidade de Lisboa e, em 1508, desaparece do currículo. De qualquer modo, a retórica era tão importante na formação dos estudantes, que foi instituída pelo testamento de D. Henrique uma verba para manter uma cadeira de retórica na Universidade de Lisboa. No século XVI a retórica já era ensinada em todas as escolas portuguesas. Entre essa época e o século XVIII há uma fase de transição. Estuda-se retórica e poética segundo o modelo escolástico.

No Brasil, a retórica foi muito difundida entre os séculos XVII e XVIII. Pode-se dizer que ela estava presente tanto na estrutura dos textos, que geralmente seguiam a ordem proposta por Aristóteles, ou seja, *exórdio*, *enunciação da tese*, *prova* e *epílogo*, quanto na temática que, de acordo com Lima (1980), no caso da poesia, deveria seguir um dos três assuntos determinados como tema geral: o primeiro, o assunto *heróico*, que estava relacionado à prática do elogio e à exaltação das autoridades ligadas à Coroa Portuguesa; o segundo, o assunto *lírico*, voltava-se para o assunto amoroso e fazia uso da mitologia, e o terceiro, o assunto “*jocossério*”, que se caracterizava por ser popular e baseado no cotidiano. Já no caso dos discursos em prosa, deveriam ser laudatórios, enquanto as dissertações eram geralmente de teor histórico/científico. Nas composições feitas para glosar os temas dados pelas academias, percebe-se o predomínio dos assuntos heróicos³².

³² A definição de Academia dada por Lima (1980, p. 48) não é a mesma para todas as agremiações, pode-se dizer que a estrutura descrita acima se assemelha mais às propostas da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, no que diz respeito às composições em verso, porém, cabem também aos Renascidos quando se referem ao teor “histórico” das composições em prosa.

Sobre o esquema retórico que norteava a escrita das Academias Brasileiras, era comum, no caso da temática laudatória, a necessidade de louvar a autoridade. Os textos de Cláudio Manuel da Costa, escritos tanto para a *Academia Brasileira dos Renascidos*, quanto para a *Arcádia Ultramarina*, tratam desta temática. O louvor, nestes textos, vai além da necessidade de compor um espaço de integração entre acadêmico e homenageado. Trata-se, na verdade, de um recurso retórico do gênero epidítico que prevê a adequação do erudito em relação ao contexto acadêmico e ao esquema retórico, e que a ABR cobrava nos seus Estatutos e Juramento. O fato do drama *O Parnaso Obsequioso*, pois, recorrer ao encômio, não significa demérito ou traição a um novo modelo, antes significa uma concordância ao modelo retórico, praticado em textos que independiam de uma estética, mas assumiam técnicas diferentes em relação ao uso dos ornamentos e dos objetivos ideológicos.

A presença dos “motes” e “didascálias” para introduzir algum assunto, assim como das figuras de linguagem para produzir o *ornato* do texto também eram obrigatórios no exercício dos acadêmicos. O tipo de ornato utilizado em cada texto é um dos fatores que demonstram a diferença entre a estética seiscentista/barroca e a estética árcade, pois cada qual recorre a partes diferentes do catálogo³³ para ornar o texto.

A *mimesis* também era recurso muito utilizado nas academias por possibilitar uma recriação dos gêneros apreciados na época. Tanto Platão como Aristóteles a concebiam como representação da natureza. No entanto, Platão acreditava que toda a criação era uma imitação e até o mundo físico era uma imitação do mundo das idéias. Já Aristóteles não aceitava o mundo das idéias. Para ele, a arte era uma representação do mundo, como o drama consistia em uma representação da realidade.

No interior dos textos acadêmicos percebe-se também uma freqüente utilização das diversas tópicas que faziam parte tanto dos textos em prosa quanto dos poemas. Segundo Curtius (1996), as tópicas no antigo sistema retórico foram responsáveis por abarcar os mais variados pensamentos e poderiam ser utilizadas em escritos e discursos em geral. Lausberg (1967) afirma que:

³³ No caso do Barroco, é comum o uso de imagens e conceitos ambíguos e antitéticos, que tornam o texto obscuro, uma vez que, principalmente na poesia, a preferência é pelo uso de termos abstratos. Já no arcadismo, opta-se por termos claros e simples. Sobre a teoria acerca das regras de produção do ornato, o teórico Emmanuele Tesauro (1570) em sua obra *Il Canocchiale Aristotelico* discorre e exemplifica.

O topos é uma forma que (como um recipiente ora com água, ora com vinho; em cada caso com função diferente) pode ser enchida com um conteúdo actual e pretendido em cada caso. O reconhecer que um pensamento (encontrado num texto) corresponde a um topos e, tem valor, do ponto de vista histórico, e também não deixa de ter valor para a compreensão do passo em causa, se se tomar em conta que o autor tornou finito o topos o integrou no contexto concreto, onde ele deve exercer a sua função actual, exatamente como, no domínio da gramática, um conjuntivo tem de exercer uma função actual. (MERTNER *apud* LAUSBERG, 1967, p. 110).

Assim, no excerto, Lausberg reconhece o carácter concreto dos *topos* que podem ser preenchidos com uma significação actual se inseridos em textos atuais. O *topos* não envelhece, passa por gerações e pode ser encontrado tanto em textos da antiguidade quanto em textos contemporâneos.

Entre as tópicas mais recorrentes na produção académica estão a *falsa modéstia*, tipo de lugar-comum em que o poeta falsamente desqualifica sua obra, procurando demonstrar modéstia perante os leitores ou ouvintes. Este lugar-comum segue um esquema mais ou menos repetido em diversos autores, como podemos observar no exemplo seguinte: *Non habeo ingenium* (CASTELLO, 1669-1971, v.1, t.1, p.07). Este verso inaugura a ABE, com a oração académica, escrita por José da Cunha Cardoso, na qual, antes mesmo de iniciar seu discurso, o autor declara sua falta de engenho. Essas marcas serviam como constituintes do discurso e faziam parte de um catálogo de possibilidades. Entre os académicos, a prática servia para que o discurso a ser apresentado recebesse a chancela de uma autoridade, geralmente objeto do louvor, mecenas ou, nas reuniões públicas, uma figura da corte. A Academia se apropria deste modelo para fazer introduzir o texto seletivo para um público seletivo, fazendo, com esta adequação, a diferença entre um discurso político/judiciário e um discurso académico. É um meio de fazer chegar ao assunto. De acordo com Curtius (1996), a *falsa modéstia*, era empregada como forma do autor conduzir o público a seu tema. Entretanto, na Academia, o componente a ser acrescentado não vinha da simples necessidade de expor a modéstia. Vinha, antes, da necessidade de se fazer presente e adequado à circunstância de recitação de um discurso no ambiente académico.

A *tópica exordial* trata das justificativas que o autor utiliza ao compor sua obra, e associa-se, de certa maneira, à anterior. Destaca-se nela, segundo Curtius (1996) o topos “*trago coisas inéditas*” (em que o autor se apodera do ineditismo para chamar a atenção do leitor/ouvinte), o topos da “*dedicatória*” (que trata da dedicação da obra a alguém, no caso

era comum o oferecimento a Deus), o topos “*a posse do saber me obriga a comunicá-lo a outrem*” (detenção do saber), e o topos do “*deve-se evitar a preguiça*” (o exercício do escrever era recomendado como remédio contra o ócio). São informações constantes da história portuguesa, postulada pelos Esquecidos e pelos Renascidos, depende, em alto grau destes lugares-comuns. A novidade da Academia leva à novidade do discurso, que torna a matéria debatida uma novidade. Nesta sucessão, os documentos antigos, pesquisados (ou não) pelos sócios acadêmicos, atualizam-se, porque ganham nova roupagem da escrita e da declamação e se consagram, depois, como contribuições inestimáveis para a historiografia do assunto.

Além das tópicas referidas acima, outras também marcaram os discursos retóricos setecentistas, entre elas estão a *tópica do discurso de consolação* que, segundo Curtius (1996) tinha no gênero epídítico sua maior manifestação, como é o caso da carta de condolências, que era escrita geralmente em caso de falecimentos. O gênero, entre os acadêmicos, era motivo não de uma simples alusão, mas de uma conferência, na qual se dedicava parte significativa ao assunto.

ELOGIOS FÚNEBRES

Estão entre eles, por exemplo, o texto de Sebastião da Rocha Pita, sobre o *Sumário da vida e morte da Excelentíssima Senhora Dona Leonor Josepha de Vilhena*, de 1721, publicado em Lisboa, na Officina de Antonio Pedrozo Galgaram com todas as licenças necessárias, e cuja organização se assemelha muito à de uma sessão Acadêmica, em que se apresentam oração (e suas partes) e poemas compostos para o assunto. O mais curioso desta manifestação, em especial, está nos Autores deste elogio fúnebre: muitos vieram a ser, posteriormente, Acadêmicos da Academia dos Esquecidos: a *advertência*, assina D. Leonor Josepha de Menezes; o *sumário* de sua vida assina Sebastião da Rocha Pita³⁴, assim como mais seis sonetos, uma composição em décimas, um romance e uma composição em oitavas; o Capitão Tomé Monteiro de Faria apresenta três sonetos; João de Brito e Lima³⁵, cinco sonetos e uma composição em décimas; Antônio Lopes de Ulhoa, três sonetos e uma composição em décimas; Maldonado, que compôs um soneto; Paulo da Costa Brandão, que apresenta dois sonetos; Jerônimo Rodrigues de Castro (o acadêmico Yerônimo Roiz de Crasto)³⁶, com um soneto; Francisco Pinheiro Barreto³⁷, dois sonetos e uma composição em oitavas; André de Figueiredo Mascarenhas³⁸, quatorze sonetos, um romance e uma canção; e um sermão de João Calmon³⁹.

³⁴ Presidente da Segunda Conferência da *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

³⁵ Presidente da Terceira Conferência da *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

³⁶ Acadêmico da *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

³⁷ Presidente da Quarta Conferência da *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

³⁸ Acadêmico da *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

³⁹ Presidente da Décima Terceira Conferência da *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

Este elogio fúnebre, arquivado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fundo Real Mesa Censória sob número 611, caixa 241, reforça a ocorrência da 6ª. Conferência da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, em que o Assunto Heróico tratou do elogio fúnebre pela morte da Marquesa Aia Teresa de Moscoso, Marquesa de Santa Cruz. Comparando a produção para este dia de trabalho dos Esquecidos, vamos encontrar vinte e dois sonetos, duas composições em oitavas, romance, décima, canção e silva (uma composição de cada gênero), além dos latinos: seis epigramas, elegia, elogium, epitaphium, phaleucium, epicedium (uma composição de cada gênero). Ainda na mesma modalidade, o elogio fúnebre, consta dos itens 46 e 47 dos *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos* (§ XI referente aos *Elogios Fúnebres*), a necessidade desta prática:

§ XI ELOGIOS FÚNEBRES,

46. Falecendo algum acadêmico, se elegerá outro para que escreva o seu elogio, no qual se incluirá o epítome de sua vida, que se há de ler na Academia, e lançar-se no livro do registo, para se imprimir com a sua história. O diretor e secretário farão logo recolher as obras, que tiver composto do seu instituto e todos os livros e papéis, que da mesma Academia se lhe tiverem confiado.

47. Se o colega falecido for da ordem dos sete, que servem na Mesa Censória, votar-se-á em um dos seis para escrever o seu elogio. Sendo somente do número, em outro também numerário, que não seja da mesa; e sendo supranumerário, em um também da sua mesma ordem. (cf. MORAES, 1999, p. 240-241)

Assim, um tema recorrente nestes textos era a abordagem sobre as fases da vida, para isso, apoderavam-se de exemplos de longevidade e de vida breve. O exemplo que podemos demonstrar, sobre esta prática, vem da Academia dos Esquecidos, quando das mortes da Sra. Teresa de Moscoso (Primeiro Assunto) e do recolhimento ao convento da Marquesa de Gouveia D. Inácia Rosa (Segundo Assunto), após a sua viuvez. Ambas foram lembradas na mesma conferência:

Sonêto

Da graça mais gentil, da breve idade
Inácia a leve vida não confia:
Porque vê quanto a Morte a espada afia
Contra a flor da Beleza, e Mocidade.

Deixa a mundana pompa, e a vaidade
Quem de vanglória o Mundo revestia:
(Perdendo aquêle então tôda a valia
Numa jóia de tal preciosidade.)

Discreta a Deus se entrega, que amoroso

Lhe promete, em final de afeiçoado,
Um jugo na clausura deleitoso.

Da vida muda, pois, mas não de estado;
Que se avaralhe rouba a Parca o Espôso,
Outro o Céu liberal lhe há destinado.

De Francisco Xavier de Araújo.

(CASTELLO, 1969-1971, v. 2, 6^a. conferência de 09 de julho de 1724, p. 172).

A *tópica histórica*, por sua vez, refere-se às relações primitivas e geralmente independentes do tempo. Neste campo caberão certamente todas as “matérias” tratadas pelos Esquecidos e boa parte do que se discutiu entre os Renascidos. Tanto prosa quanto verso, assim, respondem a essa exigência da retórica, no que diz respeito às duas Academias Brasílicas.

Assim, podemos exemplificar com um momento de cada uma delas:

Tudo conseguiremos pelo Esclarecido Protetor que logramos, em quem estão tanto em Equilíbrio o valor, e a ciência, que faz se não diferenciem a armas, e as Letras, mais que nos instrumentos, assim como só no nome se distinguem Palas, e Minerva: Herói a todas as luzes grande, que por todos os Hemisférios traz ocupados os clarins da fama. Para as cenas das ruínas de Pompeu foram necessárias as três partes do Mundo até então descobertas; quatro partes ainda não bastam para teatros das glórias do nosso César, que sobre encher os atributos do seu apelido melhor, que Fábio Máximo as medidas do seu nome. Hércules de Maior emprego, Aquiles com melhor fortuna, Alexandre que achou mais mundos que dominar, e César que não acha contrários a quem vencer. (CASTELLO, 1969-1971, v. 1, 2^a conferência de 7 de maio de 1724, p. 132).

No trecho da dissertação da ABE o louvor é apresentado em meio à *tópica histórica* que pode ser percebida nos momentos em que o autor se remete a nomes conhecidos através dos tempos, como é o caso de César, Fábio Máximo e Alexandre. Tal *tópica* apresenta, inclusive, embutida no discurso, a *tópica do sobrepujamento*, uma vez que, na comparação do monarca a tais nomes, passa a ser chamado também de César e se sobrepõe ao famoso César, a Fábio Máximo, a Alexandre, e, inclusive a heróis mitológicos como é o caso de Aquiles e Hércules.

Dedicava Horácio as suas obras ao Mecenas, que de muito longe olhava para o [purpúreo], pois só o conhecia por seu bisavô Hecina, Rei dos Etruscos, Pai de [...] e, este pai de Menedoro, que assistiu a César contra Pompeu, e era o pai de Mecenas. (LIMA, 1980, p. 250).

Já no texto acima referente a *Dedicatória a El-Rei Para um Sermão de Casamento da nossa Princesa com o Infante Dom Pedro*, escrita por Frei Antonio Jaboatão da Academia dos Renascidos, a tópica histórica processa-se na narração de fatos ocorridos em uma época antiga, cujos personagens, como no excerto acima, são conhecidos por suas ações e eternizados pelo tempo.

Outra tópica que pode ser identificada nos textos acadêmicos é a *tópica do Remate*, que se relacionava ao desfecho de um discurso. Segundo Curtius (1996) o final deveria resumir os pontos principais e dirigir um apelo aos sentimentos do público, ou seja, deveria movê-los à revolta ou à compaixão. Esse topos ocorre nos discursos orais, nas prosas não oratórias e poesias. O orador recorre a um fecho abrupto ou a uma falta de fecho, “encurtando” o discurso, devido a sua longa duração. Exemplo típico deste modelo encontra-se na obra de Inácio Barbosa Machado, acadêmico da *Academia Real da História Portuguesa*, de 1720, da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, de 1724 e da *Academia Brasílica dos Renascidos*, de 1759. Sua oração acadêmica se encerra de maneira abrupta e contrária à proposição:

Desejei para obediencia, e para sacrificio, não so desempenhar com todas as forças do meu talento, e do meu estudo eleição tão beneficioza, mas ainda exceder a minha obrigação como mais delicados escritos porem não igualaram as obras aos votos porque me contento da verdade, e clareza com que escrevi estas Dissertaçoens da primeira parte da Guerra Brazilica; *não trabalhei pois o que desejava, mas fiz o que pude*, porquanto não falando no aparato critico de toda a obra, em que na 1ª conferencia a dividi a Historia da guerra do Brazil em quatro partes, sendo a primeira do primeiro seculo tambem do Brazil, a segunda parte do 2º seculo que compreendeu os anos de 1600 e fecha. (grifos nossos). (*Apud Moraes*, 1999, v. 2, p. 156).

No discurso forense, político e panegírico também surgiram inúmeras tópicas, entre elas as *controversiae* (de casos litigiosos), como podemos perceber no seguinte Problema:

Qual das duas Venturosas Monarquias deve ter maior glória; se a de Castela por ser Pátria da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora? Ou a de Portugal por lhe ter dado a Coroa?

Defenderá a Primeira Parte o Senhor Secretário Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

Defenderá a Segunda Parte o Senhor Reverendo Doutor José Antonio Sarre. (LIMA, 1980, p. 155-156).

Os discursos que apresentavam pontos argumentativos eram recorrentes nas Academias. Aplicando seus conhecimentos para a defesa da parte que lhe cabia, o acadêmico mostrava seu poder de convencimento e de construção persuasiva, o que significava seu prestígio e sua eloquência enquanto letrado.

Além dos discursos da *controversiae*, outra tópica recorrente nas academias era a *declamatio* (discurso escolar/político), cujas características são o pronunciamento em tom declamativo, e são reconhecidas em textos da Academia dos Esquecidos e da Academia dos Renascidos, como no exemplo retirado da *Oração, com que na Dominica in Albis e vinte, e três de abril deste ano de 1724 abriu a Academia Brasilica o Doutor José da Cunha Cardoso*.

Decretou o nosso Excelentíssimo, e Augustíssimo César coroar as armas, que professa, com as Letras, que autoriza, trasladando na melhor cidade da América a mais célebre da Grécia, e instituindo uma palestra literária, de quem fosse protótipo o Ateneu; e como pelo nosso grande descuido, ou pequena reflexão nos escondiam as sombras do esquecimento a muitos sujeitos raros, com que a decretada Academia se podia enobrecer, quis o Soberano autor deste novo teatro da erudição, fosse eu o antesignano (sic), que fazendo estandarte da voz publicasse o desterro daquelas sombras, que desvaneceu, expondo aos olhos do mundo o esplendor desta Academia, que instituiu. (CASTELLO, 1969-1971, v.1, p. 07).

As *dissuasio* (discurso persuasivo) são discursos que se inserem nas práticas das *controversiae*, ou seja, trata-se de um discurso persuasivo, porém que persuade o leitor/ouvinte contra algo. Como exemplo desta prática nas academias, Kantor (2004) afirma que:

A Academia dos Renascidos, por sua parte, fora surpreendida pela expulsão dos jesuítas e pela aplicação do Diretório dos Índios (1755-1758). Substituir os missionários por novos párocos, demarcar as terras indígenas, estimular a produção agrícola e artesanal, implementar o ensino da língua portuguesa, treinar as lideranças indígenas, promover a mestiçagem entre a população pobre e os índios, eram algumas das orientações do novo modelo de “aculturação civil” determinada pelo projeto pombalino. Os joco-sérios apresentados pelos acadêmicos no dia da inauguração das atividades evidenciam as resistências locais à implementação do Diretório. (KANTOR, 2004, p.239).

Os acadêmicos, inocentes quanto aos projetos pombalinos de expulsão dos jesuítas da colônia, apresentaram em seus discursos uma não aceitação desta atitude através da *dissuasio*. Porém, como eram patrocinados por Pombal, seu mecenas, não poderiam ser tão pontuais neste assunto e, assim, incluíam suas insatisfações nos discursos *jocossérios*, que permitiam uma maior liberdade de expressão.

O discurso que caracterizava a exaltação dos antepassados e denominados *formula laudis*, era comum em algumas manifestações dos Renascidos e em praticamente todas as manifestações acadêmicas dos Esquecidos. Sobre essa fórmula, podemos apresentar a título de exemplo a *Dedicatória a El-Rei Para um Sermão do Casamento da nossa Princesa com o Infante Dom Pedro*, escrito pelo Frei Jaboatão, para a Academia dos Renascidos.

Nós porém, consagramos estes fatos do nosso afeto, se não tão relevantes pela pena, que os dedica, mui distintos pela virtude, que os dirige, e muito mais pelo simulacro, a que se terminam, sobre as almofadas do Régio Trono, e pés de Vossa Magestade, de quem a sua coroa e Estirpe começou logo desde o primeiro de seus Ascendentes. (LIMA, 1980, p.250).

A *laudis Italiae/Romae*, também é de uso recorrente nas academias brasílicas e caracteriza-se por fazer remissão a questões de localização das cidades e de suas qualidades. Encontra-se em menor quantidade nas produções dos acadêmicos Renascidos e ocorre em algumas manifestações dos Esquecidos. Como exemplo, segue um trecho da *Oração Acadêmica, e Genetliaca* escrita para a *Academia Brasílica dos Renascidos*, pelo mesmo autor:

Os Romanos foram os que mais se empenharam em os refutar, formando Leis invioláveis contra eles, as quais reforçou o imperador Tibério desterrando-os como peso da sua República, como tais, dizia Tácito deviam ser para sempre da sua Cidade. (LIMA, 1980, p. 255).

Sobre o elogio se encontra, ainda, os *topoi do indizível* em que o orador ou poeta declara incapacidade de louvar ou “não encontra palavras para” louvar a pessoa homenageada. Esta tópica pode ser encontrada em toda a obra dos acadêmicos Esquecidos e em algumas obras dos acadêmicos Renascidos. Para Curtius (1996), outro modo de valorizar a pessoa homenageada consistia em dizer que todos participam do louvor. A partir desta tópica nasceram outras, entre elas, o “*topos da Índia*” e o *topos “todo globo terrestre o enaltece”* em que o homenageado é louvado em diversos países ou até no “mundo todo”. Há também dentro deste modelo panegírico, tipos do *Sobrepujamento*, recurso utilizado para estabelecer paralelos de modo a colocar a pessoa ou o objeto homenageado sempre acima de seu objeto de comparação. Como exemplo desta tópica, temos o Soneto de Frei Avertano de Santa Maria escrito para a *Academia Brasílica dos Esquecidos* em homenagem ao Rei D. João V:

Sonêto

Se aos Assírios que as Letras inventaram
Deve o mundo em geral sua valia,
E a Aristóteles, da Filosofia
Os princípios que a muitos se ditaram.

Se aos Egípcios primeiros que observaram
Desse mapa brilhante a Astrologia,
E a Apolo também deve a Poesia
Quanto em metros Orfeus destros cantaram.

A vós Monarca Excelso deve o mundo
Mais que a todos, das Letras o desvelo,
Neste tempo, a este século jocundo.

Nenhum corre convosco paralelo,
Pois sois Quinto no nome, e sem segundo,
Sábio Rei, digno enfim de imortal prelo.
(CASTELLO, 1969-1971, v.1, 2ª Conferência de 7 de maio de 1724,
p.165).

Pode-se destacar também no estudo da retórica, a temática do heroísmo, pois, para ser considerado herói o homenageado deveria possuir *sapientia e fortitudo*, mais uma tópica que se consagrou pelo uso entre os acadêmicos e que se referia à sabedoria e à força, ou habilidade no ofício das armas. Constata-se também esta prática na tópica do *Elogio ao Soberano*, em que também era comum se exaltar o seu conhecimento e habilidade nas armas e nas letras, ou seja, deveria ser demonstrado o sucesso do soberano nas ciências e nas batalhas; sua *nobreza de alma*, características apreciadas em um soberano e reconhecidas no ato laudatório e a exaltação à *beleza* física que, inclusive, pelo uso criou o *topos Natureza como criadora do homem belo*. Aqui, cabem todas as orações acadêmicas e também composições dos Esquecidos que homenageiam os presidentes das conferências, como, por exemplo, a Décima em homenagem a Sebastião da Rocha Pita, presidente da ABE, na 2ª conferência de 7 de maio de 1724:

DÉCIMAS AO JOCO-SÉRIAS

Ser hoje a Rocha ostentais,
em que o monte se levanta,
do qual a Pegársea planta
verteu líquidos Cristais.
Com razão tanto avultais
no verso altivo, eloqüente
na Prosa tão soltamente,
que para afetos prender
sempre nos mostrais trazer
o vosso engenho corrente.
Deus, que se possa outro achar
com seus fumos de Poeta:

mas ou lá, ninguém se meta
em querer se avantajár.
Quando vos queira igualar,
será triste a sua dita;
pois com distância infinita
de sorte o cachimbareis,
que a seu pesar ficareis
desses seus fumos o Pita.

(CASTELLO, 1969-1971, v. 1, 2ª conferência de 7 de maio de 1724, p. 147).

Entre as tópicas relacionadas à paisagem ideal, Curtius (1996) destaca a aparição nas obras de uma *flora e fauna exóticas* em que não há a preocupação em traduzir a realidade, mas transformar a natureza em objetos e seres fabulosos. Há, assim, a remissão à poesia grega, com a representação da Grécia (Monte Parnaso) como lugar ideal e a inserção do *bosque* (muito mencionado nas poesias épicas) e do *locus amoenus* como lugar ideal dos poetas. Lausberg (1967) afirma que esta tópica pode aparecer como *enumeratio* (enumeração das características paisagísticas) ou como *descriptio* (descrição das cenas, dos lugares). Na Dedicatória de Frei Antonio Jaboatão ao Diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, feita para a Academia dos Renascidos, temos a utilização do canto das aves e da transformação da escuridão em aurora, como elementos de louvor ao diretor da academia.

Depois das obscuras trevas de uma longa, e tenebrosa noite, em que as sombras tristes, e melancólicas fizeram mais lúgubres, e sensíveis entre desabridas tempestades, as costumadas horas de sua carreira, amanhece rebuçada de púrpura a Aurora; e abrindo as cristalinas janelas da [vida] dos Horizontes só deixa ver coros diáfanos, e celestes Palácios de todo o Orbe. A este tempo as cantoras Aves convidando a toda a sua volátil República de picos e penas, sacodem as plumagens, adelgaçam as línguas, apuram as vozes e com suave consonância recitam o seu festivo panegírico; gratulando a Aurora a sua boa vinda. (LIMA, 1980, p. 144).

Há ainda a utilização do recurso da *paisagem épica* para o estabelecimento de uma paisagem poética:

Para o épico, mais do que a distinção entre as três partes do mundo, importaria indicar pela topografia os diversos teatros da ação. Nos momentos críticos e nos pontos culminantes, o suceder épico deve ser ilustrado com a sumária designação da localidade, assim como os acontecimentos dramáticos requerem uma decoração - por mais primitiva - embora reduzida com uma simples placa com a inscrição: "Isto é uma floresta". Já na *Ilíada* encontramos essas "figurações épicas da paisagem. (CURTIUS, 1996, p. 259).

A presença das paisagens épicas ocorre nos textos acadêmicos com certa regularidade, principalmente em textos de teor laudatório, uma vez que o épico é um dos gêneros mais utilizados para a caracterização de heróis envolvidos por paisagens propícias para as ações de maior expressão. Com esta enumeração propomos, a seguir, uma aplicação mais direta na obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa, comparando, assim, suas práticas às das agremiações nas quais assinou seu nome.

CAPÍTULO IV

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E AS MANIFESTAÇÕES ACADÊMICAS

A explanação sobre as tópicas retóricas auxiliam na compreensão da escrita de Cláudio Manuel da Costa que será analisada a partir deste ponto. Cabe mencionar que, além das tópicas, a retórica abarca muitas outras questões, como as próprias partes do discurso, as *figuras de pensamento* e as *figuras de palavras* e as regras de persuasão. Todos esses aspectos serão focados nos textos que compõem o *corpus* aqui analisado.

No Brasil, a retórica foi muito utilizada nos escritos denominados barrocos que, inclusive, constituíam o estilo vigente nas primeiras academias. Com a difusão dos modelos da estética árcade, a retórica manteve seu poder no âmbito da escrita. A modificação que determinava diferenças entre os modelos barroco e árcade ocorreram, como já informamos no capítulo 1, no âmbito das escolhas vocabulares, que fizeram com que a linguagem se simplificasse e assumisse, assim, contornos claros e bem definidos. Se na estética barroca (tardia) vigoravam excessos de figuras de linguagem e sentido, no arcadismo a preferência era pela clareza e objetividade do texto. Além disso, as mudanças na escrita não ocorreram de forma abrupta. Houve, primeiramente, uma mescla de estilos, como menciona Cláudio Manuel da Costa no *Prólogo* de suas *Obras* (1768):

Não permitiu o céu, que alguns influxos, que devi ás águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo: e destinado a buscar a pátria, que por espaço de cindo anos havia deixado, aqui entre a grossaria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer, que entregar-me ao ócio, e sepultar-me na ignorância! Que menos, do que abandonar as fingidas Ninfas destes rios; e no centro deles adorar a preciosidade daqueles metais, que têm atraído a este clima os corações de toda Europa! [...] A desconolação de não poder substabelecer aqui as delicias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço: mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão. Esta me persuadiu a invocar muitas vezes, e a escrever a Fábula do Ribeirão do Carmo, rio o mais rico desta Capitania que corre, e dava o nome à Cidade de Mariana, minha Pátria, quando era Vila. Bem creio, que te não faltará que censurar nas minhas obras, principalmente nas Pastoris, onde preocupado da comum opinião te não há de agradar a elegância de que são ornadas [...]. Pudera desculpar-me dizendo que o gênio me fez propender mais para o sublime, mas temendo que ainda neste me condenes o muito uso das metáforas, bastarás para te satisfazeres, o lembrar-te que a maior parte destas obras foram compostas ou em Coimbra, ou pouco depois, nos meus primeiros anos, tempo em que Portugal apenas começava a melhorar de gosto nas belas letras. A lição dos gregos, franceses e italianos, sim, me fez conhecer a diferença sensível dos nossos estudos e dos primeiros mestres da poesia. É infelicidade, que haja de confessar, que vejo e aprovo o melhor, mas sigo o contrário na execução. (PROENÇA, 1996, p.47-48).

Nesta passagem Cláudio Manuel da Costa declara sua preferência pela beleza do estilo neoclássico, que denomina “sublime” apesar de existir em sua obra uma “contaminação” pelo estilo anterior, no caso, o barroco, cujo teor era carregado de metáforas. Se no estilo de composição barroco a intenção era maravilhar o leitor pelo “uso exagerado de metáforas”, na produção árcade a razão e as regras da arte da escrita conduziam o leitor para esse “sublime”. Observa-se também no fragmento a reflexão que o autor tece em relação às suas obras, cuja produção se dera tempos antes quando ainda estudava em Coimbra e “*apenas começava a melhorar de gosto nas belas letras*”. Tal consciência crítica demonstra conformidade com o estilo da ABR que também possuía traços barrocos, mas buscava uma nova concepção de estudos e pensamentos orientada e estimulada pelo mecenas Pombal através das censuras à educação escolástica e das práticas políticas embasadas pelas idéias reformistas, cuja intenção era reedificar o Estado e a Igreja, oferecendo ao primeiro poder administrativo sobre o patrimônio do clero e restringindo os poderes da igreja ao âmbito estritamente religioso.

As diferenças existentes em relação às mudanças de estética podem ser notadas na obra de Cláudio Manuel da Costa, a qual apresenta em seu percurso algumas variações formais e ideológicas: formais no sentido da escrita assumir novos contornos conforme vai sendo modelada pelas tendências de cada época, ou seja, do Barroco ao Árcade e, em seguida, de um estilo próprio, marcado por uma escrita mais segura no que se refere ao gênero poético escolhido, quando resolve compor uma epopéia⁴⁰.

As características formais não deixam de ser também ideológicas, uma vez que os estilos Barroco e Árcade são provenientes de diferentes idéias, a primeira vinculada ao exagero representante dos conflitos religiosos do século XVI e a segunda marcada pela racionalidade assumida no século XVIII transmitida a partir do Iluminismo. Já a “autonomia”⁴¹ de Cláudio Manuel da Costa em sua última produção - *Vila Rica* (1839) - demonstra uma nova visão da “pátria” que aos poucos já estava sendo mostrada, por exemplo, na “Fábula do Ribeirão do Carmo” presente em *Obras* (1768). Tais mudanças ideológicas são marcas de um poeta em constante processo de aprendizagem.

⁴⁰ Nesta passagem faço referência à obra *Vila Rica*, que, apesar de não ser de fato uma epopéia, possuía as bases deste gênero. Quando Cláudio Manuel da Costa escreve o prólogo desta obra há uma necessidade de explicar que ela não possui pretensão em ser classificada como epopéia, porém, trata-se apenas de falsa modéstia.

⁴¹ O termo “autonomia” nesta passagem indica uma composição menos preocupada com os modelos de composição árcades. O poeta não poderia ser autônomo no sentido real da expressão, pois a época em que vivia e a posição social a que pertencia não permitiam tal atitude.

A produção de Cláudio Manuel da Costa tem início em Portugal, quando estudou Cânones na Universidade de Coimbra, em 1749 (não se tem notícia de nenhuma produção anterior) e tem fim no ano de 1789, ano de sua prisão, acusado de envolvimento na Inconfidência Mineira. Deste modo, é possível associar sua obra a três momentos distintos:

O primeiro momento corresponde ao estilo dos poemas *Culto Métrico* (1749), *Munúsculo Métrico* (1751) e *Epicédio* (1753), obras que ainda propendem ao Barroco, uma vez que a formação inicial de Cláudio Manuel da Costa se dera ainda no Brasil, quando freqüentou o *Colégio dos Jesuitas* em uma época em que o estilo seiscentista ainda era modelo para as manifestações artísticas e já estava incorporado por esta cultura em formação. O segundo momento corresponde à publicação das *Obras* (1768) e *Obras Poéticas*, também de 1768, que, apesar de ainda manter alguns traços barrocos em meio à poética árcade, pode ser colocada como uma obra de transição e o terceiro momento, associado à produção do poema *Vila Rica* (1789), obra mais madura do poeta, apesar de ser considerada por alguns críticos como uma obra esteticamente menos interessante.

4.1 As correspondências de Cláudio Manuel da Costa na *Academia Brasílica dos Renascidos*

Nesta seção, serão analisadas algumas cartas de Cláudio Manuel da Costa e documentos que tratam de seu ingresso na ABR (*Apontamentos e Juramento*) e, em um segundo momento, discutiremos a presença do academicismo no drama *O Parnaso Obsequioso*, no qual se percebe a presença do mesmo tipo de relação entre acadêmicos ocorrido na *Arcádia Ultramarina*.

A correspondência que Cláudio Manuel da Costa trocou com membros da ABR e a documentação para o ingresso na agremiação comprovava o reconhecimento e o prestígio que o poeta possuía no espaço cultural do Brasil colonial, pois o convite para integrar a academia era feito apenas aos eruditos de renome e de importante papel naquele meio. As cartas escritas pelo poeta possuem a intenção de agradecer aos acadêmicos, censor e secretário pelo convite para integrar o grupo de acadêmicos da ABR e os *Apontamentos* e o *Juramento* à Academia atestam, por um lado, a organização da instituição e, por outro, fornecem dados sobre a biografia de Cláudio Manuel da Costa, além de atestarem o tipo de relação que se constrói entre a direção e os sócios.

Tais documentos possuem um teor formal, alicerçado pelas relações hierárquicas e institucionais que previam condutas focalizadas em suas normas e adequadas aos seus interesses. No âmbito ideológico, os documentos preconizavam os ideais iluministas baseados na busca por elementos comprobatórios (nos exercícios de produção escrita) e também se relacionavam às atitudes despóticas de seu mecenas, marquês de Pombal, cujos interesses na fundação de uma academia no espaço colonial giravam efetivamente em torno da expulsão da *Companhia de Jesus*, principal barreira para sua livre atuação no Brasil. Assim, ao aceitar o cargo na ABR e, mostrando-se adequado às regras da instituição, o erudito “ganhava” prestígio frente à Corte e se comprometia a auxiliar, indiretamente, o ministro em seus projetos, atitude que demonstrava o “agradecimento” do acadêmico.

O drama *O Parnaso Obsequioso*, por sua vez, apesar de ser uma composição baseada em uma nova estética, também possui em sua estrutura traços que permitem sua vinculação ao academicismo, pois, além de utilizar o referencial retórico partindo do gênero epidítico, por se tratar de um texto encomiástico, também atesta um caráter circunstancial da obra ligada à política local.

A prática de escrita utilizada no drama permite uma associação à linguagem laudatória comum nos textos acadêmicos. Cláudio Manuel da Costa, ao louvar a autoridade, não buscava apenas aceitação e prestígio, que lhe garantiriam boas relações com a Corte portuguesa, mas buscava, principalmente, mostrar uma adequação diante da tarefa que lhe havia sido atribuída. A escrita e apresentação em público do drama, por Cláudio Manuel da Costa, revelam um comportamento de obediência, típico da esfera letrada, e demonstram o decoro do acadêmico nestas circunstâncias.

Em carta destinada ao secretário da agremiação, Antonio Gomes Ferrão Castello Branco, datada de dia 03 de novembro de 1759, o poeta agradece por ter sido chamado para ser sócio da academia, acusa o recebimento dos estatutos e catálogos referentes à agremiação e comenta sobre a dificuldade de intercâmbio com as outras capitânias.

1. Carta de Cláudio Manuel da Costa ao Secretário da Academia Brasileira dos Renascidos.

Snr. Sargento-Mór Antonio Gosmes Ferrão Castello Branco Depois de fazer manifesto ao Sr. Director da minha muito prezada Academia dos Renascidos quanto eu era agradecido á inestimavel honra de ser chamado socio de tão disticto congresso, não contento com pedir ao mesmo senhor faça representar a todos os senhores que em minha eleição votaram, os vivos sentimentos de amor e gratidão

que eu professo, não sei se menos á igualdade que ao favôr de seus votos. Especialmente devo fazer a V. Mcê, esta expressão que dignando-se a ter tão grande parte neste empenho, menos temem incorrer na censura do mundo, que recatar a benevolência de seu animo: será eterna na minha memoria a lembrança deste beneficio; e com este seguro passo responder a carta de V. Mcê.

No ultimo de Outubro, me foi entregue a preciosa noticia de V. Mcê. que fora escripta com data de 15 de Junho, a remessa do Rio para essa capital, não deixou de ser com diligência, porque o cavalheiro que a recebeu á 15, com a chegada da embarcação, a fez enviar no dia 16 do mesmo mez; a resposta necessariamente chegará com mais demora, tanto pela dificuldade dos portadores, que são raros na occasião, como porque entrando o inverno padecem no caminho algum intervallo as mesmas Paradas do Governo.

Com esta prevenção asseguro á V. Mcê, de que a dilação que occorrer não só na presente como em outra qualquer conjectura se não deverá tanto attribuir ao meu descuido quanto a ordinária contingência dos successos. Recebo os Estatutos e catálogos da minha muito prezada Academia e tudo quanto em hua e outra disposição advirto hé hum authentico testemunho da prudente circumspecção do seu egrégio Director, eu tive a honra de admirar na Universidade os incomparaveis creditos que este senhor adquiria com os seus grandes estudos; e agora acabo de conhecer que elle dirigiu as sciencias ao seu verdadeiro fim, que he a utilidade publica.

Feliz a América, se como se há de immortalizar nella a memória deste illustre Mecenas, se perpetuasse nella também nessa cidade a sua assistência pessoal!

Nada teríamos que invejar nem os Porticos d'Athenas nem aos Templos do Egipto.

Em observancia do preceito, tudo aprovo, tudo admiro e respeito tudo.

Pede mais alta e prudente averiguação que fizer e de algumas lembranças ou documentos que nestas Minas se guardarem, fazer communicar á V. Mcê. As cópias ou os originaes na fôrma de sua recommendação.

A esta acompanha o juramento, não sei se com a solemnidade precisa; mas devendo-se em tal ponto attender, somente a validade e substancia do acto, ocioso se faz escrupulizar sobre a formalidade das palavras: sendo porem do voto dos Srs. Academicos, terá V. Mcê. a bondade de me communicar a norma; que quem principia a aprender cegamente obedece aos dictames que venera.

Finalmente, por me conformar com a disposição do § 6 ° dou a V. Mcê. estes apontamentos, não entrando em duvida, de que da minha falta de merecimento e virtudes pessoaes, informarão melhor que a propria confissão que faço, as noticias de alguns contemporaneos, hoje socios meus com grande vaidade, na minha muito prezada Academia. Hé o primeiro o Sr. director que em sua carta se dignou honrar-me com este titulo: o Sr. Dr. José Telles de Menezes e outros senhores mais que poderão suprir com a dilatação dos meus defeitos, aquella parte que o natural amôr me obriga a encobrir.

Toda occasião que V. Mcê. tiver de honrar-me no seu serviço será para mim estimada e eu teria a honra de confessar que sou de V. Mcê. muito affectuoso socio.

Vila Rica, 3 de Nov. 1759.

Cláudio Manuel da Costa. (LAMEGO, 1923, p.98-100).

Nesta carta além do assunto - agradecimento e aceitação em participar da *Academia Brasileira dos Renascidos* - nota-se que sua organização revela aspectos de uma escrita elaborada nos moldes retóricos.

Os ornamentos figuram em expressões como “*censura do mundo*” ou “*aprender cegamente*”. Nestas expressões a preocupação com a beleza da frase não é mero pedantismo. Significa, antes, concordância com a indicação ao cargo para o qual foi convidado, procedimento que passa a exigir do acadêmico mais do que a elaboração de uma carta em tom sério, devendo expressar, igualmente, o tratamento formal, em tom laudatório, como no trecho “*Feliz a América, se como se há de immortalizar nella a memória deste illustre Mecenas, se perpetuasse nella também nessa cidade a sua assistência pessoal!*”. Da mesma maneira, a inclusão de seu nome entre os seletos da Bahia passa a exigir em sua correspondência oficial com a Academia o uso da modéstia, característica de cada acadêmico para exprimir seu sentimento de hierarquia em relação à diretoria e humildade diante dos demais sócios: “*minha falta de merecimento e virtudes pessoaes, informarão melhor que a propria confissão que faço...*”; “*o Sr. Dr. José Telles de Menezes e outros senhores mais que poderão suprir com a dilatação dos meus defeitos, aquella parte que o natural amôr me obriga a encobrir.*”

No primeiro parágrafo constata-se a presença da *gratidão e da humildade*, ligadas aos sentimentos que o autor diz ter para com os acadêmicos que o elegeram para ingressar na ABR. O autor pede que “[...] *faça representara todos os senhores que em minha eleição votaram os vivos sentimentos de amôr e gratidão que eu professo*”. Tais palavras são utilizadas em textos ligados ao encômio e, pelo uso, tornaram-se uma tópica nos discursos baseados na arte retórica. A *nobreza de espírito* está presente na declaração de Cláudio Manuel da Costa ao “Senhor Secretário da Academia” dizendo que possui um “*animo benevolente*”⁴². Ou seja, além de pertencer à nobreza local, ocupa um lugar de destaque dentro da agremiação e, por esta razão, enquanto acadêmico, deveria ser apresentado como um homem de alma boa⁴³.

⁴² Ver “benevolência de seu ânimo”, constante do primeiro parágrafo da carta ao Secretário da *Academia Brasileira dos Renascidos* o Sargento-Mor Antônio Gomes Ferrão Castello Branco. Sugere uma *tópica de abrandamento do juiz*, em que Cláudio Manuel da Costa pretende que o secretário aceite as idéias propostas, mostrando-se, assim (o secretário), benevolente na leitura da carta do poeta.

⁴³ Deve ser observada neste trecho questão da prudência, tão importante para os letrados deste tempo. Sem ela, a atitude do acadêmico se torna inadequada e, conseqüentemente, indecorosa, diante de seus pares.

Após essas duas tópicas realçadas neste início da carta há no final do parágrafo a *tópica exordial*, reconhecida a partir das palavras “*Será eterna na minha memória a lembrança deste benefício; e com este seguro passo responder a carta de V. Mcê.*”. Assim, para melhor compreensão desta tópica cabe dizer que ela é um recurso utilizado para justificar o texto que escreve. No caso da carta a ser respondida, a matéria é a gratidão do autor.

No segundo parágrafo, observa-se a questão da *murmuração*, certo tom de condenação ou de insatisfação do autor em relação aos meios escassos de comunicação entre as capitanias. Cláudio Manuel da Costa declara que a “*resposta [da carta] necessariamente chegará com mais demora, tanto pela dificuldade dos portadores, que são raros na ocasião, como porque entrando o inverno padecem no caminho algum intervallo as mesmas Paradas do Governo.*”. Esta murmuração, entretanto, não caracteriza reprovação ou posição contrária ao estado das coisas. Pode, no máximo, significar uma reivindicação que sua figura de letrado tem por direito fazer, em nome muito mais do melhor andamento das coisas do local do que propriamente figurar como uma insatisfação que o coloque na condição de opositor. A questão prossegue no apontamento das dificuldades no transporte de correspondências.

Em seguida, o poeta parte para as questões burocráticas que deveriam ser cumpridas pelo acadêmico, entre elas, o recebimento dos catálogos e estatutos da ABR. Este ponto da carta pode ser considerado o foco, ou assunto principal. A indicação das obrigações do acadêmico, dos procedimentos burocráticos, da indicação dos empregos no catálogo e outras questões desta natureza, são de suma importância para o caráter documental deste trabalho, uma vez que objetivamos discutir a obra de Cláudio Manuel da Costa a partir da perspectiva não usual de sua obra, ou seja, pelo ponto de vista do acadêmico. Esta revelação não escapa, entretanto, da análise que devemos fazer dos aspectos da retórica implícita na execução da carta. Assim, internamente, o texto da carta fornece dados para a análise de conteúdo necessária para este trabalho e, por outro lado, documenta a prática que, a rigor, é a etapa inicial de nossa pesquisa, no que se refere à construção da obra acadêmica do autor.

Figuram, no parágrafo seguinte, as qualidades do diretor da agremiação, cujos trabalhos são admirados, segundo Cláudio Manuel da Costa, desde sua época de estudante na Universidade de Coimbra. As características presentes neste trecho já apontam, no texto, a opção pelo gênero epidítico, pois além de estabelecer uma relação de respeito à hierarquia, também apontam para a exaltação da erudição do homenageado.

No quinto parágrafo observa-se a explicitação do modelo de escrita da época: a correspondência, como os demais documentos da ABR, deveria ser composta com a formalidade que a instituição exigia. No parágrafo quinto da carta mais duas tópicas podem ser reconhecidas: a *tópica da falsa modéstia* e a *tópica exordial*: “*deve-se evitar a preguiça*”. A primeira pode ser observada na citação “*...não sei se com a solenidade precisa*”. Neste momento o autor procura ganhar a simpatia do leitor mostrando-se modesto, uma vez que reconhece que, por mais solenes que sejam suas palavras, elas não estavam à altura de tão ilustre leitor.

No penúltimo parágrafo encontra-se novamente a *tópica da falsa modéstia*, desta vez colocada no texto de forma mais explícita quando o autor revela: “*...não entrando em dúvida de que minha falta de merecimento e virtudes pessoais...*”. Esta ocorrência além de ser muito explícita no início dos textos retóricos também tem espaço ao final quando já se encaminha para a conclusão, que, no caso da carta em questão, termina com elogios e agradecimentos. A repetição desta tópica, na carta, demonstra o envolvimento de Cláudio Manuel da Costa com o compromisso acadêmico, pois reitera a necessidade do acadêmico conquistar a simpatia de seu interlocutor. Tal atitude representa a humildade do acadêmico em relação aos seus superiores e, conseqüentemente, o cumprimento dos votos que constam do *Juramento*, que deve ser lido como um complemento das cartas, uma vez que encerra em sua estrutura elementos que ilustram bem as relações de fidelidade e obediência à agremiação.

Juntamente com esta carta, portanto, o autor fez seguir um termo de *Juramento* à Academia, o que mostra o seu grau de comprometimento para com a agremiação.

2. *Juramento*

O Bacharel Cláudio Manuel da Costa, Advogado nos Auditórios de Villa Rica de Ouro Preto, Acadêmico Supranumerário da Academia Brasileira dos Renascidos.

Por este por mim feito e assignado em observância dos Estatutos da minha muito presada Academia e particularmente do que se dispõem no § 17, juro e protesto inviolavelmente defender a verdade da Immaculada Conceição da Virgem May de Deos e de sujeitar-me em tudo aos preceitos da mesma Academia, segundo o Titulo que me foi conferido. Cláudio Manuel da Costa. (LAMEGO, 1923, p. 100-101).

O *Juramento*, que deveria preceder a entrada do acadêmico na ABR, tinha como autoridade a figura religiosa da *Immaculada Conceição da Virgem May de Deos*, fator que demonstra a importância da religião e da fé entre os letrados da época. Tal juramento tinha mais importância que qualquer documento de ordem jurídica, e, inclusive, de acordo com os moldes de escrita, remete a um documento deste gênero, uma vez que exige a firma (assinatura) e possui um formato típico das declarações e testamentos.

O *Juramento* que Cláudio Manuel da Costa aceita e assina pode ser relacionado à carta apresentada anteriormente ao Senhor António Gomes Ferrão Castello Branco, secretário da ABR. Em ambos os documentos existem características que comprovam o caráter institucional da Academia. No caso da carta, por exemplo, apreende-se o compromisso assumido pelo acadêmico, que recebe os catálogos da agremiação e comprova a aceitação e ciência em relação às regras da ABR, teor que pode ser resumido pela frase: *Em observancia do preceito, tudo aprovo, tudo admiro e respeito tudo*. Desta forma, a carta, que a princípio revela uma função comunicativa e informativa, pelo fato de comunicar a ciência em relação às normas da ABR e informar sobre o recebimento dos papéis necessários ao ingresso, passa a demonstrar, também pela assinatura ao final, valor documental, constituindo, assim, uma prova da inserção de Cláudio Manuel da Costa na associação letrada. O *Juramento*, deste modo, remete a uma prática obrigatória e formal, que associa o lado religioso ao lado cívico, constituindo ação de *praxe* como podemos observar hoje em juramentos feitos em cerimônias de formatura, em assunção de cargos eletivos, em cultos religiosos, etc. Além disso, a prática do juramento dentro da sessão acadêmica possuía o intuito de imitar a constituição das academias da corte, demonstrando conformidade com o modelo estabelecido pela metrópole.

Os *Apontamentos*, que seguem o *Juramento*, são documentos que dão notícia das produções escritas de Cláudio Manuel da Costa. São igualmente importantes, pois revelam todas as exigências da Academia para o ingresso de um novo Acadêmico. Essas exigências se alicerçavam não apenas na erudição do candidato, mas também na sua estirpe nobre, no desempenho de uma função de destaque na colônia, características que nas práticas acadêmicas se associavam aos parâmetros da expressão retórica. Sobre tais características, os apontamentos abaixo demonstrarão com mais clareza os aspectos retóricos e as qualidades exigidas para o ingresso do sócio na ABR.

3. Apontamentos para se unir ao catálogo de académicos da academia Brazílica dos Renascidos

Cláudio Manuel da Costa, filho de João Gonçalves da Costa e de D. Theresa Ribeyro de Alvarenga.

Nasceu aos 5 de Junho de 1729 no bispado de Marianna em hum dos districtos da cidade chamado a Vargem; onde viviam situados seus Pais em o exercicio de minerar e plantar segundo o uso do Paiz.

Seus avós pela parte paterna

Antonio Gonçalves e Antonio Fernandes, moradores que forão no lugar das Áreas, Freguezia de S. Mamede das Talhadas, Bispado de Coimbra.

Pela parte materna

O capitão Francisco de Barros Freire e D. Izabel Rodrigues de Alvarenga, moradores que foram na Freguezia de N. S. de Guarápiranga, Comarca do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Marianna, vindos de S. Paulo onde têm á sua ascendência de Famílias mui distinctas.

Seus Irmãos

De legitimo matrimonio teve cinco irmãos dos quaes foi elle o 3^o.na ordem da sucessão e quatro cursarão a Universidade e se achão hoje recolhidos a Religiosos dois: o Padre Antonio de Santa Maria dos Martires no Réal Mosteiro da Santa Cruz de Coimbra, o Padre Frei Francisco de Salles de Jesus Maria, no collegio da Trindade que actualmente segue a Universidade: morreu na mesma Universidade o segundo que se chama João Antonio da Costa. Os mais acompanham hoje a familia.

Seus estudos

Principiou a grammática e estudos de Latinidade debaixo da proteccão do seu tio o Dr. Frei Francisco Vieira, Oppositor que foi na Faculdade de Coimbra, hoje Procurador geral da Religiam da Santíssima Trindade no Estado do Brasil.

Assistio os primeiros quatorze ou 15 annos em Villa Rica de Ouro Preto; passou a estudar Philosophia na Companhia do Rio de Janeiro; donde embarcou na héra de 49 para Lisboa: formou-se em Coimbra na Faculdade de Canones, em que lhe foi presente o Sr. Christovam de Almeida. Na héra de 53 para 54 se recolheu á sua Patria, onde vive no exercicio de advogado: com actual assistência em Villa Rica de Ouro Preto.

Seus escriptos

Applicado desde os primeiros annos ao estudo das Bellas Letras conserva em Manuscriptos Rithmas nas línguas Latina, Italiana, Portugueza, Castelhana e Franceza em poesia heroica e lirica dois tomos em 4.

Rythmas pastoris com o titulo de Musa Bucolica, duas partes em 4^o.

Centúria Sacra, Poema do Glorioso Parto de Maria Santissima em 8^a Rythma.

Cathaneida, Poema joco-serio em 5 cantos e 8^a Rythma.

Varios discursos em prosa em diversas materias

Poesias dramáticas que se tem muitas vezes representado nos theatros de Vila Rica, Minas em geral e Rio de Janeiro.

Mafalda Triunphante que se mandou imprimir e foi composta a empenho do Exmo. Sr. Bispo desta Diocese a quem é dedicada.

Cyro ou a liberdade de Camboydes.

Circe e Ulysses: Orlando furioso; Siques e Cupido em Rithma solta, calipso.

Varias traduccões dos dramas do Abbade Pedro Metastasio: o Ataxerxes, a dircea, O Demetrio, O José reconhecido, O sacrificio de Abrahão, o Regulo, o Parnaso accusado: Alguns destes dramas em rithma solta, outros em prosa proporcionados ao theatro portugûês.

Papeis impressos

Correm impressos na Universidade de Coimbra: O Monusculo Métrico.

O Epicedio á morte de Fr. Gaspar da Encarnação.

O Culto Métrico a hua Abadeça do Convento de Figueiró.

As suas conclusões em Canones, com hua dedicatória deduzidas dos versos de Virgilio.

Da-se noticia somente das Rythmas e Obras que se achão limadas em termos de se darem ao prelo se convier ao seu A, sendo muitos mais os papeis de que não faz menção.

Os *Apontamentos para se unir ao Catalogo da Academia Brasíllica dos Renascidos*, encontrados por Alberto Lamego e publicados em 1923, documentam a existência de diversos escritos de Cláudio Manuel da Costa e revelam algumas questões importantes no que diz respeito aos modos de escrita do Brasil Colonial, cujas referências eram a Retórica e a Poética antigas. Uma das particularidades destes textos advém do critério para aceitação dos eruditos nas agremiações e na vida pública das capitánias, característica representativa de uma formalidade que ia além das questões individuais como o grau de erudição, de competência ou de poder financeiro.

O primeiro ponto a ser destacado nesta análise é a origem de Cláudio Manuel da Costa, traçada minuciosamente pelos *Apontamentos*. Esses dados foram utilizados para a organização da biografia do poeta, que até a descoberta deste documento era errônea e lacunar. Os dados dos *Apontamentos*, além de mencionarem o seu local de nascimento, ainda apresentam os nomes de seus parentes mais próximos, os pais, avós paternos, avós maternos e irmãos, e as funções que exerciam na sociedade, o que confirma a importância do Acadêmico no seu meio, uma vez que se tratavam de pessoas abastadas e de renome. Tais características mostram uma marcante preocupação com a boa procedência do futuro

acadêmico, e, tanto neste documento quanto em textos encomiásticos, esta preocupação é primordial.

As práticas relacionadas ao *Elogio ao Soberano*, além de trazerem à tona as qualidades inerentes ao homenageado, também recorrem à estirpe nobre como ponto a ser louvado. Os *Apontamentos*, apesar de não serem de teor laudatório, refletem estes aspectos retóricos ao evidenciarem a origem de Cláudio Manuel da Costa e suas qualidades como letrado como requisito essencial para ingresso na ABR.

Os *Apontamentos* são compostos por partes, sendo estas formadas pela origem do acadêmico e por suas produções individuais como já foi mencionado. Essa divisão dentro do texto demonstra uma ordem de importância no contexto acadêmico. Sendo assim, o que mais contribuía para a aceitação de um erudito era sua estirpe. Diante de uma exigência que estava além da pessoa do acadêmico, pode-se notar a restrição que a academia impunha ao ingresso daquele que não preenchesse este requisito. Destarte, ser chamado para ser sócio deste grupo era uma honra para o convidado.

Em seguida, inicia-se outro ponto que sustenta o ingresso de Cláudio Manuel da Costa na *Academia Brasílica dos Renascidos*, o saber, seus estudos, escritos e publicações. Esses dados demonstram que Cláudio Manuel da Costa possuía um vasto conhecimento e grande produção bibliográfica, aspectos indicativos de que seu nome era importante para a academia, na qual iria ocupar a função de correspondente, veiculando notícias de descobertas de sua região, as Minas, economicamente, o local de maior importância no Brasil, devido à febre do ouro. A Academia, neste aspecto, já demonstra preocupação com problemas econômicos, fazendo, assim, seu papel de substituto da universidade, cuja extensão era interdita para as colônias de Portugal. Os temas tratados pela ABR, assim, caminham para uma posição conformada aos anseios de Pombal, que eram de tirar do poder clerical questões administrativas, transferindo-as para o âmbito da coroa.

Para traçar um paralelo entre este documento e a estrutura de um discurso epidítico, cabe dizer que a divisão processada neste texto obedece ao mesmo esquema, uma vez que demonstra uma organização que parte do geral para o particular. O discurso desenvolve-se a partir da origem do poeta, de sua família (âmbito geral) para sua vida e suas produções escritas (âmbito particular). Além disso, revela uma preocupação em ressaltar a procedência nobre do acadêmico, que, de acordo com a retórica, no gênero epidítico, corresponde à exaltação da *estirpe*. Já o esclarecimento dos estudos de Cláudio Manuel da Costa podem

constar da *tópica armas e letras*, em que são destacadas qualidades relativas ou à inserção do homenageado nas guerras ou à sua vocação para os estudos, ou seja, as letras. No caso dos *Apontamentos* sobre Cláudio Manuel da Costa, a apresentação de seus “estudos” e de seus “papéis escritos” remetem às suas qualidades no âmbito das *Letras*.

4. Carta

Ao Muito Rev. Sr. Dr. João Borges de Barros, Digníssimo Censor da Academia Brasilica dos Renascidos, Bahia. Do Academico Cláudio Manuel da Costa.

Muito Revm. Sr. Sr. Dr. João Borges de Barros.

Reconheço tão preciosa honra de ser lembrado sócio entre os senhores Academicos da Academia Brasilica, que em credito do meu agradecimento, temo retardar esta excreção.

O distincto nome de V. Mcê. occupa o Título que me authorisa e firmando elle aquella memória de tão alto preço, deixa talvez menos viva no Instrumento , a impressão que da minha vontade o character que me dará a conhecer ao mundo sempre reverente e sempre obrigado.

Eu apezar de minhas moléstias, que segundo a ordem da natureza e do Paiz, não deixão de ser grandes e continuadas, saberei mostrar que se em mim se não acredita, ao menos não infame a eleição: darei parte dos meus estudos, communicarei as notícias que investigar, dignas de se unirem ao Corpo da Historia e praticarei finalmente segundo a qualidade de minhas forças, tudo quanto me ordena o preceito de minha muita estimada Academia.

Significo a V. Mcê. o mais terno affecto com o qual sou de V. Mcê. humilde, se indigno socio.

Claudio Manuel da Costa.

Vila Rica, 3 de Novembro de 1759. (LAMEGO, 1923, p.103-104).

Na carta ao diretor da ABR, João Borges de Barros, Cláudio Manuel da Costa também se utiliza da retórica. Inicia pelo orgulho que demonstra por ser considerado sócio entre os acadêmicos. Assim, expressa sutilmente sua modéstia através do agradecimento inicial: *Reconheço tão preciosa honra de ser lembrado sócio entre os senhores Academicos da Academia Brasilica, que em credito do meu agradecimento, temo retardar esta excreção.*

Em seguida nota-se a presença da *tópica exordial*, na qual o autor justifica a escrita de sua carta. Neste caso ele se baseia na permissão do diretor: *“O distincto nome de V. Mcê. occupa o título que me authorisa...”*. Assim, continua seu exórdio louvando a pessoa do censor: *“[...] e firmando elle aquella memória de tão alto preço...”*. O louvor ou

agradecimento a uma autoridade cria uma expectativa em torno da ampliação do universo de conhecimento do letrado. Louvando, o poeta espera fama e reconhecimento, trata-se, pois de uma troca que garante o poder do homenageado e prestígio do acadêmico.

No terceiro parágrafo é notável o compromisso existente entre o acadêmico e sua função na Academia. Cláudio Manuel da Costa revela que apesar das suas “*moléstias que segundo a ordem da natureza e do Paiz, não deixão de ser grandes e continuadas, saberei mostrar que se em mim se não acredita, ao menos não infame a eleição*”. Através desta citação percebe-se o grau de comprometimento existente para com os acadêmicos que o elegeram. Deste modo, mesmo doente, o autor propõe-se a realizar suas funções, e revela ainda:

[...] darei parte dos meus estudos, communicarei as notícias que investigar, dignas de se unirem ao Corpo da História e praticarei finalmente segundo a qualidade de minhas forças, tudo quanto me ordena o preceito de minha muito estimada Academia.

A partir desta citação há uma maior clareza da atuação de Cláudio Manuel da Costa na agremiação. Como sócio correspondente ele deveria comunicar as pesquisas relativas à sua capitania, para fazer constar, entre as demais produções da instituição, de uma História da América Portuguesa. Além da dedicação de Cláudio Manuel da Costa à sua função da ABR, é importante frisar, também, a concomitância de ações, pois todo acadêmico possuía uma ocupação (emprego) fora da agremiação. Isso é importante, pois demonstra que o trabalho é uma extensão, por um lado, e doação, por outro, e está além do interesse pecuniário ou de mercê que possa se imaginar com o compromisso que assume na Academia.

O fecho da carta, se por um lado traz a *falsa modéstia* como tópica no momento em que o autor se nomeia “*indigno sócio*”, também revela a submissão através de sua linguagem que não deixa prover o exercício da atividade acadêmica. Há, assim, na sua linguagem, a questão da hierarquia. Cláudio Manuel da Costa ocupa uma das funções de menor ênfase na Academia. Não ocupa sequer o cargo de numerário. Porém, como o fato de ser convidado a integrar a ABR já mostrava a importância do erudito, existia um contentamento significativo por assumir uma ocupação, mesmo que menor, nesta instituição.

5. Carta

Ao Sr. Dr. João Ferreira de Betencourt e Sá, Digníssimo Censor da Academia dos Renascidos.

Bahia. Do Academico Claudio Manuel da Costa, Sr. Dr. João Ferreira Betencourt e Sá.

Eu me persuado, que sem esta expressão ficarei devedor ao mundo de hua generosa satisfação quando no egrégio titulo de supra numerário, com que me honra a eleição dos senhores acadêmicos, vejo particularmente firmado o precioso e distinto nome de V. Mcê.: conhece o mundo meu demérito, estranha condemna e talvez argue de menos iguaes os votos de hum tão ajustado congresso. Nesta parte sem duvida se encaminha a V. Mcê. a maior censura: eu que ao passo que reconheço alheia a culpa, também me considero motivo d'esta improbação, só posso dar a conhecer ao mesmo mundo que argue: que a incomparável benignidade de V. Mcê. despreza as suas censuras, quando quer fazer pompa de sua índole insaciavelmente amiga de honrar e ennobrecer e beneficiar ainda os mais indignos: no número destes me reconhecerei eu sempre, confessando que sou de V. Mcê. Muito Certo e Venerador e Socio Indigno. Claudio Manuel da Costa.

Novembro, 3 de 1759 em Villa Rica. (LAMEGO, 1923, p. 104-105).

A carta destinada ao censor da ABR, o Dr. João Ferreira de Betencourt e Sá trata do exercício da censura interna. Por ocupar na academia uma condição hierarquicamente inferior – a de acadêmico supranumerário - o autor assume uma posição de conformidade em relação as decisões da academia, mas mostra-se, mesmo assim, agradecido e satisfeito por pertencer a uma sociedade tão ilustre.

Cláudio Manuel da Costa lança mão da *tópica exordial*, revelando que escreve, pois reconhece que sem esta expressão ficaria “*devedor ao mundo de hua generosa satisfação...*” Esta expressão laudatória/encomiástica, acompanha uma *tópica da falsa modéstia*, em que o autor afirma que “*conhece o mundo meu demérito*”. Com estas palavras o autor procura conquistar a simpatia do censor.

Em seguida há o elogio: o autor louva a benignidade de seu colega acadêmico: “*a incomparável benignidade de V. Mcê. despreza as suas censuras, quando quer fazer pompa de sua índole insaciavelmente amiga de honrar e enobrecer e beneficiar ainda os mais indignos.*”. E em seguida se coloca entre esses “indignos” no fecho da carta em “*Muito Certo e Venerador e Socio Indigno*”.

6. Carta

Aos Senhores Academicos da Academia Brasilica dos Renascidos, na cidade de S. Salvador. Bahia.

Do Academico Claudio Manuel da Costa:

Senhores sócios da Academia Brasilica.

Quisera distintamente gratificar a cada hum de V. Mcês. a preciosissima honra de que me fizerão digno no concurso de seus votos: eu conheço os excessos de gloria que este grão me communica; e quanto eu posso, farei por dar a conhecer ao mundo, que procurarei com todas as minhas forças, não infamar a honrosa eleição de V. Mcês.

Faço remetter ao Sr. Secretario o meu juramento que como se presente estivesse, rogo a V. Mcês. o hajão por valido, com todas as forças que a minha muito prezada Academia aprova e costuma solenizar este grande acto; e venerando com profundo respeito todos os seus Estatutos, faço também com as mesmas forsas todas as protestaões devidas, em signal de que aceito a grande honra que V. Mcês. me conferem de acadêmico supra-numerario em cujo emprego e no serviço de V. Mcês. viverei sempre prompto. Villa Rica 3 de Novembro de 1759. O Academico supra numerario. Claudio Manuel da Costa. (LAMEGO, 1923, p. 105).

Esta carta se destina a todos os sócios da ABR que votaram a favor de que Cláudio Manuel da Costa participasse da agremiação. No primeiro parágrafo, há o agradecimento pelos votos que o tornaram sócio da ABR e há também expresso o compromisso do autor de executar as tarefas que lhe foram atribuídas para “*não infamar a honrosa eleição*” da parte dos acadêmicos.

No segundo parágrafo nota-se ainda a presença dos tramites burocráticos que os estatutos da academia previam, ou seja, o juramento à mãe de Deus e a ciência do conteúdo dos Estatutos ou das normas estabelecidas pela agremiação. Assim, Cláudio Manuel da Costa declara:

Faço remetter ao Sr. Secretario o meu juramento [...] e venerando com profundo respeito todos os seus Estatutos, faço também com as mesmas forsas todas as protestaões devidas, em signal de que aceito a grande honra que V. Mcês. me conferem de acadêmico supra-numerário.

Com esta carta, encerra-se a troca de correspondências entre Cláudio Manuel da Costa e a ABR, anotada por Lamego (1923). Como síntese, observamos os lugares comuns que figuram em todas elas e as estruturas que respeitam um modelo consagrado pelo uso e exigido pela Academia, por ser o modelo formal de escrita da época.

O que se sabe a respeito da obra de Cláudio Manuel da Costa para a *Academia Brasílica dos Renascidos* corresponde apenas às cartas acima, além dos *Apontamentos* em que o poeta escreve sobre seus trabalhos, ou seja, suas obras escritas e suas traduções. A partir desses documentos, pode-se entender que há uma vasta produção bibliográfica, (no exercício do papel de letrado para além da obra poética), que corresponde a mais do que as obras que se encontram disponíveis hoje. Além de escrever em Minas Gerais (Vila Rica) o poeta escreveu em Portugal nos anos em que estudou em Coimbra⁴⁴. Além das cartas enviadas aos membros da ABR, neste trabalho ainda é interessante estabelecer uma análise do drama *O Parnaso Obsequioso*.

4.2 O Parnaso Obsequioso

O drama *O Parnaso Obsequioso*, datado de 1768, é uma obra circunstancial, feita em razão da comemoração do aniversário do Governador de Minas Gerais, José Luiz de Menezes, Conde de Valadares. Quando comparado a outras manifestações de semelhante teor, pode ser considerado diferente, pois, apesar de também ter cunho encomiástico, revela um teor mais comprometido com a denúncia da situação local, ou seja, o abandono em que se encontrava a região das Minas no século XVIII, o que por si revela atitude que aponta para um amadurecimento da obra de Cláudio Manuel da Costa. Este comprometimento é mostrado pela prosopopéia, pela qual as Musas [do local] demonstram insatisfação, por estarem desprovidas de arte e de cultura, seus objetos de representação. Para uma melhor visualização e compreensão o drama *O Parnaso Obsequioso* será apresentado na íntegra:

O PARNASO OBSEQUIOSO DRAMA

PARA SE RECITAR em Música no dia 5 de dezembro de 1768, em que faz anos o Ilmo. e Exmo. Sr. D. JOSÉ LUIZ DE MENEZES, Conde de Valadares, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais e etc, por CLAUDIO MANUEL DA COSTA, Bacharel formado na Faculdade de Cânones, Acadêmico da Academia Litúrgica de Coimbra, e Criado pela Arcádia Romana, Vice-Custode da Colônia Ultramarina, com o nome de Glauceste Satúrnio e etc.

Interlocutores

Apolo Clio

Mercúrio Talia

Calíope Melpomene

⁴⁴ Notas bibliográficas constantes do Prólogo de Melânia Silva de Aguiar intitulado *A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa* (cf. PROENÇA, 1996, p. 27 a 30).

(A cena representa o monte Parnaso)

CORO

Mus. Já despede a fria noite
Toda a sombra, todo o horror;
Torna ao mundo o novo dia,
Que enche a terra de esplendor.
APOLO Douram-se os montes,
MERC. Riem-se os vales,
AMBOS Das claras fontes
Brilha o licor.
TODOS Oh! que alegre mudança que tudo...
2 MUS. Floresce...
2 MUS. Esclarece...
TODOS Na gala e na cor.
APOLO Mas que é isto? Inda as Musas em silêncio
No Parnaso se vêem? Não ouço ainda
O número sonoro,
A métrica harmonia,
Que deve festejar tão fausto dia!
Acaso entre vós outras
Se ignora, ó Musas, que hoje o lustro quinto
Se completa, em que aquele
Ramo ilustre dos ínclitos Noronhas,
Para glória do Luso,
Nascer se viu lá onde o fresco Tejo
Banha, rendendo aos mares o tributo,
A cidade que erige o Grego astuto?
Vós outras o sabeis; desde esse dia
Que Lucinda em seus braços
O recebeu, e as Graças
Ministraram-lhe o leite, vós, ó Claras,
O chamastes a vós; vós o levastes
A viver nesse monte; inda presente
Eu tenho a feliz hora
Que tomastes a empresa de criá-lo,
De o pulir, de o reger, e de educá-lo.
Ah! se agora vos não lembra
Aquela hora, aquele dia,
Será bem que lá se ria
De vós outras um mortal.
Entre os homens festejado
É José com fausto auspício;
Entre vós seu natalício
Não se canta, ó Musas, já?
MERC. Se hoje o filho de Maia
Deixa de Jove o lado, outro destino
Do Parnaso o não guia ao Sacro Cume,
Ó domador do Píton, mais que aquele,
Que pode entre as olímpicas Deidades
Despertar tanto empenho: o grão Tonante,
O grande Nume que preside aos Deuses,
Depois que a todos juntos
Na parte mais de Estrelas povoada
O néctar derramou sobre as cabeças,
A um e outro falando,
Lembrou o dia que tornava ao Mundo;
E a mim, a mim me envia,

Que anuncie ao Parnaso o alegre dia.
 CALÍOPE E crês, ó sacro Nume,
 Que outro indulto mais que esse
 Nos traz hoje a gozar da cristalina,
 Helicônia corrente?
 MELPOM. Se do Pesto
 Hoje as flores buscamos; se primeiro
 Que nascesse aos mortais a aurora bela
 Teci esta grinalda, a quem presumes
 Que destino o meu prêmio?
 CLIO A aguda pena,
 Que guarda a minha mão, qual outro obséquio
 Entendes que medita?
 TALIA Este cuidado
 A Calíope chama; e o Coro santo
 Esta empresa confia
 De Clio, de Melpomene e Talia.
 MERC. E quem se não acorda
 De tanto agouro, que predisse as glórias
 Daquele dia? Quem não sente a imagem
 Tão viva na memória? Quando os olhos
 Abria à luz primeira o tenro Infante,
 No monte, vale, e prado,
 Tudo se via melhorar de estado;
 As arvores já secas
 De flores se cobriam; brancas aves
 Voando andavam de uma e de outra parte;
 Delfins dourados desde as ondas fora
 As cabeças erguiam.
 CALÍOPE Mansos touros
 A correr à porfia se ensaiavam...
 MELPOM. De improviso se viu à mão direita
 Girar um resplendor...
 CLIO Jove sem raio
 Soou por largo espaço...
 TALIA O céu de novo
 Deu a ver uma Estrela,
 Mais do que as outras cintilante, e bela.
 MERC. Se estas contemplo
 Do céu figuras,
 Oh! que venturas
 O céu prediz?
 CAL. e MELP. Eu bem me lembro
 Que nos meus braços
 Formei os laços
 Com que o prendi.
 CLIO e TAL. Desde esse instante
 Que nos foi dado,
 Oh! que cuidado
 Eu lhe rendi!

MERC. Amor nos guia...
 MELPOM. Nós O adoramos...
 CALÍOPE Nós O servimos...
 TALLA O festejamos...
 CLIO O aplaudimos...
 TODOS Valente Adônis, Marte gentil.

APOLO Ó vós, ditosas, que de tanta empresa
 Hoje à glória aspirais? O Herói é digno
 Que o busquem vossos cultos:
 Eu sei que bem lograda
 Se acha a vossa fadiga; ele, as virtudes,
 Ele, as Artes e Ciências
 Em que vós o instruístes,
 Políticas, Morais também pratica;
 Que por ele esquecidos
 São no bronze de Fama
 Quantos Gregos insignes,
 Quanto egrégio Romano
 Cinge o louro no Templo soberano .
 CALÍOPE Eu sei que na piedade
 Temístocles excede, e o fiel Zopiro.
 MELPOM. No valor, na constância
 MERC. Vence os Cipiões, os Lélios, os Camilos.
 Nas Podalírias Artes
 Vence ao sábio Quiron; deu-lhe a piedade
 O impulso de aprendê-las; e mil vezes
 A delicada mão no Régio Hospício
 Dos míseros enfermos,
 Praticando o científico aforismo,
 Enfraqueceu da morte o despotismo.
 APOLO Os físicos princípios,
 A douta Geometria,
 A Ética, a moral Filosofia,
 A Eloquência, que um tempo a sábia Atenas
 Admirou nos seus filhos;
 A Tática (ah! que digo?) esta arte ilustre
 Lhe deu mais glória, lhe ganhou mais lustres:
 TALIA Eu o vi entre as Armas
 As ordens ministrar, com fronte heróica,
 Desprezando os rugidos
 Do Leão da Ibéria; eu vi que a mão sustinha
 O ferro ameaçador, aquele ferro,
 Que para seu brasão a lusa glória
 Há de lembrar enquanto houver memória.
 Inda na tenra idade
 Eu vi que o peito armado
 Do fero Marte irado
 O aspecto desprezou.
 De seus Avós o sangue
 Ilustre tantas vezes,
 A glória dos Menezes
 No Filho respirou.
 CLIO Que muito, se deriva o seu esforço
 De tão altos Varões! Onde não chega
 O nome dos Noronhas? Em que parte
 Do mundo não se admira
 Esta egrégia Nobreza? A Ásia se cobre
 Dos troféus de seu braço; toda a Europa
 Conhece o seu valor; eles à Pátria...
 Ao Rei... ao mundo todo... mas que emprendo?
 Em um da estirpe a todos estou vendo!
 De uma Águia se não cria
 A pomba humilde e pobre;

Nem temas que assim obre
Jamais claro valor.
Os fortes criam fortes,
E só de um Pai o exemplo
O Filho guia ao Templo,
Aonde a Fama o pôs.
MERC. Ilustre e digno Ramo dos Menezes,
Eu te vejo subir àquele assento
Que lá se te prepara
Junto aos teus grandes Pais: a série augusta,
Que vem do antigo, esplêndido Fernando;
Dos Duques de Guçijon te ordena
Ali lugar distinto
Ao lado de um Miguel, Conde primeiro
Do título imortal de Valadares;
Ali te cerca em roda
Um Álvaro, um Dom Carlos de Noronha,
Que vem acreditada
Com influência digna
No filho adulto a paternal doutrina.
Ah! qual te encontro no mavórcio jogo
De Belona seguindo o estrondo ardente!
Não te assusta o pelouro, a bala, o raio
Das fráguas de Vulcano; o Árabe adusto
Cai em sangue banhado; o Indo te espera
Entre a série dos teus, que lá deixaram
Seu nome escrito em derribados muros!
Já prostrada a Carranca
Ao Tormentório vejo; o mar tratável
Às Portuguesas Quinas
Abre o caminho (ó Céus!) eu não me engano;
São estas as Cidades,
Estas as Torres, estes os Castelos,
Que entre o vivo furor do ferro e do aço
Ao lusitano Rei ergue o teu braço!
APOLO Tudo, Musas, é pouco,
É tudo pouco, ó Divindade alada,
Se trazeis à lembrança
Os feitos sempre claros, as virtudes
Do magnífico Herói! Sobre os seus troncos
Se levanta este ramo; e quanto é grande
Entre os Arbustos o Cipreste; quanto
Entre os Astros o Sol se eleva tanto.
APOLO e MERC. Anos que a idade conta
Vençam da idade os passos.
TAL. e CLIO dia que os aponta
Faça imortais seus laços.
TODOS Eternos anos sejam
Os anos de José.
APOLO e MERC. O tempo...
TAL. A sorte...
CLIO A idade
TODOS Não saibam na verdade O círculo romper.

PARTE SEGUNDA

CALÍOPE Ao distante País das novas Minas
Hoje o vemos passar; altos progressos

Dele espere o seu Rei; o Povo aflito
 Ali respirava; desde o seu seio
 Liberal se verá brotar a Terra
 Quanto avara recata,
 O diamante, a safira, o ouro, a prata.
 Ah! não esconda a Terra
 Jamais o seu tesouro,
 Que o Deus purpúreo e louro
 Debalde o não criou.
 Benigna corresponda
 Ao pródigo cuidado
 De quem dos Céus foi dado
 Por dar-lhe mais valor.
 MELPOM. As carregadas frotas, à prudente
 Direção de seu mando,
 Os portos encherão, crescendo o Erário;
 Netuno generará, e os Tritões verdes,
 Desde o centro das águas
 A ser calcadas de pesados lenhos,
 As azuladas costas
 Estender quererão... a tanta glória
 Me assombro, me confundo! Ó santo auspício
 Que respiras do Céu! esta grande alma,
 Que estímulos de glória em tudo acende,
 Por quem tanto entre os Deuses se contende!
 Alma tão bela, e nobre,
 Dos céus cuidado seja;
 Jamais se atreva a inveja
 Seu lustre a profanar.
 Domine além do tempo,
 Vença as traições, o engano,
 E sobre o esforço humano
 Se veja triunfar.
 MERO. Ah! que debalde em se o obséquio canso
 A débil fantasia!
 Tento, medito de Epopéia um rasgo,
 Que os seus feitos descreva...
 APOLO Eu, que os influxos
 Dei ao Sábio de Esmirna; eu, que ao de Mântua
 Tanto esforço inspirei, busco, pertendo
 Hoje mandar à sonora Lira
 Suas dignas ações, seu nome excelso.
 MERC. Mas a cantar do meu Luiz o nome...
 APOLO Mas a cantar de tanto Herói os feitos...
 AMBOS Mercúrio e Febo são debalde eleitos.
 TALIA Eu os Gênios convoco;
 Um baile ensaio, onde em tripúdio acorde,
 As Orgias imitando,
 De Driades, de Oréadas e de outras
 Mil engraçadas Ninfas, entre a chusma
 De volantes Amores,
 O júbilo publique;
 Mas bem que o meu desejo em ânsias geme,
 Desmaia a idéia, o pé vacila e treme.
 CLIO Um debuxo eu formava
 De trágico coturno, ali trazia
 De Pompeu o valor, de Júlio a glória,

De Ciro o ardor, de Régolo a constância,
 De mil outros varões, ora um ora outro
 Feito escolhia; já contente expunha
 Uma cena (ó delírio!), em vão tentava;
 Um só Herói no meu Herói achava.
 MELPOM. Mas que faria Melpomene? Acaso
 Fugiria covarde
 Como as outras Irmãs? Elas, temendo
 Não ser bastantes para tanta empresa,
 Ao monte se espalharam; já contentes
 Trazem de flores o regaço cheio;
 Esta grinalda, esta grinalda tecem
 Que eu parto a oferecer; porém, que faço?
 Bem que uma e outra flor ao prado peça,
 Não tem o prado flor, não que o mereça.
 APOLOA prodígio maior tudo caminha,
 E parece que a Terra
 Novamente levanta sobre o Pélion
 O formidável Ossa; já disputa
 Alto poder a olímpica morada,
 Mas arrojo não é de humano peito,
 Que conceba escalar de Jove o trono;
 Maior é o portento,
 É tudo obséquio, é tudo rendimento.
 MERC. Sim, rendimento é tudo; os Deuses todos,
 Em voluntário feudo,
 Cedem hoje a José seu Trono e dotes...
 TALIA Da mão de Marte a Espada
 Lhe cai aos pés...
 CALÍOPE De Júpiter o Raio
 Em vão cintila...
 MELPOM. De Mercúrio a Vara...
 CALÍOPE De Netuno o Tridente...
 MERC. Ah! tudo cede!
 Já torna a paz dourada
 Ao mundo aflito, torna Ninfa bela,
 Que aos Elísios fugira, e quando torna,
 O cheio vaso sobre nós entorna.

APOLO Esta a idade em que o Lobo
 Pastava entre as Ovelhas; esta a idade,
 Em que a Terra sem próvida fadiga,
 Brotava a rama, e produzia a espiga;
 MERC. Esta a idade em que os rios
 Eram de mel, e eram de leite os lagos,
 Em que desconhecia o peito humano
 Tudo o que era traição, perfídia, engano.
 APOLO Enfim tudo é delícia
 Na opulenta região das áureas Minas;
 E tu, ó bom Menezes,
 Desses troncos incultos, dos penhascos
 Mais hórridos, mais feios,
 Dos queimados Tapuias
 Fazes pulir a bárbara rudeza,
 Fazes domar a natural fereza.
 Mas onde vai correndo
 A delirante idéia!

Tudo, ó Musas, já cede; o vosso canto,
A minha Lira (ó Lira em vão buscada!),
Tudo em vós é já susto;
Tudo em mim é desmaio;
Eu lhe cedo o meu Trono, o Louro, o Raio.

MERC. Se lá no Olimpo
Por tantas vezes
Do alto Menezes
Se ouviu falar;
APOLO Se é certo, ó Deuses,
Que eu algum'hora
Pude a sonora Lira pulsar,
CORO
*Soe da esfera o acorde acento,
O firmamento se ouça cantar.*
CAL. e CLIO Se o nosso canto
Em suavidade
As divindades
Pode abalar;
TAL. e MELP. Se heróicos feitos
Cantar soubemos,
Entre vós temos,
Deuses, lugar.
CORO
*Soe da esfera o acorde acento,
O firmamento se ouça cantar.*
APOL. e MERC. Atente, ó Jove,
Esta ânsia nossa.

TODOS Menezes possa
Sempre os seus anos
Verdes contar.
CORO
*Soe da esfera o acorde acento,
O firmamento se ouça cantar.*

O drama foi escrito para ser acompanhado de música e em seus versos e estilo observa-se a influência de Metastásio, poeta italiano, cuja obra, bastante difundida em Portugal, marcou o teatro do século XVIII. Algumas características deste texto seguem, além do estilo de composição, a temática da obra metastasiana, que se utiliza de elementos árcades, como a presença de personagens mitológicas (Apolo, Mercúrio, Calíope, Clio, Tália e Melpômene) que representam as artes, tanto no que diz respeito à música, que diz respeito a eloquência e aos gêneros (comédia, tragédia, drama etc).

O Parnaso Obsequioso aparentemente possuía o objetivo de prestar homenagem ao Conde de Valadares, governador recém chegado a Minas Gerais, em comemoração ao seu 25º aniversário. Porém, o que se observa nos versos que compõem este poema é um intenso uso de recursos retóricos com a finalidade de persuadir o governador a colaborar com o poeta em

seus projetos de melhora para a província, região abandonada e corrompida pela sede de riqueza dos homens oriundos da metrópole, que apenas buscavam o lucro das escavações e da cobrança de impostos abusivos.

É importante observar a forma com que o poeta tece seu texto, fazendo com que as reivindicações sejam sutis, pois, a época em que Cláudio Manuel da Costa vivia e a posição que ocupava, no contexto político, não lhe permitiam uma ação explícita (ou uma “afronta” à coroa). É certo que em 1768 o poeta já não era mais o Secretário do Governo⁴⁵. Entretanto, se outra função pública era almejada, ou se a sua condição nobre precisasse ser preservada, seus conhecimentos em relação à situação econômica de sua “Vila” também funcionavam como ponto a seu favor nas reivindicações para o jovem governante..

Na apresentação do texto, o orador se diz *Criado pela Arcádia Romana* que se denomina *Vice-Custode da Arcádia Ultramarina com o nome de Glauceste Satúrnio* (CASTELLO, 1969, p. 07). Desta forma, subentende-se que o *Custode*, no caso o nome dado ao Presidente da Arcádia Romana (Custódio era o nome do pastor Daliso), seria o próprio Conde de Valadares, homenageado por Glauceste, que, na representação de humildade, coloca-se em posição inferior ao conde.

Apresentam-se, na sequência, os personagens mitológicos Apolo⁴⁶, Mercúrio⁴⁷, Calíope⁴⁸, Clío⁴⁹, Tália⁵⁰ e Melpomene⁵¹, que deverão participar da tragédia. Tragédia, segundo Aristóteles, pode ser definida como *a imitação de uma ação importante e completa, de certa extensão; num estilo tornado agradável* (ARISTÓTELES, 2005, p. 248). Este estilo agradável reúne ritmo, harmonia e canto. Os atores, despertando a paixão e o terror, objetivam a purgação das emoções do público. Assim, podemos caracterizar as personagens presentes em *O Parnaso Obsequioso* como trágicas, pois o que importa no drama é mais a ação que os próprios personagens, seu estilo apresenta musicalidade e tem a função de comover o ouvinte,

⁴⁵ Ainda sobre a função de Secretário, o desembargador da Relação do Porto, na sua *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* de 1780 esclarece que: “O Secretário do Governo de Minas Geraes é quem governa e secretaria, e quem escreve todos os papéis do expediente d’ella. Tem um official que recebe de cada um dos papéis, de que se pagam emolumentos, a parte que lhe está assignada. [...]. Este emprego de Secretário é de uma grande consideração, e deverá sempre ser exercitado por pessoas de talentos conhecidos, instruidas, e honradas por seus nascimentos”. (COELHO, apud FRANCO, 1931, p. 45).

⁴⁶ De acordo com as notas de *A Poesia dos Inconfidentes*, de 1996, p. 1071, Apolo é o pai das Musas e músico famoso.

⁴⁷ Mercúrio é o deus da Eloquência e inventor da lira, mensageiro dos deuses e aqui, particularmente de Júpiter, para anunciar o *alegre dia*.

⁴⁸ Calíope, a musa da eloquência e da poesia heróica.

⁴⁹ Clío é a Musa da história e inventora da cítara.

⁵⁰ Tália é a Musa da comédia e da poesia pastoril.

⁵¹ Melpomene é a Musa da tragédia e do canto.

pois o tom é apelativo, no caso, as Musas buscam despertar no Conde de Valadares a compaixão, para que ele leve a cultura à região das Minas. O Conde, assim, seria louvado pelos protetores das artes. No verso: *Oh! Que alegre mudança que tudo.../Floresce.../Esclarece.../Na gala e na cor.* (PROENÇA, 1996, p. 309), percebe-se que esses deuses exaltam a mudança de governo e procuram através da prática do encômio convencê-lo das mudanças que devem ser feitas para a região intelectualmente esquecida das Minas. A presença das Musas, nesta obra, preparada para a recepção da autoridade, refere-se à representação das formas superiores de vida intelectual e, de acordo com Curtius (1996), *é uma das constantes formais “concretas” da tradição literária.* Assim, Cláudio Manuel da Costa une o útil ao agradável, louvando com a mesma “arma” que pode significar heroísmo e cobrança, ou seja, a presença das Musas em espaço inóspito.

O ornato é um dos principais elementos do texto e trata da parte da Eloquência com a qual o orador adquire maior fama.

Com o ornato [...] e adorno do discurso o mesmo orador se faz recomendar; e ao mesmo tempo, que nas mais coisas ele procura o juízo e a aprovação dos sábios, aqui procura também o louvor popular. (QUINTILIANO, 1944, p.33).

Assim, de acordo com Quintiliano, saber *ornar* o texto era saber utilizar a retórica. Ainda sobre o ornato, cabe dizer, segundo Lausberg (1967), que a prática corresponde à necessidade da beleza nas expressões humanas. Por isso, o orador, com intenção criadora, atinge o domínio das artes elevadas.

Ainda de acordo com Lausberg (op. Cit.) são cinco as partes da elaboração do discurso: *inventio* (ato de encontrar pensamentos); o *exordium* (ato de atrair a atenção do ouvinte); *prepositio* (comunicação do que se quer provar); *argumentatio* (função de provar, convencer o público e/ou o juiz) e a *peroratio* (conclusão do discurso). O ornato, de acordo com essas partes do discurso, é dividido entre *ornatus de pensamento* e *ornatus de palavra*. O primeiro é relativo ao pensamento e pertence à *inventio* e à *dispositio*. Contudo, dele se trata tradicionalmente na *elocutio*, sob a denominação de figuras do pensamento. O segundo relaciona-se às figuras de palavra e à *compositio*.

O ornato também está presente nas diferentes figuras de linguagem utilizadas ao longo do drama. Entre as formas mais utilizadas para se ornar um texto estão a utilização das metáforas, que, segundo Lausberg (1967), tratam da substituição de um vocábulo próprio por

um impróprio, cujo significado entendido está numa relação de semelhança com o significado do vocábulo substituído. N' *O Parnaso Obsequioso*, podemos encontrar a metáfora em “*Das claras fontes/ Brilha o licor*”. Percebemos, pois, que a palavra “licor” substitui o vocábulo “água”. Tal imagem demonstra uma descrição da natureza idealizada, comum em textos árcades e provoca um contraste com a realidade da região de Minas Gerais, cujas águas lamacentas são características da exploração aurífera. A mesma imagem pode ser associada ao recurso *ut pictura poesis*, comparação entre poesia e pintura, na qual Aristóteles demonstra haver, na poesia, a possibilidade de alcançar as sensações visuais pela força pictórica da linguagem (uma terceira figura), no exemplo retirado do drama claudiano, sugere a referência a dois sentidos: a visão, associada ao “brilho” e o paladar associado ao “licor”.

Ainda sobre metaforismo, merecem destaque nos textos acadêmicos as metáforas personalizadoras (cf. Curtius, 1996, p.181). No drama *O Parnaso Obsequioso* a prática da personificação pode ser observada em alguns momentos, como em “*Já despede a fria noite*” ou “*Riem-se os vales*”. No primeiro caso, a “fria noite” assume características humanas, pois “se despede” de algo ou alguém. No segundo caso, os “vales” assumem características humanas, pois, a eles é direcionado o sentimento de felicidade, expresso humanamente pelo “riso”.

A antítese, figura de pensamento associada à exposição contrária de idéias, também é um recurso explorado nos textos retóricos, e, no academicismo pode ser relacionado, inclusive, à estética barroca, em cujas obras percebe-se que é bem recorrente. Em *O Parnaso Obsequioso*, Cláudio Manuel da Costa também faz uso da antítese na estrofe:

*Toda sombra, todo horror;
Torna ao mundo o novo dia
Que enche a terra de esplendor.*

Nestes versos os vocábulos *sombra* x *esplendor* figuram como recursos de ornato explorados com a finalidade de evidenciar o estado das Minas antes da chegada do Conde de Valadares (sombra) e depois da chegada do nobre (esplendor). Tal recurso permite, inclusive, associar a chegada do jovem conde à chegada das *Luzes* (Iluminismo), na colônia.

As metonímias igualmente são exploradas nos textos retóricos. Em sentido *lato*, trata-se de substituição de uma palavra por outra em virtude de haver entre elas alguma relação ou de substituição de um nome por outro em virtude de uma relação semântica extrínseca existente entre ambos. Ou, ainda, uma translação de sentido pela proximidade de idéias. No drama em

questão um caso de metonímia, que enfoca a “parte em relação ao todo”, pode ser observado no excerto: “*Eu vi que o peito armado...*”. O efeito que tal figura exerce nesta frase é a substituição de “homem” por apenas uma parte de seu corpo “peito”.

A hipérbole também pode ser classificada como uma das figuras de linguagem recorrentes na retórica e, conseqüentemente nas práticas acadêmicas. Trata-se de um exagero na expressão do autor, intensificando o que se quer dizer. Segundo Lausberg (1967) é uma ampliação crescente com evidente intenção de provocar estranhamento para além da credibilidade. Tem efeitos poético-evocativos e serve, na retórica, para despertar pateticamente no público afetos partidários e, na poesia, para a criação afetiva das imagens que ultrapassam a realidade. Cláudio Manuel da Costa faz uso deste recurso, em: “*Cai em sangue banhado; o Indo te espera*”. O exagero na imagem de um “banho de sangue” provoca estranhamento e, conseqüentemente, uma intensificação proposital.

A anáfora também é uma figura recorrente em textos acadêmicos. Trata-se da *repetição de uma parte da frase no início de grupos de palavras, que se sucedem* (LAUSERG, 1967, p. 174). No drama de CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, um exemplo do uso da anáfora pode ser observado no trecho: “*Nós O adoramos/ Nós O servimos...*”. A repetição das primeiras palavras no verso dão ênfase ao louvor dos personagens.

As divindades mitológicas possuem caráter alegórico. A mitologia, na expressão portuguesa do século XVIII, exerce esta função. Cada deus-função, explorado em diversas passagens, eleva a obra pela erudição do autor, eleva o leitor pelo reconhecimento do mito, mas subordina-se à religião católica, à qual os portugueses estão incondicionalmente ligados. Elas têm como objetivo a exposição das idéias do poeta de forma figurada e moralizante. Estes personagens aparecem durante todo o drama, mesclados com a presença de nomes importantes dentro da nobreza lusitana, como é o caso do tronco dos *Menezes, Noronha e Valadares*. Os mitos, assim, são alegorias, não são humanos, porque seus poderes simbolizam fatos acima desta esfera; não são divinos, pois divinos são Deus e os santos da Igreja Católica. São, pois, alegorias, por serem ficcionais e enobrecedores, mas ornamentais.

De acordo com Lausberg (1967), a alegoria (*allegoria*) pode estar relacionada a vários assuntos. Porém, no caso do texto em questão são consideradas alegorias as *metonímias mitológicas de tipologia bíblica*, nas quais tais personagens assumem uma simbologia própria, como no caso das Musas, deuses e heróis do Olimpo existentes na obra de Cláudio Manuel da Costa.

O poema é dividido em partes. Assim tem-se depois da apresentação, o esclarecimento, que tem início com o verso:

*Mas que é isso? Inda as Musas em silêncio
No Parnaso se vêem?*

Desenvolve-se então o louvor ao conde de Valadares, no qual se empregam para esse efeito as diversas tópicas retóricas de uso corrente em textos panegíricos. Assim, cabe mencionar um excerto da obra de Quintiliano, dedicado às formas de louvor aos homens:

O louvor dos homens tem mais variedade. Porque primeiramente se tira de três tempos, a saber: do que precedeu ao seu nascimento, de em que viveram, e do que se seguiu depois da morte nos que são já falecidos. (QUINTILIANO apud SANTO ANTÔNIO, 1944, p. 109).

Entende-se o louvor como forma comum na Retórica ou na Oratória correspondente ao gênero Epidídico. No poema de Cláudio Manuel da Costa, nota-se a presença dos tipos de louvor identificados pela arte Retórica. O louvor à estirpe é um deles:

*Ilustre e digno Ramo dos Menezes
Eu te vejo subir àquele assento
Que lá se te prepara
Junto aos teus grandes Pais...*

O louvor às armas ou aos feitos merecedores de destaque na vida do homenageado é outro:

*Eu o vi entre as Armas
As ordens ministrar, com frente heróica*

E o louvor ao indivíduo às próprias atitudes do conde:

*A delicada mão no Régio Hospício
Dos míseros enfermos,
Praticando o científico aforismo,
Enfraqueceu da morte o despotismo.*

O último tipo de louvor (pós-morte) é apresentado juntamente com o louvor à estirpe do conde. Os feitos memoráveis de sua família são resgatados como motivos de exaltação. Tais tipos de louvor, além de seguirem o formato retórico também podem ser compreendidos a partir das seguintes palavras:

Não segure a arma pela lâmina, que será ferido, mas pelo cabo que o defenderá...Quem é prudente considera os inimigos mais úteis do que o tolo considera os amigos...muitos devem a grandeza aos inimigos. (GRACIÁN, 2005, p.56).

Esta citação pode ser associada à atitude de Cláudio Manuel da Costa e às práticas ligadas à ação do letrado, que consideram prudente a aproximação com os inimigos, pois este relacionamento gera críticas e, conseqüentemente, leva ao crescimento individual.

Apesar do conde de Valadares não ser um “opponente” de Cláudio Manuel da Costa, havia a intenção de chamar sua atenção para os mesmos erros dos governos anteriores, que deixavam a região esquecida e destruída pela exploração aurífera. É sabido que o poeta mineiro realmente depositava grande esperança em tão jovem governante. Assim, nada seria mais natural que ganhar a confiança do nobre, através de seu prestígio, para expor suas insatisfações e reivindicar melhorias através da prática do encômio, ou seja, elevando a figura do conde como “protetor das Musas”.

Utilizando o texto para ilustração na seguinte citação, o eu-lírico expressa a sua inserção na política local através de seus conhecimentos e exalta o poder administrativo do conde, capaz de melhorar a situação do povo das Minas:

*As carregadas frotas, à prudente
Direção de seu mando,
Os portos encherão, crescendo o Erário;
Netuno generá, os Tritões verdes,
Desde o centro das águas
A ser calcadas de pesados lenhos,
As azuladas costas
Estender quererão...a tanta glória
Me assombro, me confundo! Ó santo auspício
Que respiras do Céu! Esta grande alma,
Que estímulos de glória em tudo acende,
Por quem tanto entre os Deuses se contende!*
(PROENÇA, 1996, P. 316).

Esta passagem mostra a reivindicação que o poeta faz ao conde de Valadares a respeito da necessidade de expansão das frotas para um aumento nos rendimentos das Minas. Assim, ao ser exaltado o governador também é cobrado por um ex-secretário do Governo, homem conhecedor da administração local e, portanto, ciente dos problemas existentes na região.

As passagens reivindicatórias são sutis e freqüentes ao longo do texto. No início do drama, por exemplo, tem-se:

*Mas que é isto? Inda as Musas em silêncio
No Parnaso se vêem? Não ouço ainda
O número sonoro,
A métrica harmonia,
Que deve festejar tão fausto dia!*

*Acaso entre vós outras
Se ignora, ó Musas, que hoje o lustro quinto
Se completa...*

Nesta passagem, as Musas (representantes das artes e da cultura) estão em silêncio. Esse “silêncio” pode estar ligado ao sentimento de abandono, uma vez que nenhum governante investia em conhecimento na colônia. O poeta, apresentando Musas caladas, procura provocar um estranhamento e uma comoção no Conde de Valadares. Ainda a respeito de uma insatisfação do poeta em relação a sua região, temos ainda o exemplo:

*Ao distante País das novas Minas
Hoje o vemos passar; altos progressos
Dele espere o seu Rei; o Povo aflito
Ali respirava; desde o seu seio
Liberal se verá brotar a Terra
Quanto avara recata,
O diamante, a safira, o ouro, a prata.
Ah! não esconda a Terra
Jamais o seu tesouro.*

O procedimento usado nesta estrofe é projeção dos fatos para um futuro feliz, como se o Conde já tivesse livrado a esquecida região dos problemas e, assim, a fizesse prosperar. Esta projeção é momentânea, pois há a volta ao presente, quando o poeta faz suas reivindicações de modo apelativo, como pode ser observado no seguinte trecho:

*E tu, ó bom Menezes,
Desses troncos incultos, dos penhascos
Mais hórridos, mais feios,
Dos queimados Tapuias
Fazes pulir a bárbara rudeza,
Fazes domar a natural fereza.
Mas onde vai correndo
A delirante idéia!*

Além dos tipos de louvor empregados por Cláudio Manuel da Costa na construção do discurso em homenagem ao conde de Valadares, percebe-se uma cronologia em que o autor trata da estirpe: “*Ramo ilustre dos inclitos Noronhas*”; do nascimento: “*Nascer se viu lá onde o fresco Tejo Banha...*”; da instrução: “*Eu tenho a feliz hora que tomastes a empresa de criá-lo, de o pulir de o reger, e de educá-lo...*” (formação do rei pelas Musas) e das habilidades do jovem conde, entre elas sua relação com as armas: “*Vence os cipiões, os Lélis, os Camilos*”; sua caridade: “*A delicada mão no Régio Hospício*” e sua sabedoria nas Letras: “*Os físicos princípios, a douta Geometria, A Ética, a moral Filosofia...*”. O louvor ao Conde de Valadares, advém da necessidade do poeta adquirir reconhecimento frente a elite de seu tempo e também demonstra uma posição de adequação do poeta ao contexto em que estava inserido.

Os personagens louvam e conhecem a fama do tronco a que o conde de Valadares pertence. Assim, quando, no poema, há a subida ao plano dos deuses que habitam o Monte Parnaso há a referência a Hércules, representante das armas, e a Júpiter, que representa o poder supremo, ambos festejam a subida do conde ao trono:

*Ó domador do Piton, mais que aquele,
Que pode entre as olímpicas Deidades
Despertar tanto empenho: o Grão Tonante,
O grande Nume que preside aos Deuses,
Depois que a todos juntos
Na parte mais de Estrelas povoada
O néctar derramou sobre as cabeças,
A um e outro falando,
Lembrou o dia que tornava ao Mundo;
E a mim, a mim me via
Que anuncie ao Parnaso o alegre dia.*

As referências aos heróis gregos são uma forma de associar a figura do conde à antiguidade, o herói que viria para salvar Minas Gerais da exploração e do esquecimento. A imagem pode ser associada, por exemplo, a Ulisses, na sua viagem de volta para “colocar as coisas em ordem”. Essa associação do humano a um herói também é recorrente na retórica e denomina-se, segundo Curtius (1996) *tópica do heroísmo*. Tal tópica também está presente nos versos:

*Os feitos sempre claros, as virtudes
Do magnífico Herói.”*

Outras tópicas também fazem parte da construção de *O Parnaso Obsequioso*, entre elas a *tópica do Mundo as Avessas*, a qual apresenta descrições irreais ou fantasiosas do mundo, como, por exemplo, na frase “mansos touros”, em que a característica “mansos”, mostra-se, de certo modo, fantasiosa em relação ao touro, animal conhecido por sua fúria. A idéia de um touro manso também pode ser vista do ponto de vista antitético das idéias, ou seja, a partir do ponto de vista linguístico e paradoxal de *manso x feroz*.

Há também outra tópica retórica implícita no discurso de Cláudio Manuel da Costa. Trata-se da tópica “*O mundo louva o Soberano*”, em que o poeta faz menção a vários países, demonstrando, assim que as glórias do soberano eram reconhecidas pelo mundo:

*A Ásia se cobre
Dos troféus de seu braço; toda a Europa
Conhece o seu valor....*

A primeira parte do poema se fecha com a *tópica do menino ancião*, em que são exaltadas a beleza e a experiência: *Eternos anos sejam os anos de José*. José, de acordo com a

bíblia é conhecido por sua beleza. Mas, neste contexto, refere-se ao Rei Dom José I. O aproveitamento da imagem do personagem bíblico para tratamento do Monarca remete ao caráter absolutista do iluminismo, que foca no rei as qualidades de representante de Deus na terra.

Na “parte segunda” do poema, o discurso gira em torno do progresso da região das Minas, da esperança de dias melhores. Além das habilidades do jovem conde para governar a região destaca-se sua benevolência pela *tópica da nobreza de alma*:

*Alma tão bela, e nobre,
Dos céus cuidado seja;*

A nobreza de sentimentos é uma característica tão importante no soberano quanto à sua estirpe ou a sua inteligência. No que toca às diversas tópicas a última a ser destacada no texto é o *sobrepujamento*, que, como já foi citado, trata-se de uma comparação do homenageado em que ele seja o melhor dos termos da comparação. Assim, tem-se:

*Eu sei que na piedade
Temístocles excede, e o fiel Zopiro
No valor, na constância
Vence os Cipiões, os Lélios, os Camilos*

O recurso das tópicas é uma das formas de remissão à retórica antiga. O processo de construção dos argumentos está também presente em estrutura mais profunda. A composição do texto, assim, é organizada pelas ações passadas do Conde de Valadares, que demonstram sua experiência como governante, e as ações futuras, que projetam uma mudança positiva na região das Minas a partir de seu governo. Estes fatos são louvados no presente, pois isso significa dizer que sendo quem foi, sempre herói e louvável, não se espera menos dele no governo das Minas. Pelo contrário, espera-se a superação em relação a todos os governos, características expressas pela *tópica do sobrepujamento* assinalado acima.

O texto, após esta divisão entre passado e futuro, sintetiza as idéias, voltando à idade anterior da civilização ou à imagem fantasiosa da terra mergulhada n’ “*a idade em que os rios eram de mel, e eram de leite os lagos*”, para em seguida, retornar à realidade, trazendo a tona os problemas da exploração do ouro na região das Minas que, se por um lado traz riqueza, por outro traz a miséria na cultura. Tanto a passagem que remete a *passado x futuro* no governo do Conde de Valadares, quanto ao *passado x presente*, expresso na idade anterior à civilização para a realidade da região, ou ainda a presença das figuras de contradição: *riqueza x pobreza* e *prósperos x incautos* também são características antitéticas que marcam a

estrutura de um texto retórico, que tem como tema a exploração de duas faces da realidade, a face negativa, associada ao presente e à época anterior ao governo do conde e a face positiva, marcada pela esperança de uma fase próspera. A construção das reflexões argumentativas, assim, faz-se já com a alternância dos contra-argumentos ou da refutação de idéias, construindo, deste modo, uma situação de paradoxos, que confere ao texto a imagem esperada: o trágico das Minas nas mãos do novo governante.

A análise da obra *O Parnaso Obsequioso* revela que o referencial de composição era seguido tanto na estrutura do texto (organizada em partes), na temática laudatória e na utilização de lugares comuns. Partindo, portanto, para uma análise das idéias, pode-se dizer que elas revelam características próprias da escrita de uma época, pois os mesmos elementos presentes no Parnaso estão repetidos na ABR.

No poema as divindades falam da fama dos troncos (Noronhas, Menezes). Isto significa elevar a fama destes nomes à altura do Olimpo, demonstrando, inclusive, a repercussão de seus feitos a tal altura. Portanto, não há diálogo entre deuses e humanos, pois esta seria uma atitude anticristã. Há, pelo contrário, a superação dos portugueses aos deuses da antiguidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a obra de Cláudio Manuel da Costa, muitas vezes, apresentam um direcionamento para a abordagem dos textos poéticos, o que ocorre, de modo geral, pela canonização do autor como um dos principais representantes da estética árcade no Brasil. Outros estudos optam por dar aos textos claudianos uma direção histórica, embasada na sua participação na Inconfidência Mineira, que faz do homem Cláudio Manuel da Costa ora um traidor, ora um herói.

A presente dissertação não possuiu a intenção de inserir a obra de Cláudio Manuel da Costa em estéticas literárias nem, tampouco, de condenar ou vangloriar um inconfidente. A principal intenção foi apresentar o autor em questão diante de um contexto letrado, cujas formalidades impediam que sua escrita partisse de outro referencial que não o retórico e, que sua obra fosse expressa como revolucionária, ação não condizente com sua vida pública, política e temporal. O direcionamento desse trabalho partiu, portanto, do ponto de vista contextual, mais especificamente, do ambiente criado pelas academias histórico-literárias-científicas do século XVIII.

Os três primeiros capítulos, assim, apresentaram uma fundamentação teórica das questões relativas ao momento de transição envolvendo Barroco e Arcadismo e, conseqüentemente, da transição da educação Escolástica para a Ilustração; também das questões relativas ao estabelecimento de uma visão crítica da obra de Cláudio Manuel da Costa pelos teóricos Caio de Mello Franco e Melânia Silva de Aguiar; daquelas relativas à contextualização de Portugal no século XVIII, com o advento do Iluminismo, e da explanação das principais academias européias e brasílicas, dando enfoque à *Academia Brasílica dos Renascidos*, da qual o autor participou. Seguiu-se a esta explanação, a apresentação dos *Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos*, documento apresentado com a intenção de subsidiar algumas questões relativas à agremiação e às considerações sobre as intenções pombalinas na organização e no funcionamento da Academia.

No quarto capítulo, as discussões abarcaram questões lingüísticas, como a discussão das orientações de escrita baseadas nas retóricas antigas e, em seguida, a demonstração, com as práticas retóricas das Academias Brasílicas dos Esquecidos e dos Renascidos.

No quinto capítulo, deu-se a análise, sob a luz da retórica, explanada nas partes iniciais da dissertação, quando aplicada nas obras de Cláudio Manuel da Costa que constituíram o

corpus desta pesquisa⁵²: as correspondências e demais textos endereçados para integrantes da *Academia Brasílica dos Renascidos*, que permitiram associar sua escrita às práticas acadêmicas; o drama *O Parnaso Obsequioso*, por meio dos quais procuramos demonstrar a linguagem e qualidade composicional, reveladoras do amadurecimento do autor, porém, também vinculadas a um teor acadêmico por seu caráter circunstancial e por sua construção retórica.

O estudo dos textos de Cláudio Manuel da Costa, selecionados para esta dissertação, permitiram, portanto, a compreensão do *modus scribendi* do acadêmico e das relações dos eruditos com o modelo despótico esclarecido instaurado na colônia. Assim, além dos textos escolhidos para esta pesquisa, outros, também de autoria de Cláudio Manuel da Costa, necessitam ser estudados a partir do modelo retórico utilizado na sua composição.

⁵² A escolha dos textos e a qualidade de obra acadêmica a eles atribuída deu-se pelo fato das correspondências estarem diretamente ligadas a uma academia letrada e, no caso de *O Parnaso Obsequioso*, deu-se por ser considerado um (entre dois) ato acadêmico (por sua estrutura e seu caráter circunstancial).

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

AGUIAR, Melânia Silva de. *A obra poética de Cláudio Manuel da Costa*. Nova Edição. In. W. M. Miranda (Org.). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. *Editar Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga: um diálogo possível*. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Melania/Escrito%20Revista%20Veredas%20Portugal.pdf>. Acesso em: 09/07/2008.

_____. *O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte, 1973 Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. *O legado arcade no Brasil: a difícil mudança*. Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/29.htm, Acesso em: 11/07/2008.

_____. Rasuras, censuras e outras inconfidências nos manuscritos de Cláudio Manuel da Costa. In. Maria Eunice Moreira. (Org.). *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difel - Garnier, 1964.

_____. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Abril, 2005.

BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In. Jean Cohen e outros. *Pesquisas de Retórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BINATO, Cláudia Valéria Penavel. *Os poetas latinos da Academia Brasílica dos Renascidos*. Assis, 2000, 254 p. Tese (Doutorado em Filologia e Linguística Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil*. Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *A tradição sempre nova*. São Paulo: Ática, 1976.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros. *Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: um pensamento inovador entre Portugal e a Europa*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/miguel11.htm>. Acesso em: 18/01/2009.

CASTELLO, José Aderaldo. A Literatura Brasileira. In. *Manifestações literárias da época colonial*. Vol. I, 1500-1808/1836. São Paulo: Cultrix, 1962.

_____. *Manifestações Literárias do período Colonial*. São Paulo: Cultrix, 1981.

_____. *O Movimento Academicista no Brasil*. 1648/1820-22. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1969-1971, 5v.

CHAVES, Vania Pinheiro. *O Uruguai e a Fundação da Literatura Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CUNHA, Luís da. *Testamento político*. Org. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais: Alfa-Omega: São Paulo, 1976.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média*. Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec - Edusp, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2ª.ed. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1995.

Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa-São Paulo: Verbo, 1995, vol. 1.

ESTATUTOS da Academia Brazílica dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a America Portuguesa da qual ha de escrever a historia universal. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. IHBG, [].

ESTEVES, Suely Maria Perucci. *A Ópera de Demofonte em Trácia: tradução e adaptação de Demofonte, de Metastásio, atribuídas a Cláudio Manuel da Costa, Glauceste Satúrnio*. São Paulo, 2007. 358 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Secretaria da Cultura: Coordenadoria de Atividades Culturais, Departamento de Artes e Ciências humanas - Divisão de Arquivo do Estado (DAE), 1979.

FRANCO, Caio de Mello. *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

FRANCO, José Eduardo. *Quem influenciou o Marquês de Pombal? Ideólogos, idéias, mitos e a utopia da Europa do Progresso*. Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/12.htm#_ftn68. Acesso em 21/01/2009, às 13: 32 h.

FRASCHINI NETO, M.. *O Marquês de Pombal e o Brasil: contribuições às comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Tipografia Minerva do Comércio, 1981.

LEITE, António. A ideologia pombalina. In. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Org.). *Como Interpretar Pombal?*. Lisboa: Brotéria, 1983.

GRACIÁN, Baltasar. *A Arte da Prudência*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HATZFELD, Helmut. *Estudos sobre o Barroco*. Trad. Célia Barrettini. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HORÁCIO. *A poética clássica*. Introd. por Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 1995.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Paris: E`Edition d`art gáudio, 1923.

_____. *Autobiographia e Inéditos de Cláudio Manuel da Costa*. Bruxelles/ Paris: L`Édition D`Art, s. d.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

LIMA, Y. D. *A Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980. 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, Nilce Sant`Anna. *As muitas faces do Barroco*. Disponível no site www.usp.br/revistausp/02/23-nilce.pdf. Acesso em 01/05/2009.

MARTINS. Wilson. *A Crítica Literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Poesia Latina de José da Cunha Cardoso na Academia Brasílica dos Esquecidos*. São José do Rio Preto, 1992, 232 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

_____. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil Colonial*. São Paulo, 1999, 611 p. 2V tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

OLIVEIRA, Tarquínio. J. B. *Erário Régio de Francisco A. Rebelo (1768)*. Brasília: Escola de Administração Fazendária/ ESAF, 1976.

PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

QUINTILIANO, M. Fábio. *Instituições Oratórias*. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

RIBEIRO, João. *Obras Poéticas de Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1903.

SAMUEL, Rogel. *Manual de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, Hênio Último da Cunha. *Teoria Literária*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1969.

TESAURO, E. *Il Cannocchiale Aristotèlico*. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg v. d. H., 1968.

UBIALI, Nelson Atílio. *Do Latim ao Português Sem Dicionário*. Londrina: Editora Uel, 2001.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. Org. António Salgado Júnior. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1952.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89cloga> (acessado em 12/03/2008).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_dos_T%C3%A1voras (acessado em 21/01/2009 às 21: 30 h).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Colbert (acessado em 03/05/2009 às 15:23h).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_de_Mascarenhas_Lencastre,_Duque_de_Aveiro. (acessado em 20/03/2009 às 14: 28 h).

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mimesis> (acessado em 05/05/2009).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo (acessado em 20/01/2009).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madri (acessado em 02/05/2009) às 11:20h).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Utrecht (acessado em 21/01/2009).

<http://www.catalogos.bn.br/redememoria/litcolonial.html> (acessado em 11/02/2008).

http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/29.htm (acessado em 05/01/2008).